



SANTA CATARINA EM HISTÓRIA

V.13 n. 2, 2019

ISSN 1984-3968



A **Revista Santa Catarina em História** é uma publicação da disciplina de História de Santa Catarina do curso de História da Universidade Federal de Santa Catarina. Aberta a diferentes temáticas e abordagens, a revista aceita artigos originais e resenhas de livros ou teses sobre a história de Santa Catarina. Na seção Artigos, são publicados trabalhos com temáticas relacionadas à história do estado e escritos por pesquisadores/as já formados/as. Já na seção Estudos, são publicados os trabalhos dos/as acadêmicos/as da disciplina de História de Santa Catarina. A revista aceita também a publicação de Resenhas e Documentos transcritos relacionados a história catarinense. As publicações destes diferentes trabalhos visam à divulgação do conhecimento produzido por alunos/as do Curso e pesquisadores/as, de maneira geral, sobre as temáticas que envolvem a história de Santa Catarina, buscando contribuir com outros olhares sobre o Estado.

Sobre a capa:

Flores desabrocham no inverno. Foto colagem, Chapecó 2020. Laila de Aquino é produtora multicultural, atuando no Perifa Cultural, Coletivo Cultural Independente em Chapecó/SC e fotógrafa, nascida na cidade de São Paulo em 1995 e moradora da cidade de Chapecó, graduanda em Licenciatura de Geografia na Universidade Federal da Fronteira Sul. No ano de 2014 buscou formação básica de fotografia na unidade do SENAC Largo 13 em Santo Amaro-SP. No ano de 2020 teve sua primeira exposição aprovada em edital municipal intitulada "Um toque para Oxossi". Contato: lailad.aquino@gmail.com Instagram: <https://www.instagram.com/leidelaii/>

Correspondência

Revista Santa Catarina em História
Departamento de História – CFH – Universidade Federal de Santa Catarina
Campus Universitário – Trindade
CEP 88040-970 Florianópolis-SC, Brasil

SUMÁRIO

EDITORIAL

Fernanda Arno, Aline Dias

4-6

ARTIGOS

A Fortaleza de Ratonos e a Saúde em Desterro no Século XIX

Daniela Marangoni Costa

8-18

ESTUDOS

América meridional em disputa: espacialização do conflito na Ilha de Santa Catarina
(1749-1777)

Paloma Natalia Riquetta Nervi

20-32

“Os estudantes não mandam flores”: projeto de memória do combate ao autoritarismo em
Florianópolis (1968-2018)

Pedro Toniazco Terres

33-41

O olhar de um viajante no século XIX: Langsdorff em Nossa Senhora do Desterro

Leonardo Antonio Solana Cassol

42-53

Seminário Internacional Fazendo Gênero: contribuindo para a consolidação dos Estudos de
Gênero e Feministas em Santa Catarina

Lídia Mallet Gonçalves

54-69

Cinema e ensino de história: abordagens possíveis em “Novembrada” (1998)

Valéria Machado

70-80



RESENHAS

Os anos 1930 em Santa Catarina: diferentes estudos e caminhos de pesquisa na obra

‘Histórias de Santa Catarina na Segunda República (1930-1945)

Gustavo Tiengo Pontes

82-87

DOCUMENTOS

Carta de Pedro Firmino de Menezes a Osvaldo Aranha

Rafael José Nogueira

89-95



EditorialAline Dias¹Fernanda Arno²

A Revista Santa Catarina em História tem como objetivo criar um espaço de aprendizagem e difusão de conhecimento científico entre novos/as pesquisadores/as sobre a história catarinense. Neste sentido, seguindo com seu propósito, esta edição é composta por um artigo, cinco estudos produzidos por acadêmicos/as do curso de História da Universidade Federal de Santa Catarina, uma resenha e um documento. Esta última seção procura trazer aos/as leitores/as transcrições de documentos que sejam relevantes para a história de Santa Catarina contextualizando sua formulação e envolvidos.

A seção Artigos se inicia com o trabalho de Daniela Marangoni Costa, intitulado “A Fortaleza de Ratonés e a Saúde em Desterro no Século XIX”, onde a autora amplia a discussão da participação das fortalezas da Ilha de Santa Catarina, para uma importante participação para a saúde pública de Desterro, principalmente durante o século XIX, quando foi encontrado maior número de documentos que mencionam as quarentenas, enfermarias e lazaretos na Fortaleza de Santo Antônio de Ratonés.

Na seção Estudos, o trabalho “América meridional em disputa: espacialização do conflito na Ilha de Santa Catarina (1749-1777)” de Paloma Natalia Riquetta Nervi, articula o movimento global da colonização no século XVIII, ao desenvolvimento local da Ilha de Santa Catarina utilizando bibliografias, documentos cartográficos e correspondências oficiais. Inserindo no debate que a fortificação da Ilha e a imigração açoriana são especializações de conflitos e processos mais amplos.

Já o trabalho de Pedro Terres, “Os estudantes não mandam flores: projeto de memória do combate ao autoritarismo em Florianópolis (1968-2018)”, analisa o movimento estudantil de Santa Catarina de 1968 e propõe uma análise que possa ressignificá-lo em 2018 através de da utilização e discussão teórica da técnica de refotografia, mostrando novas formas de abordagem e práticas a serem produzidas pelos historiadores para que, através da arte, o público geral tenha acesso e interaja com discussões mais profundas sobre as memórias da ditadura

1 Aline Dias é Doutoranda em História pela Universidade Federal de Santa Catarina, vinculada ao Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH) e ao Instituto de Estudos de Gênero (IEG) e Mestra em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina.

2 Fernanda Arno é Doutora em História pela Universidade Federal de Santa Catarina, coordenadora do GT de Gênero de Santa Catarina (biênio 2018-2020) e, atualmente, atua como professora de História na rede municipal da cidade de Chapecó-SC.



militar. Propõe possibilidades da utilização das imagens históricas do passado da cidade que sensibilize o público em relação ao passado e à memória viva da cidade.

O texto “O olhar de um viajante no século XIX: Langsdorff em Nossa Senhora do Desterro” de Leonardo Cassol apresenta relatos de viagem como fontes documentais para analisar o olhar de Georg Heinrich von Langsdorff sobre a paisagem e os habitantes de Nossa Senhora do Desterro entre 1803 e 1804. Evidenciando a complexidade na análise desse tipo de fonte que além de descreverem aspectos de determinado período em uma região específica, tem características subjetivas relativas à percepção do viajante, que precisam ser observadas e ter seus impactos considerados.

O estudo de Lídia Mallet Gonçalves, intitulado “Seminário Internacional Fazendo Gênero: contribuindo para a consolidação dos Estudos de Gênero e Feministas em Santa Catarina”, tem como objetivo refletir sobre as contribuições do Seminário Internacional Fazendo Gênero (FG), realizado em Florianópolis-SC. A autora ressalta a importância do evento para a consolidação dos estudos de gênero em Santa Catarina e também na descentralização da produção do conhecimento, fora do eixo do Sudeste brasileiro.

Em “Cinema e ensino de história: abordagens possíveis em “Novembrada” (1998)”, a autora Valéria Machado, analisa a ideia do que é cinema e de como ele é apropriado pela História como ferramenta pedagógica e suas possibilidades de utilização em sala de aula. Neste trabalho a autora analisa a adaptação cinematográfica “Novembrada”, de Eduardo Paredes, enquanto material didático e fonte histórica no ensino de História.

Na seção Resenhas, o trabalho de Gustavo Tiengo Pontes, “Os anos 1930 em Santa Catarina: diferentes estudos e caminhos de pesquisa na obra ‘Histórias de Santa Catarina na Segunda República (1930-1945)’”, apresenta o livro *Histórias de Santa Catarina na Segunda República (1930-1945)*, organizado pelos professores João Henrique Zanelatto e Ismael Gonçalves Alves. O livro é composto por 13 autores e autoras que, em maioria, estão ligados ao “Grupo de Pesquisa História Econômica e Social”, que foi criado em 2002 na Universidade do Extremo Sul Catarinense UNESC e tem como temática principal dos artigos a História política de Santa Catarina.

Por fim, na seção Documentos, o autor Rafael José Nogueira, no trabalho intitulado Carta de Pedro Firmino de Menezes a Osvaldo Aranha, transcreve uma carta de Pedro Firmino, ligado à fundação do América Futebol Clube, de Joinville, ao então Ministro da Fazenda Osvaldo Aranha. Este trabalho tem como objetivo a divulgação do documento na íntegra, além de sua breve contextualização, para que possa ser utilizado por outros/as pesquisadores/as e instigue a busca de outros documentos indexados na plataforma *Family Search*, que tem como



objetivo organizar, digitalizar e microfilmear registros civis, eclesiásticos e outros relativos à genealogia, disponibilizando esses registros de forma gratuita, conforme autorização de seus envolvidos.

Nesta edição ampliamos o olhar sobre a História de Santa Catarina, relacionando-a com sua produção no presente e com seus (re)significados ontem e hoje. Diante da conjuntura política, social e cultural do Brasil atualmente se faz necessário fortalecer a relação entre a história e a democracia, conexão essencial para não esquecermos que o passado se relaciona cotidianamente com o presente.

Assim, torna-se imperativo olhar com atenção para as sugestões de Walter Benjamin e escovar a história a contrapelo, buscando a contra narrativa dos vencidos e invisibilizados, isto é, dos indígenas, dos negros, das mulheres, dos pobres, e outras narrativas escondidas. Além do preparo intelectual, a organização das emoções que acompanham a conjuntura atual é fundamental para o desenvolvimento de um projeto de mundo que seja verdadeiramente democrático, com visibilidade e equidade.

Convidamos todas as pessoas para mais esta leitura e troca de conhecimentos. Seguimos na defesa de uma educação pública, gratuita e de acesso universal, possibilitando a difusão de saberes e experiências através desta revista.

As Editoras.



ARTIGOS

A Fortaleza de Ratores e a Saúde em Desterro no Século XIX*The fortress of Ratores and health in Desterro in the 19th Century*Daniela Marangoni Costa¹

Resumo: Parte de um sistema defensivo para proteger o local estratégico de acesso ao Rio da Prata, as Fortalezas da Ilha de Santa Catarina também tiveram outro papel importante para Desterro. Pretende-se refletir sobre a saúde e a organização da sociedade em relação à este assunto, principalmente durante o século XIX, quando foi encontrado o maior número de documentos que mencionam as quarentenas, enfermarias e lazaretos na Fortaleza de Santo Antônio de Ratores. Esta análise realizou-se por meio de matérias de jornais e relatos de viagens, em conjunto com o estudo de historiadores, médicos e arquitetos. Desta maneira, destaca-se os motivos para identificar a importância da Fortaleza de Ratores como um meio de promoção de saúde na cidade de Desterro.

Palavras Chave: Fortaleza de Ratores; Santa Catarina; Saúde; Desterro; Século XIX.

Abstract: Part of a defensive system to protect the strategic location for access to the River Plate, the Fortifications of the Santa Catarina Island played another important role, to the city of Desterro. It is intended to reflect about health and the social organization in relation to this matter, mostly during the 19th century, when most of the documents that mentions the quarantines, wards and lazaretos in the Santo Antônio de Ratores Fortress were found. This analysis has been made based on newspaper articles and travel reports, alongside the study of historians, doctors and architects. In this way, it is highlight the reason to stand out the importance of the Ratores Fortress as a mean of health promotion in the city of Desterro.

Keywords: Ratores Fortress; Santa Catarina; Health; Desterro; 19th Century.

Apresentação

Apesar de haver evidências de navegantes que viveram na Ilha de Santa Catarina antes da colonização oficial, "a fundação efetiva da póvoa de Nossa Senhora do Desterro ocorreu por iniciativa do bandeirante paulista Francisco Dias Velho, que partiu de São Paulo a 18 de abril de 1628"². Após o início da colonização, a região teve um desenvolvimento e uma ampliação vagarosa, uma vez que "foi se processando uma ocupação litorânea lenta e espontânea, por meio da concessão de sesmarias, [e os colonos] que se fixaram com seus estabelecimentos agrícolas e pastoris"³.

A Ilha era um ponto importante e estratégico, pois localiza-se entre o Rio de Janeiro e Buenos Aires, duas grandes cidades litorâneas das colônias de Portugal e da Espanha, porém,

1 Graduada em História pela Universidade Federal de Santa Catarina, novembro de 2018. Email: danielamarangonic@gmail.com

2 VEIGA, Elaine Veras da. **Florianópolis Memória Urbana**. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 2008, 2ª ed., p. 19

3 VEIGA, op. cit., p. 19.



era pouco valorizada política e economicamente⁴ por Portugal. No entanto, em 1680, Portugal funda a Colônia do Sacramento (atualmente pertence ao Uruguai) que serviria como "ponto de apoio para um intenso comércio de contrabando em área espanhola - rica em metais preciosos, gado e couro - era considerada vital para ligar o interior do continente ao seu litoral"⁵. Neste momento, a Ilha de Santa Catarina passa a ter a atenção, uma vez que para a Espanha, a fundação da Colônia de Sacramento por parte de Portugal seria uma quebra ao Tratado de Tordesilhas, que limitava o território lusitano até a cidade de Laguna. Apesar da invasão ao tratado, Portugal defendia-se do feito alegando que:

Nesse período, a posse de fato de um território se dava pela sua ocupação efetiva, o que ocorria principalmente por meio da construção de fortificações, seguida do estabelecimento de núcleos de povoamento em torno dessas unidades militares. Segundo a interpretação que a diplomacia portuguesa dava ao *uti possidetis*: quem tinha a posse de fato tinha o domínio, regia o antigo princípio jurídico que seria amplamente empregado no posterior Tratado de Madrid, em 1750⁶.

Partindo desta argumentação para a fundação da Colônia de Sacramento além dos limites estabelecidos em princípio, o território catarinense ganha um novo zelo, "a Ilha passou a representar um ponto estratégico militar de importância para a Coroa Portuguesa"⁷. Porém, para garantir a posse do território era preciso fortificá-lo. Assim, prestariam segurança aos colonos que seriam enviados posteriormente da Ilha dos Açores em Portugal e apoiariam as navegações e operações militares entre o Rio de Janeiro e a Colônia de Sacramento. Sendo assim, "o Brigadeiro José da Silva Paes foi designado à frente da Capitania (05/08/1738) e organizou seu sistema de defesa"⁸ que teve a construção iniciada no ano seguinte, cujo sistema era "composto de quatro fortalezas e que viria a ser ampliado com outras fortificações menores até o final do século XVIII"⁹.

O sistema defensivo era formado por quatro principais fortalezas no início da Capitania. Na Barra do Sul a Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição - posteriormente nomeada com o nome de origem indígena da ilha, Araçatuba - e o triângulo formado por São José da Ponta Grossa no pontal ao norte da Ilha, Santa Cruz na ilha de Anhatomirim (que fica em Governador Celso Ramos) e Santo Antônio na ilha de Ratonos Grande, hoje chamada de Fortaleza de Santo

4 VEIGA op. cit., p. 24.

5 TONERA, Roberto, Curiosidades. p. 49. In: TEIXEIRA, Paulo Roberto Rodrigues. Fortaleza de Santo Antônio de Ratonos. **Revista Da Cultura**, ano VIII, nº 14, junho de 2008, p. 23.

6 TONERA, Roberto, op. cit., p. 23.

7 VEIGA, op. cit., p. 24.

8 VEIGA, op. cit., p. 25.

9 TONERA, op. cit., p. 25.



Antônio de Ratonos. O nome da ilha desta última fortificação, "deve-se ao explorador espanhol D. Álvaro Nuñez, dito Cabeza de Vaca, que, em 1541, batizou-a Ratonos por considerá-la semelhante à um enorme rato - ou *ratón*, em espanhol"¹⁰.

A Fortaleza de Ratonos teve - e pode-se dizer que foi a mais importante - a função de enfermaria e lazareto militares, pois "desarmada e desativada no decorrer do século XIX, funcionou nessa época e, provavelmente, até princípios do século XX como lazareto para doentes de cólera e outras doenças contagiosas"¹¹, além de sua função principal de proteção territorial.

Este artigo contribui, portanto, para a memória e a historiografia de Santa Catarina. Analisa documentos oficiais, dialoga com outros autores e pesquisadores, tanto por meio da história tradicional, quanto pela abordagem temática¹², e utiliza jornais da época para possibilitar a percepção do cotidiano da cidade. Além disso, colabora ao refletir a relação da saúde local com o seu espaço territorial e contexto histórico, utilização de patrimônio público e, ainda, questões de classes sociais.

A Saúde na Ilha de Santa Catarina no Século XIX

No início do século XIX, a Ilha de Santa Catarina contava com um quadro de saúde pouco ideal. As medidas higiênicas praticadas pelos moradores e as cobranças e normas advindas de autoridades eram insuficientes. A colonização ainda promoveu certo desmatamento da Ilha, tanto nas partes mais próximas ao litoral, quanto no interior. Somente no século XIX é que surgiram as preocupações com a natureza, a geografia a higiene e a relação destes com a saúde. A nova associação dessas ideias com:

Salubridade e espaço geográfico estão ligadas a uma corrente higienista - um segmento da medicina europeia - que prestou especial atenção ao meio natural e sua possível relação com problemas patológicos. A Teoria de Hipócrates, inaugurada com o livro *Dos ares, das águas e dos lugares*, sobre a relação das questões ambientais com a saúde pública foi revista e serviu como uma base

10 TEIXEIRA, Paulo Roberto Rodrigues. Fortaleza de Santo Antônio de Ratonos. **Revista Da Cultura**, ano VIII, nº 14, junho de 2008, p. 54.

11 TONERA, op. cit., p. 40

12 Esta classificação de formas de estudo da história foi refletida e ensaiada na obra de WOLFF (2009) com base no estudo de um esquema "elaborado por Peter Burke para diferenciar a chamada nova história da história tradicional" (WOLFF, 2009, p. 53). A categorização foi feita pela autora com o intuito de criar uma divisão das obras sobre a História de Santa Catarina, a fim de facilitar a pesquisa acadêmica e historiográfica da memória do estado.



que justificou e orientou os primeiros trabalhos que influenciaram diversos projetos urbanísticos¹³.

As doenças que aterrorizavam as populações naquele momento (varíola, febre amarela e cólera, por exemplo) eram devastadoras por serem contagiosas e deixarem grande número de mortos a cada surto¹⁴. A medicina local era regida pelas práticas de sangramentos, ventosas, sanguessugas ou pela procura às boticas - farmácias. "Em 1797, havia duas boticas no Desterro e uma em Laguna"¹⁵, o que chama atenção também para a procura dos moradores mais por farmacêuticos que por médicos, fosse por costume ou por oferta.

Essa forma de cuidados com a saúde se altera a partir de novos conceitos de saúde, que passavam a considerar a umidade do ar e os ventos, por exemplo, como agentes importantes, assim como outras noções geográficas. No caso de Desterro (atual Florianópolis), a análise¹⁶ do ensaio do cirurgião João Ribeiro de Almeida sobre as condições sanitárias de Desterro em 1864¹⁷ apontam a relação das epidemias com a grande umidade pela dificuldade de absorção da chuva e poucos ventos para secar os acúmulos de água, o que "embaraçava a resolução dos problemas de saúde; [...] as variações climáticas corroboravam para desencadear doenças respiratórias e viciar o ar"¹⁸.

Além das condições climáticas, havia também os problemas de higiene, tema mais criticado por Almeida no relato em 1864, uma vez que as praias eram depósitos de lixo a céu aberto com animais mortos, outras matérias orgânicas vegetais¹⁹. As águas usadas para banhos, lavagem de objetos e roupas ou mesmo para consumo eram também infectadas. Naquele momento, também os ventos passaram ser percebidos pela preocupação pública como transporte de doenças, provenientes daqueles depósitos de lixo em putrefação, uma vez que "de acordo com a ciência da época, o meio ambiente se impunha como um dos fatores decisivos para a manutenção da saúde. Daí resultam os cuidados que se devia ter com: armazenagem do lixo, despejos, a ventilação dos ambientes e edificações"²⁰.

13 CESCO, Susana. Meio Ambiente e a Saúde Pública: a urbanização da Nossa Senhora do Desterro no século XIX. **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 18, n. 25, p. 143.

14 CABRAL, Oswaldo R. **Nossa Senhora do Desterro**. Volume 1 - Notícia. Florianópolis: Editora Lunardelli, 1979, p. 464.

15 CABRAL, op. cit., p. 464.

16 GARCIA, Carla Laner. **Emanações Perniciosas Moralidade Corrosiva: Os desdobramentos do discurso científico no centro urbano de Nossa Senhora do Desterro (1831-1864)**. 2006, UFSC, Florianópolis.

17 **Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Setor de Obras Raras**. ALMEIDA, João Ribeiro de. Ensaio sobre a salubridade, estatística e patologia sobre a ilha de Santa Catarina e em particular da cidade do Desterro, 1864.

18 GARCIA, op. cit., p. 45.

19 ALMEIDA, 1864, p. 45 *apud* GARCIA, op. cit., p. 37.

20 GARCIA, op. cit., p. 45.



Estas questões de higiene, aliadas aos novos conhecimentos relacionando a geografia com a saúde, possibilitaram a percepção de que as condições para a manutenção da saúde na Ilha de Santa Catarina não eram boas e que mudanças precisariam ser feitas. A natureza passou a ter um significado mais importante e "a praia veio [a ser também], um local de contato com a natureza em estado mais puro"²¹. Deste modo as entidades públicas voltaram os cuidados para a limpeza dos ambientes e urbanização da cidade, usando métodos como a ressignificação de espaços, como foi o caso da Praça XV de Novembro, iluminada para aumentar a circulação de pessoas e, conseqüentemente, tornar-se um local impróprio para descarte de lixos²².

Os novos conhecimentos do campo da saúde foram os principais motivadores para a mudança do quadro higiênico da Ilha. Porém, outro fator também motivou a adoção de tais práticas, desta vez de cunho mais privado: o crescimento de uma classe média, formada por proprietários que não eram funcionários públicos e tampouco pobres, e que desejavam adotar costumes e tradições de uma classe burguesa. Para essa "burguesia local, que ascendia a posições de segurança material e prestígio e incorporava modas e hábitos do Rio de Janeiro, não era mais suficiente ser branco, católico e proprietário, era preciso ser "civilizado", ter "gosto" e ser "higienizado"²³.

Apesar das mudanças na cidade ao longo do século XIX, as doenças transmitidas ainda tinham números significativos e "os miasmas ainda são temidos, mas surgem também as preocupações com a contaminação pelo contato físico"²⁴. Neste momento, novas políticas públicas são tomadas, de acordo com noções de distanciamento e isolamento de doentes a fim de evitar o contágio. Deste modo:

Entrava em cena um novo tipo de realidade, identificando a higiene pública e privada como base material que assegurava aos indivíduos as melhores condições de convívio social, uma medicina do meio e da população, que enquadrou o saneamento, as medidas de controle, as quarentenas e as inspeções como questão de governo²⁵.

Essas novas práticas para o melhoramento da saúde da Ilha de Santa Catarina trouxeram ao cenário da cidade uma nova participante, a Fortaleza de Santo Antônio de Ratonos que foi utilizada ao longo de toda a segunda parte do século XIX - e possivelmente parte da primeira

21 CESCO, op. cit., p. 155.

22 CESCO, op. cit., p. 155-156.

23 ARAÚJO, Hermetes Reis de. Saúde pública e cidade: um espaço de poder (Desterro-Florianópolis, 1823-1930). In: AMORA, Ana. M. G. Albano (org). **História da saúde em Santa Catarina: instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958)**. Barueri: Manole, 2012, p. 8.

24 CESCO, Op cit., p. 148.

25 ARAÚJO, op. cit., p. 8.

metade também - como enfermaria e lazareto para o tratamento de doenças contagiosas, como a cólera e a febre amarela.

A Importância da Fortaleza de Ratoles para a Saúde de Desterro

O primeiro caso documentado em que a Fortaleza de Ratoles servira como lazareto/enfermaria para infectados por doenças contagiosas é de março de 1853, publicado no jornal *O Correio Catharinense*²⁶. O periódico denunciava que o condutor do escaler que conduziu a tripulação do Brigue-barca Hamburguez *Charles Ross* até a fortaleza, fora infectado pela doença dos tripulantes, a febre amarela. Neste caso, a tripulação que desembarcou em Ratoles sobreviveu, "o que restou da tripulação desembarcou na ilha de Ratoles: nenhum morto"²⁷. A medida tivera sucesso e os sobreviventes "puderam, mais tarde, seguir viagem, sem que a cidade de Desterro e as povoações da Ilha de Santa Catarina se vissem atacadas"²⁸.

Ainda que este primeiro caso tenha tido um resultado positivo, nem todos tiveram a mesma sorte, o que dependia do tipo de epidemia que abatia os doentes, das condições climáticas e do estágio da infecção. Em 1855, por exemplo, uma epidemia de cólera oriunda do Rio de Janeiro - que registra²⁹ ter sido o primeiro caso da doença na cidade - foi propagada por meio de tripulantes do vapor *Imperatriz* que foram levados de imediato à Fortaleza de Ratoles, mas apesar disto, muitas pessoas morreram na cidade. A cada 100 infectados, 35 sucumbiram à doença. Ainda que o resultado tenha sido de um número elevado de mortes, a epidemia fora contida, não ocorrendo outros surtos epidêmicos naquele ano, o que é relatado em março de 1856 no jornal *O Argos* da Província de Santa Catharina³⁰.

As embarcações provenientes de locais com surtos de doenças ou com suspeitas de casos a bordo chegavam à Fortaleza Anhatomirim onde era o local de observação e quarentena de navios. Os que manifestavam a doença eram enviados para o Lazareto de Ratoles e lá ficavam isolados para evitar a propagação.

A Fortaleza possuía médicos e funcionários para os cuidados com os doentes, como se pode perceber no relato³¹ em que cita a morte de uma mulher - possivelmente escrava - que era

26 A quem servir a carapuça que a ponha na cabeça. **O Correio Catharinense**, Nº 20, ANO I, Desterro, 30 de março de 1853, p. 3.

27 REY, H. Contribuições à geografia médica a Ilha de Santa Catarina. 1877, Paris. Traduzido por: Romilda Brisighelli Salles, 2004, **Ágora**, nº 39, p. 31.

28 CABRAL, op. cit., p. 469.

29 REY, H. Op cit., p. 31.

30 Saude e Soccoros Publicos. **O Argos da Província de Santa Catharina**. Desterro, nº 25, ano I, 28 de março de 1856, p. 3.

31 REY, op. cit., p. 31.



encarregada de fazer a sopa para os doentes. Este fato também é documentado no relato feito ao Jornal *A Regeneração* em março de 1886 pelo médico responsável pelos lazaretos de Anhatomirim e Ratonos, Dr. Francisco de Paula Oliveira Guimarães³². Este relato explicava ainda como era feito o processo de controle sanitário dos navios que vinham de regiões com registros de surtos de doenças e como eram tratadas cargas e bagagens, além dos passageiros desses navios. Estas medidas e as quarentenas impostas aos navios se configuravam não somente numa forma de tratamento dos doentes, como também de controle da transmissão das doenças para a cidade, ou seja, também havia a preocupação com a prevenção.

Em 1990 foram encontradas duas ossadas humanas durante a restauração da Fortaleza de Ratonos. Uma investigação arqueológica e histórica identificou os sepultamentos como parte de um grupo de 11 pessoas que lá faleceram em meados do século XIX, quando a fortificação funcionava já como lazareto. "Em razão da possibilidade de contágio, os onze sepultamentos ocorreram na própria fortaleza, em covas rasas, às pressas, e com todos os pertences pessoais dos mortos"³³.

Além de suprimentos médicos e mantimentos, o lazareto de Ratonos e a enfermaria de Anhatomirim recebiam também reformas, como é possível verificar no Jornal *República*,³⁴ de abril de 1891: "acha-se o lazareto em perfeito estado de asseio: retelhado, pintado, assoalhado, envidraçado e com duas enfermarias: uma para senhoras e outra para homens"³⁵. Ainda, com esta notícia, podemos perceber os cuidados de separar as enfermarias em alas masculinas e femininas.

Para a população local ir à fortaleza para tratamento não era algo positivo, apesar do êxito dos isolamentos no lazareto e dos serviços oferecidos aos doentes. A classe média recém ascendida na cidade via como um horror o isolamento, justamente por associar as doenças contagiosas com questões de higiene e classe social, visto que:

Naquele tempo seria muito difícil obrigar um cidadão qualificado da sociedade local a ficar isolado num lazareto, lugar considerado desclassificatório para o status do mesmo. Doença de rico não costumava "pegar" - só de pobre... Metê-lo num isolamento era o fim, seria um ultraje sem reparo, e a grita seria geral. E os comentários então? - "Seu Fulano está no lazareto" - "O major Cicrano pegou a baixa também (era assim chamada) e foi mandado para a ilha de Ratonos"³⁶.

32 A propósito do Rio Jaguarão. *A Regeneração*. Desterro, nº 57, ano XVIII, 16 de março de 1886, p. 2-3.

33 TONERA, op. cit., p. 57.

34 Ratonos e S. Cruz. *República*, Desterro, nº 411, ano II, 23 de abril de 1891, p. 1.

35 *Jornal República*, op. cit., p. 1.

36 CABRAL, op. cit., p. 469.



Ainda que existissem surtos de doenças com graves resultados, como correu em 1855, e a má fama junto à classe média local, as medidas de internação dos doentes na Fortaleza de Ratonos eram bem sucedidas e muito bem vistas pela população e pelas autoridades de saúde pública. Neste sentido, o Jornal *O Argos* da Província de Santa Catharina de março de 1856³⁷, publicou uma matéria questionando as autoridades locais e criticando a suspensão das quarentenas das embarcações provenientes de locais com registros de surtos e o isolamento de doentes no lazareto de Ratonos, alegando que no ano anterior as medidas haviam sido eficazes no combate às doenças:

É geralmente sabido que foi mais por condescendencia do que por espontanea vontade da parte da Presidencia que se estabeleceu a linha de quarentena entre a ilha - Ratonos - e a fortaleza de Santa Cruz, e que por isso mesmo pouco tempo foi conservada essa quarentena para embarcações procedentes de lugares, onde a cholera morbus existia.³⁸

Com o tempo, os benefícios do método de controle e isolamento foram percebidos pelas políticas públicas, o que fez com que "em 1878, as autoridades sanitárias mais avisadas, evitaram a propagação de um novo surto em Desterro, surto que fez estragos extraordinários, principalmente em São Francisco"³⁹. A atuação das fortalezas para o controle e prevenção da propagação das doenças teve tamanha importância e efetividade, que quando não empregadas pelas autoridades públicas, aconteceu:

Novo surto, em 1880, trazido por um marinheiro da canhoneira italiana Seyla, que ancorou em S. Cruz, notificando às autoridades ter a bordo um caso suspeito de febre amarela [...]. Mas a ignorância do Presidente era tanta que não deu ouvidos justamente à proposição que teria conseguido livrar a Capital da invasão da febre amarela: - a descida dos doentes para terra foi permitida (pois já havia, a tais horas, mais de um) - abrindo, assim, novamente, as portas da cidade à passagem da "bixa"⁴⁰.

Ainda assim a maior parte dos surtos foram evitados ou, ao menos, reduzidos pela utilização das fortalezas para quarentena e, principalmente, como lazareto isolado da cidade. Além dos surtos de febre amarela informados pelos jornais analisados ao longo deste trabalho, (1853, 1855, 1856 e 1886), ocorreram outros casos registrados por H. Rey nos anos de 1852,

37 O cholera importado do Rio de Janeiro. **O Argos da Província de Santa Catharina**. Desterro, nº 20, ano I, 7 de março de 1856, p. 2.

38 O cholera importado do Rio de Janeiro. **O Argos da Província de Santa Catharina**. Desterro, nº 20, ano I, 7 de março de 1856, p. 2.

39 CABRAL, op. cit., p. 474.

40 CABRAL, op. cit., p. 475.



1853, 1870, assim como os de cólera em 1855, 1856, 1867, 1891⁴¹. Estes casos foram contidos por meio da atuação das fortalezas, principalmente o lazareto de Ratonos.

Não há documentos que indiquem a utilização da Fortaleza de Ratonos como lazareto do início século XX e "a desativação definitiva se deu em 1907, quando a Marinha passou a usar o local como depósito de carvão para a sua esquadra. Na década de 20 a fortaleza estava 'desarmada e em ruínas'"⁴².

Quanto à sua existência, utilização e valor, contrariando a análise de Cabral de que "o forte de Ratonos não tem história. Pelo menos, nada se conta dele, nunca ficou uma referência, um documento, uma narrativa de um simples episódio. Envelheceu, como muita gente, no anonimato e, o que é pior, sem ter tido a menor serventia"⁴³, compreende-se que esta fortificação teve, sim, um grande préstimo para a cidade de Desterro por toda a sua contribuição na prevenção e tratamento de doenças contagiosas do século XIX, que arrebatou a todo o país. Este desempenho fora mencionado pelo próprio autor alguns anos mais tarde, em 1979, e, ainda que tenha passado despercebido pelo historiador, a Fortaleza de Ratonos envelheceu tendo uma importante serventia para auxiliar a saúde local.

Conclusão

As Fortalezas da Ilha de Santa Catarina foram responsáveis pela proteção do litoral catarinense, para auxiliar as operações navais entre o Rio de Janeiro e o Rio da Prata e foram construídas em posicionamentos estratégicos para este fim.

Este posicionamento também se tornou estratégico para o cuidado com a saúde, como de forma a impedir e amenizar o contágio às cidades próximas. Ganhara esta forma de utilização no século XIX, época em que a medicina teve novas descobertas e junto do surgimento de novas classes burguesas, o local passava por mudanças baseadas em novos conceitos de higiene. Este novo conceito se aliou à utilização da geografia regional, que passou a ser levada em conta para o tratamento de saúde. Medidas que auxiliavam, por exemplo, nos casos de isolamentos para doenças que tinham fácil contágio pelo ar ou toque, como a Cólera e a Febre Amarela, doenças estas que afligiram todo o país neste período.

41 REY, op. cit., p. 30-32.

42 MARTINS, Celso e GONZAGA, Armando Luiz. **Memórias das Fortalezas**: Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: Bernúcia Editora, 2017, p. 185.

43 CABRAL, Oswaldo R. **As Defesas da Ilha de Santa Catarina no Brasil Colônia**. Rio de Janeiro: Conselho Federal da Cultura/Imprensa Nacional, 1972, p. 37.



A Fortaleza de Ratoles foi muito importante neste momento que, por conta de sua localização, oferecia as condições ideais de higiene e disponibilidade de vegetação, o que também era importante. Além disto, oferecia isolamento do restante da cidade para tratar as doenças evitando contágio. O resultado da contribuição da fortificação para a saúde local foi documentada pelos jornais e relatos de viajantes médicos. Possibilitando, desta forma, a análise feita neste artigo a fim de oferecer uma nova perspectiva para a historiografia e a memória do Estado de Santa Catarina.

Referências

ARAÚJO, Hermetes Reis de. Saúde pública e cidade: um espaço de poder (Desterro-Florianópolis, 1823-1930). In: AMORA, Ana. M. G. Albano (org). **História da saúde em Santa Catarina: instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958)**. Barueri: Manole, 2012, p. 3-38.

A proposito do Rio Jaguarão. **Jornal A Regeneração**, 1886, Desterro. Disponível em: http://fortalezas.org/index.php?ct=bibliografia&id_bibliografia=2980; acesso em 21/10/2018.

A quem servir a carapuça que a ponha na cabeça. **Jornal O Correio Catharinense**, 1853, Desterro. Disponível em http://fortalezas.org/index.php?ct=bibliografia&id_bibliografia=3224; acesso em 21/10/2018.

CABRAL, Oswaldo R. **As Defesas da Ilha de Santa Catarina no Brasil Colônia**. Rio de Janeiro: Conselho Federal da Cultura/Imprensa Nacional, 1972.

CABRAL, Oswaldo R. **Nossa Senhora do Desterro**. Volume 1 - Notícia. Florianópolis: Editora Lunardelli, 1979, p. 449-484.

CESCO, Susana. Meio Ambiente e a Saúde Pública: a urbanização da Nossa Senhora do Desterro no século XIX. **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 18, n. 25, p. 142-163, agosto de 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2011v18n25p142/21536>; acesso em 27/08/2018.

GARCIA, Carla Laner. **Emanações Perniciosas Moralidade Corrosiva: Os desdobramentos do discurso científico no centro urbano de Nossa Senhora do Desterro (1831-1864)**. 2006, UFSC, Florianópolis. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/88274/235279.pdf?sequence=1>; acesso em 29/10/2018.

REY, H. Contribuições à geografia médica a Ilha de Santa Catarina. 1877, Paris. Traduzido por: Romilda Brisighelli Salles, 2004, **Ágora**, nº 39, p. 7-34. Disponível em http://fortalezas.org/index.php?ct=bibliografia&id_bibliografia=2463; acesso em 31/10/2018.

MARTINS, Celso e GONZAGA, Armando Luiz. **Memórias das Fortalezas: Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Bernúcia Editora, 2017.



MATTOS, Débora Michels. Nas páginas dos jornais, peculiares experiências de vida. **ANPUH**, Natal, 2013. Disponível em http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1372278793_ARQUIVO_Naspaginasdosjornais,peculiaresexperienciasdevida,Anpuh2013,TEXTOREVISADO.pdf; acesso em 27/08/2018.

O Cholera importado do Rio de Janeiro. **Jornal O Argos da Província de Santa Catharina**. 1856, Desterro. Disponível em http://fortalezas.org/index.php?ct=bibliografia&id_bibliografia=3511; acesso em 21/10/2018.

Ratonos e S. Cruz. **Jornal República**, 1891, Desterro. Disponível em http://fortalezas.org/index.php?ct=bibliografia&id_bibliografia=3239; acesso em 21/10/2018.

Saúde e Soccoros Públicos. **Jornal O Argos da Província de Santa Catharina**. 1856, Desterro. Disponível em http://fortalezas.org/index.php?ct=bibliografia&id_bibliografia=2895; acesso em 21/10/2018.

TEIXEIRA, Paulo Roberto Rodrigues. Fortaleza de Santo Antônio de Ratonos. **Revista Da Cultura**, ano VIII, nº 14, junho de 2008, p. 48-59.

TONERA, Roberto, Curiosidades. p. 49. In: TEIXEIRA, Paulo Roberto Rodrigues. Fortaleza de Santo Antônio de Ratonos. **Revista Da Cultura**, ano VIII, nº 14, junho de 2008, P. 48-59.

VEIGA, Elaine Veras da. **Florianópolis Memória Urbana**. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 2008, 2ª ed.

WOLFF. Cristina Scheibe. **Historiografia catarinense**: uma introdução ao debate. Florianópolis, Revista de Santa Catarina em História. 2009, v. 1, n. 1.

Recebido em 28 de novembro de 2018.

Aceito para publicação em 15 de julho de 2020.



ESTUDOS

**América meridional em disputa: espacialização do conflito na Ilha de Santa Catarina
(1749-1777)**

*South America in dispute: spatialisation of the conflict in the Santa Catarina Island (1749-
1777)*

Paloma Natalia Riquetta Nervi¹

Resumo: Este artigo tem por pretensão articular o movimento global da colonização no século XVIII, ao desenvolvimento local da Ilha de Santa Catarina. Partindo de um quadro geral, tendo como apoio a historiografia consolidada sobre América Portuguesa, introduzimos o particular, onde se incorporou à bibliografia sobre a região, documentos cartográficos e correspondências oficiais. Contudo, o trabalho evidencia como a fortificação da Ilha e a imigração açoriana são espacializações de conflitos e processos mais amplos.

Palavras-chave: Ilha de Santa Catarina; conflito; Portugal; Espanha.

Abstract: This article propose to articulate the global movement of the colonization in the 18th century to the local development of the Santa Catarina island. Starting from an general picture, based in a consolidate historiography about Portuguese America, arriving in the specific, where cartographic documents and official correspondences has been incorporated to the specialized bibliography about the region. Nevertheless, this paper shows how the fortifications in the island and the Azorean immigration are spatialisations from the conflicts and broader processes.

Keywords: Santa Catarina Island; conflict; Portugal; Spain.

Introdução

A Ilha de Santa Catarina foi, desde os primórdios da colonização, um espaço estratégico para os empreendimentos europeus, principalmente das duas potências ibéricas. Como entreposto da circum-navegação, a região passou a ser muito frequentada por espanhóis e portugueses que vinham “tomar refresco” de mantimentos para seguir viagem pelo estreito de Magalhães ou retornar à Europa. Embora as bulas² e tratados tivessem grande importância nos processos de conquista e posse dos territórios “descobertos”, não puderam definir com precisão os limites entre as possessões portuguesas e espanholas na América. Contudo, a região meridional, comportou uma das “fronteiras vivas” por quase todo o período colonial.

Tendo em vista a compreensão da Ilha de Santa Catarina como um espaço de constante disputa, vamos discutir, na primeira metade do artigo, a constituição econômica da região, em

1 Graduanda em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Email: paloma97nervi@hotmail.com.

2 As Bulas Papais foram documentos concedidos pelo Papa às potências ibéricas e serviram para legitimar as posses e o monopólio de ambas, sobre os territórios conquistados. CHAUNU, Pierre. **Conquista e exploração dos novos mundos - século XVI**. Pioneira: São Paulo, 1984, p. 273-276.



sua relação com os conflitos travados entre Portugal e Espanha no nível diplomático. Na segunda parte, tencionamos abordar a construção das fortalezas, bem como a imigração açoriana e a tomada da Ilha em 1777, como espacializações locais do conflito entre as duas potências.

Tendo por base a utilização da bibliografia especializada, inserimos no trabalho alguns documentos oficiais e cartográficos que nos ajudaram a compreender a relação entre os conflitos/interesses postos em jogo na arena global, e sua espacialização em Santa Catarina, expressa, sobretudo, pelo povoamento planejado e a construção das fortalezas.

Formação geográfica e econômica na Ilha de Santa Catarina

A Ilha de Santa Catarina é retratada nos relatos de viajantes desde o século XVI. Tanto por fatores geográficos, localização e formação geológica com portos naturais, quanto por sua população indígena, que oferecia os mantimentos necessários para seguir com as viagens de longa distância, ela se tornou um espaço frequentado por agentes da navegação de diversas origens. Relatos de espanhóis, franceses, ingleses e portugueses descrevem a Ilha e expressam as mais variadas opiniões.

De fato, num primeiro momento, ela cumpriu a função de remediar as dificuldades que o comércio de longa distância impunha aos navegadores. Riquezas imediatas, que justificassem uma fixação colonial, não foram encontradas. Entretanto, considerando a importância primária da distância como elemento que comandava os preços e até mesmo a rentabilidade de determinado empreendimento, espaços que serviam de posto de abastecimento faziam a diferença nas longas e penosas viagens comerciais. Como enfatiza Chaunu, “a distância comanda as opções fundamentais da economia colonial”³. Por essa ótica, a Ilha de Santa Catarina, que se tornara um posto de abastecimento, cumpria papel fundamental na expansão da economia mercantilista.

Os povos indígenas Guarani que habitavam a região foram também importantes agentes na formação econômica da colônia portuguesa. Principalmente durante o século XVII, as trocas, que envolviam mercadorias, casamentos e alianças, entre indígenas e brancos, forneceram aos paulistas um grande contingente de mão-de-obra escrava indígena. Como o trabalho de John Manuel Monteiro⁴ demonstra, a região foi amplamente explorada pelos

3 CHAUNU, 1984, p. 301.

4 MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra**: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

sertanistas, que até meados do século efetuavam trocas com as lideranças da região para obter escravos, mas depois passaram a conflitar diretamente e escravizar sumariamente a população indígena. A mão-de-obra formada a partir dos apresamentos dos sertanistas, serviram de base a economia paulista produtora de artigos de subsistência, principalmente trigo, o qual abastecia as plantações de cana do norte.

Na passagem para o século XVIII, um movimento colonizador, que se inscreve nos quadros mais amplos do sistema colonial, alterou a situação da ilha de Santa Catarina. É imprescindível para entender a colonização desse espaço, relacioná-lo ao Rio Grande de São Pedro e a Colônia de Sacramento. A expansão territorial portuguesa em direção ao rio da Prata, vinha de interesses comerciais dos colonos, e também da Coroa, pela prata peruana. O comércio triangular entre o Rio de Janeiro, Luanda e Buenos Aires, que teve como principal articulador Correia de Sá, contribuiu para o crescente interesse português na região sul⁵. Seguindo os limites estabelecidos pelo Tratado de Tordesilhas, a expansão portuguesa adentrou territórios espanhóis, e a criação da colônia de Sacramento, em janeiro de 1680, desenha tal projeto expansionista que atingiu as margens do Prata.

Augusto da Silva⁶ destaca que o próprio Correia de Sá tinha interesse em obter sesmária “na região das terras onde se chama Ilha de Santa Catarina”, a qual foi obtida por seu neto. Esse interesse tem muito a dizer sobre a importância que a Ilha tinha para manter as possessões ao sul de São Vicente, pois conservava os últimos portos naturais da costa antes da embocadura do rio da Prata. Portanto, a manutenção desse território, bem como sua defesa militar, recaía sobre a Ilha.

É certo que o espaço pretendido com a ocupação da Ilha de Santa Catarina era bem maior do que seus limites geográficos em si. A pretensão, sobretudo, era garantir a realização dos circuitos mercantis que se estendiam por um amplo espaço econômico, que conectava a produção de gado e couro e o comércio do rio da Prata, não apenas com o Rio de Janeiro, mas também com Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso⁷. Portanto todo o movimento colonizador em direção ao sul se conectava ao movimento em direção às minas, a oeste.

O controle da Ilha se revelou um trunfo nos conflitos posteriores. Sua ligação com Rio Grande de São Pedro e a Colônia de Sacramento, no sentido de defesa e expansão territorial é

5 ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes**: formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Cia das Letras, 2000, p. 117-243.

6 SILVA, Augusto da. **A Ilha de Santa Catarina e sua Terra Firme**: estudo sobre o governo de uma capitania subalterna (1738-1807). Tese (Doutorado em História), USP, 2008, p. 35.

7 SILVA, p. 28, 2008.



o que justifica o caráter militar que os primeiros investimentos coloniais dirigiram a esse espaço. Constituída como base de domínio marítimo, ponto estratégico de desenvolvimento econômico e penetração no continente, além disso, pelos bons portos que possuía, uma escala de entreposto mercantil⁸, fica evidente a importância da ilha para que em 11 de agosto 1738 a praça militar de Santa Catarina se tornasse a “Capitania da Ilha de Santa Catarina”.

Como buscamos evidenciar até aqui, para entender a espacialidade constituída pela Ilha, é preciso atentar-se aos movimentos mais amplos do sistema colonial. A fundação da Capitania se inscreve num amplo processo que interliga os conflitos por território, os interesses comerciais e também a própria razão ilustrada que tomava posição nas estratégias de governo das duas potências ibéricas. A seguir trataremos desse processo a partir do conflito entre Portugal e Espanha, tendo em vista seus reflexos na espacialidade da Capitania.

Portugal e Espanha em conflito

À medida que as disputas entre os países europeus se acirravam, configurava-se um quadro em que Portugal e Espanha atuavam em campos opostos. Em fins do século XVII e início do século XVIII, os estados do noroeste europeu - França, Inglaterra e Holanda - passaram a atuar cada vez mais no ultramar. Quando a guerra de sucessão espanhola acabou em 1717, Portugal se alinhou a Inglaterra, o que já vinha se desenhando desde o fim da união ibérica. Por outro lado, embora a França tenha conseguido impor um sucessor ao trono da Espanha, quem saiu comercialmente muito favorecida foi a própria Inglaterra, não por nada se ergueu enquanto potência e deu partida à revolução industrial:

Assim, ao lado das zonas de tensão entre as potências dominantes em luta pela hegemonia, França e Inglaterra (nas Antilhas, na América do Norte, no Oriente), entre os países coloniais ibéricos se vão formando ao mesmo tempo outras zonas de tensão (sobretudo a região platina). Os dois tipos de conflitos correm paralelos, e se inter-relacionam continuamente até a crise do sistema colonial⁹.

Com a emergência do capitalismo industrial, a consolidação da Inglaterra enquanto potência e o pensamento ilustrado aos poucos se estabelecendo enquanto política de estado, algumas reformas foram empreendidas tanto pelo governo português, quanto pelo governo

8 Ibidem, p. 24-26.

9 NOVAIS, Fernando. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial**. São Paulo: Hocitec, 1998, p. 51.



espanhol. Mais tarde se expressariam nas reformas borbônicas e nas reformas pombalinas, as quais visavam retomar e centralizar o poder para manter as estruturas do sistema colonial. Dessas reformas, é importante destacar a defesa do patrimônio¹⁰. Na medida em que Portugal avançava continente adentro, os conflitos se materializavam. Como explica Bodelón a situação real era bem diferente da ideal: “*Jurídicamente* el Tratado de 1494, ya ampliamente vulnerado, concedía más que nada una sólida posición de partida a los negociadores españoles, habida cuenta de que *factualmente* eran los portugueses los que habían tomado considerable ventaja en la ocupación del territorio”¹¹.

Nesse contexto, empreendeu-se a instalação de fortificações na costa brasileira, além de uma série de investimento na defesa militar. A centralização do poder no Rio de Janeiro, bem como a fundação da capitania da Ilha de Santa Catarina, faz parte dessa agenda. Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso também se tornaram sucessivamente capitanias independentes.

Paralelo a tudo isso, é importante destacar o papel das minas, que além de terem sustentado a balança comercial portuguesa, mobilizaram o mercado interno colonial de diversas mercadorias, sendo uma delas, a carne vinda do Rio Grande de São Pedro. Na região de Laguna, e seguindo mais ao sul na altura do rio Tramandaí, formaram-se grandes estâncias de gado, tão promissoras que em 1720 a Coroa portuguesa autorizou a abertura de um caminho para ligar a região a São Paulo. O Rio Grande ia assim sendo povoado e constituído pela produção de gado, e aos poucos os braços da colonização se estendiam por esse espaço. Surgia então a demanda por proteção militar, onde se insere a fortificação da Ilha de Santa Catarina¹².

Os conflitos ocorridos na Colônia de Sacramento iniciaram poucos anos depois de sua fundação. Em 1679 a Colônia foi tomada pelos espanhóis, mas foi devolvida no mesmo ano, depois disso sofreu continuados cercos, tentativas e tomadas (1705, 1726 e 1735). Esse conflito deu ainda mais respaldo ao investimento militar no Sul. O Brigadeiro José da Silva Paes foi enviado ao Rio Grande e fundou a cidade de Rio Grande de São Pedro. Posteriormente foi nomeado o primeiro Governador da província de Santa Catarina, ele empreenderia as medidas de fortificação e povoamento que trataremos no próximo tópico¹³.

Espacialização do conflito na Ilha de Santa Catarina: Fortificações

10 NOVAIS, p. 133-137, 1989.

11 BODELÓN, Óscar Rico. **La ocupación española de Santa Catarina (1777-1778):** Una Isla brasileña para Carlos III. Tese (Doutoramento em História Moderna e Contemporânea), Universidad de Salamanca, 2013, p. 131.

12 SILVA, p. 121-123, 2008.

13 MADRUGA, Glenio. **Muralhas de ontem e de hoje:** a Fortaleza de São José da Ponta Grossa. Revista Santa Catarina em História, v.7, n.1, Florianópolis, 2013, p. 80-85.



A materialização do conflito pode ser apreendida pelo próprio modo como se deu os investimentos colônias na Ilha. São óbvios os objetivos militares em relação a defesa do patrimônio que se inscrevem nos conflitos e interesses mencionados anteriormente. A fortificação da Ilha e a imigração açoriana são expressões locais dos conflitos e processos globais, portanto, nosso olhar agora se voltará para essa dinâmica local, enfim à espacialização do conflito na Ilha de Santa Catarina.

O Brigadeiro José da Silva Paes, primeiro governador, ficou encarregado de fortificar a Ilha. Cumprindo com essa tarefa ele mobilizou a construção das Fortalezas e suas guarnições. A primeira a ser levantada foi Santa Cruz de Anhatomirim em 1739, é a maior de todas as fortalezas e foi finalizada em 1744. Essa fortificação dista seis quilômetros das outras duas, São José da Ponta Grossa e Santo Antônio de Ratoles. Juntas as três formaram o sistema de defesa triangular da baía norte. Além dessas, foi erguida por último a única fortaleza destinada a proteger a Baía Sul da Ilha de Santa Catarina, a fortaleza Nossa Senhora da Conceição¹⁴.

A planta cartográfica *Plano da Fortaleza e Ilha de Anhatomirim*, datada de 1740 e sem autoria, retrata em detalhes todas as estruturas levantadas e aquelas que estavam em construção (porta da fortaleza, capela, casa da pólvora, quartel do comandante, fonte, quartéis, alpendre por baixo dos quartéis, forte, bateria baixa, bandeira, projeto para cobrir o lado da fonte)¹⁵. Certo que pela envergadura da construção a mão de obra mobilizada não foi pouca, assim como fazer sua manutenção gerava preocupação e demandava investimento. É o que se pode deduzir com as recorrentes cartas enviadas por José da Silva Pais ao Reino¹⁶.

Silva Paes expressava outras preocupação com as fortificações, pois mais que estruturas era preciso gente que as guarnecesse. Alexandre de Gusmão entrevistou diretamente no

14 SOUZA, Augusto Fausto de. Fortificações no Brasil. In: **Tomo XLVIII, Parte II, da Revista Trimestral do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil**. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert & C., 1885, p. 20. MADRUGA, 2013, p. 80-8.

15 Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim. [ca.] 1740. Desenho a nanquim, 28 x43,1 cm, Coleção Cartográfica e Iconográfica Manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino. Disponível em <http://bdlb.bn.gov.br/redeMemoria/handle/20.500.12156.2/301607>.

16 DESPACHO do Conselho Ultramarino sobre a informação dada pelo governador de Santa Catarina, brigadeiro José da Silva Pais. 1744, Janeiro, 13, Lisboa. AHU_CU_021, Cx. 1, D. 19. CARTA do governador de Santa Catarina, brigadeiro José da Silva Pais, ao rei [D. João V], comunicando que mediante a presença constante de navios estrangeiros que chegam aquele porto, é necessário o aumento de guarnição para pôr em segurança as fortalezas daquela ilha. 1747, Agosto, 1, Santa Catarina. AHU_CU_021, Cx. 1, D. 34. CARTA do governador de Santa Catarina, brigadeiro José da Silva Pais, ao rei [D. João V] sobre o pagamento dos soldos aos soldados que guarnecem as fortalezas daquela ilha. 1747, Agosto, 20, Santa Catarina. AHU_CU_021, Cx. 1, D. 38. CARTA do ex-governador de Santa Catarina, brigadeiro José da Silva Pais, ao rei [D. João V] sobre o aumento de artilharia da guarnição das fortalezas, a necessidade de cirurgião, mantimentos para os casais e criação de povoações para os casais vindos das ilhas dos Açores. 1749, Agosto, 28, Lisboa. AHU_CU_021, Cx. 1, D. 57.



caso para que em 1746 a Provisão Régia estabelecesse o alistamento de casais açorianos para a Ilha. Silva Paes Ficou responsável por receber os povoadores e cuidar para que fossem bem tratados¹⁷.

Imigração açoriana

Essa fortificação correspondia não apenas a muralhas e fortes, mas também a gente que pudesse habitar, ocupar e colonizar tal espaço. Muitos foram os motivos que influenciaram na imigração açoriana. Ambos os lados apresentavam necessidades as quais seriam supridas com o povoamento da ilha de Santa Catarina e a diminuição do contingente populacional do arquipélago dos Açores. As ilhas açorianas, localizadas em um ponto de junção tripla das placas tectônicas, sofriam constantemente com o vulcanismo. Piazza destaca que “[...] os abalos de 1730 na Graciosa e, novamente, em 1744, no Faial e no Pico, são molas impulsionadoras de migrações.” Por outro lado, razões políticas, como o “uti-possidetis” expressa a necessidade portuguesa de ocupar o sul do Brasil e estender as fronteiras sobre os espanhóis¹⁸.

Após uma longa viagem, que contabilizou inúmeras mortes, desembarcam no Desterro em 1748 e 1749 os primeiros imigrantes. As promessas feitas não foram cumpridas, ferramentas de trabalho, animais e o tamanho das terras foram rapidamente limitados e diminuídos. Entretanto, aos poucos, nos espaços determinados a ocupação, fundaram-se as freguesias, a alimentação foi suprida pela farinha provinda da plantação de mandioca e também pela pesca. Foram trazidos dos Açores padres, e logo começaram as construções das igrejas¹⁹.

Augusto da Silva, em sua tese de doutorado “A ilha de Santa Catarina e sua terra firme: Estudo sobre o governo de uma capitania subalterna (1738-1807)”, divide a ocupação da ilha de Santa Catarina pela coroa portuguesa em quatro períodos distintos do ponto de vista político, econômico e estratégico. Em linhas gerais, o primeiro se estende até 1748, corresponde à instalação da praça militar; o segundo de 1748-1763 período da consolidação político-administrativa, sócio demográfica (momento no qual enquadra-se a imigração açoriana) e econômica; o terceiro de 1763-1777 caracterizado pela importância estratégica nos conflitos com a Espanha; e o quarto de 1778-1807 que o autor chama de refundação da capitania após os

17 PIAZZA, Walter Fernando. **A colonização de Santa Catarina**. Porto Alegre: Pallotti, 1994. 311 p. 42-45.

18 PIAZZA, 1994, p. 39-40.

19 Ibidem, p. 146-147.



espanhóis a devolverem aos portugueses em 1777²⁰. Falando especificamente da imigração, Silva aponta que ela encontrou diversos percalços, acrescenta que:

[...] nem os governadores dispunham de todos os recursos materiais, humanos e financeiros para fazer cumprir as promessas do Edital de convocação e da Provisão citada, nem os casais se submeteram a todas as determinações que lhes foram dirigidas²¹.

Além disso, a ocupação territorial pretendida pela coroa ocorre parcialmente, pois os imigrantes fixaram-se próximos a núcleos já consolidados, algumas regiões da ilha de Santa Catarina e da vila de Laguna. Esse fator faz transparecer que os imigrantes buscavam, sobretudo, atender seus próprios interesses. O autor afirma também que, sem sombra de dúvidas, o impacto dessa imigração foi importante:

Fato que parece consensual entre os historiadores é o impacto demográfico que a imigração açoriana significou para as vilas e povoados do sul do Brasil, em meados do século XVIII, trazendo profundas alterações na organização política, econômica e sociocultural dessas regiões²².

O impacto demográfico dessa imigração é um fator importante a ser destacado, porém, é necessário considerar que para a Ilha de Santa Catarina também migraram forçosamente os africanos escravizados, e além deles a própria população indígena que havia permanecido, também compunham o quadro da população. Ou seja, a composição étnica aqui também foi diversificada e a própria construção de obras grandiosas como as fortalezas certamente passavam por mãos escravas africanas e indígenas.

A tomada da Ilha em 1777

Em 1763 Rio Grande de São Pedro foi novamente invadido pelos espanhóis, com isso as relações entre as coroas ibéricas se tornaram ainda mais tensas. As preocupações com a integridade territorial na América Meridional aumentaram com os conflitos em Argel, no norte da África. As ordens vindas do Marquês de Pombal reforçavam a necessidade de investir na guarnição da Ilha, tanto em munição e estrutura, quanto em combatentes que fossem bem pagos

20 SILVA, 2008, p. 162-163.

21 Ibidem, 2008, p. 173

22 Ibidem, p. 179.



para manterem-se ali, pois uma das reclamações recorrentes dos soldados era a falta de pagamento²³.

Do outro lado, Carlos III, rei da Espanha, instruiu sigilosamente um militar experiente, dom Pedro Cevallos, para invadir a ilha de Santa Catarina. Circulava um falso boato que a esquadra comandada por ele, tentaria uma nova ofensiva em Argel, porém, Cevallos, que já conhecia a Ilha e seus fortes, pois havia estado em 1755 na barra norte antes de se dirigir ao Rio da Prata, tinha outro destino. Em 13 de novembro de 1776, Cevallos e o marquês da Casa Tilly, comandante da esquadra, saíram do porte de Cádiz para realizar a tomada da Ilha de Santa Catarina²⁴.

No dia 20 de fevereiro de 1777 a esquadra aproximou seus navios da praia de Canasvieiras. No dia 25 todos os fortes haviam se rendido, Desterro foi tomada sem qualquer resistência. O próprio tenente de artilharia, José Henrique da Cunha, desertou e juntou-se aos espanhóis ainda no dia 23. “Da Fortaleza de São José da Ponta Grossa, de dentro da Casa do Comandante, foi assinada a rendição da guarnição portuguesa entre Cevallos e o Brigadeiro Sá e Faria, em 5 de março de 1777”²⁵.

Em março do mesmo ano, os cartógrafos espanhóis produziram *Planos* para representar a Ilha sob o poder espanhol. A *Isla de Santa Cathalina*²⁶, passava a ser exibida como mais novo domínio espanhol. O *Plano del puerto e isla de Santa Cathalina, en la costa del Brasil (...)*²⁷, com autoria desconhecida e datado de 1777, representa a grande e poderosa esquadra espanhola próxima à *Punta gorda*, São José da Ponta Grossa. Esse mesmo mapa é riquíssimo em detalhes, destaca as plantas das fortalezas e todo o relevo da Ilha.

Entretanto, o que demonstra outro mapa produzido nesse mesmo ano, *Plano de la Isla y Puerto de Santa Catalina situado en la America Meridional(...)*²⁸, do cartógrafo espanhol Tomás

23 MENDES, Jeferson. A manutenção do território na América portuguesa frente à invasão espanhola da ilha de Santa Catarina em 1777. In.: SERRÃO, José Vicente; DIREITO, Bárbara; RODRIGUES, Eugénia & MIRANDA, Susana Münch. **Direitos de Propriedade, Terra e Território nos Impérios Ultramarinos Europeus**. Lisboa: CEHC, ISCTE-IUL, 2014, p. 60.

24 MENDER, 2014, p. 60-63.

25 MADRUGA, 2013, p. 83.

26 Plano del puerto de Santa Cathalina situado en la costa del Brasil por Latt. de 27º, 36' Sur. Santa Catalina, 8/03/1777. AGS, MPD, 04, 001. Disponível em <http://www.mcu.es/ccbae/es/consulta/registro.cmd?id=176671>

27 Plano del puerto e isla de Santa Cathalina, en la costa del Brasil, situada su medianía en la Latitud Sur de 27 grados, 42 minutos, y en la longitud de 327 Grados, 40 minutos al Meridiano de Tenerife, 1777. AGS, MDP, 10, 013. Disponível em <http://www.mcu.es/ccbae/es/consulta/registro.cmd?id=176884>

28 Plano de la Isla y Puerto de Santa Catalina situado en la America Meridional : Hallase su Puerto en la Punta del Norte en 27 grados 26 minutos de Latitud Austral y en 327 grados 36 minutos de Longitud contada desde el Pico de Tenerife Sacado por el extracto que hizo estampar el año pasado de 1776 D. Cristvoal [sic] del Canto, habiéndose tenido este del que formó el año de 1757 D. Estevan Alvarez del Fierro, en punto maior. Tomás López, 1777, BNE, MR/2/154. Disponível em

Lopez, é que o conhecimento espanhol sobre a Ilha é bem anterior a sua tomada. O autor anota no canto superior direito que seu mapa resultou de anotações de terceiros, com informações de 1757 e 1776. Esses documentos confirmam o interesse espanhol na Ilha de Santa Catarina, e são registros da disputa também no campo diplomático, uma vez que cartografar determinado território denota a pretensão de possuí-lo ou confere legitimidade aquele já conquistado²⁹.

O fato de a tomada da Ilha ter ocorrido sem qualquer combate por parte dos soldados, é, segundo Augusto Silva, reflexo das relações econômicas que ela mantinha com Rio Grande de São Pedro, pois, mesmo servindo como base militar para o conflito, o centro das disputas se dava no Rio Grande:

Nos momentos de maior crise financeira, quando praticamente se deixara de pagar qualquer soldo aos militares, salário aos funcionários e cômmodos aos párocos, registravam-se entradas de numerário na Provedoria de Santa Catarina, de remessas enviadas do Rio de Janeiro, mas que se destinavam integralmente para o pagamento da guarnição do Rio Grande.³⁰

Sendo assim, e refletindo também o descaso com a região, no período em que São Pedro ficou sob governo espanhol (1765-1777), ocorreu um maior desenvolvimento econômico da Ilha. Os relatos sobre o ano em que os espanhóis a tiveram sob seu poder, revelam que na dinâmica local pouco se alterou. Contudo, não fica difícil compreender a postura assumida pelo tenente José Henrique da Cunha e por outros soldados desertores³¹.

Podemos ainda nos questionar se essa dinâmica local, onde os soldados se encontravam em situações precárias, não interferiu no resultado do conflito em 1777, pois mesmo que a derrota fosse inevitável, essa rendição sem qualquer resistência gerou muitos debates entre os governantes e ministros portugueses. Somente em outubro a Ilha retornaria às mãos portuguesas, com uma resolução diplomática pelo Tratado de Santo Ildefonso, assinado ainda em 1777.

Considerações Finais

Neste artigo, buscamos lançar um olhar mais amplo sob a constituição espacial do nosso objeto. Esse anseio teórico-metodológico, é fruto dos questionamentos acumulados ao

http://bibliotecadigitalhispanica.bne.es:80/webclient/DeliveryManager?pid=1559078&custom_att_2=simple_viewer

29 HARLEY, J. B. Mapas conocimiento y poder. In.: HARLEY, J. B. La nueva naturaleza de los mapas: ensayos sobre la historia de la cartografía. México: FCE, 2005, p. 79-112.

30 SILVA, p. 13-14, 2013.

31 SILVA, 2013.



longo da graduação, que nos instigaram a refletir sobre as possibilidades e limites da *História Global*³².

No século XVIII, a Capitania/Ilha de Santa Catarina em tudo se articulava ao Rio Grande de São Pedro e a Colônia de Sacramento. Ao ampliarmos ainda mais a escala, se articulava a região das minas, ao passo que se inseria no movimento de definição das fronteiras territoriais, onde Portugal buscava garantir a expansão ao sul e a oeste. Na arena global, se relacionava com os conflitos entre os impérios ibéricos que atuavam em lados opostos nas disputas entre Inglaterra e França.

Expressões locais dessas conexões, conflitos e processos podem ser percebidos pela espacialização dos ambientes colônias e políticas de povoamento. As fortificações, estruturas de grandíssimo porte, foram construídas para garantir a posse da Ilha e de boa parte do continente da América meridional, pois que era ela uma porta de entrada para o continente. No mesmo sentido, se empreendeu a imigração direcionada dos casais açorianos, pois, tendo em vista a política *uti possidetis*, a fortificação precisava ser feita de carne e osso, não bastando apenas as rochas. Contudo, o que fizemos foi evidenciar as relações entre as diferentes escalas de observação que nos era possível trabalhar, evidentemente, muitas lacunas e falhas ficaram pelo caminho, mas a resultado se mostrou deveras interessante para uma compreensão pretensiosamente global do objeto.

Referências

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

BODELÓN, Óscar Rico. **La ocupación española de Santa Catarina (1777-1778): Una Isla brasileña para Carlos III**. Tese (Doutoramento em História Moderna e Contemporânea), Universidad de Salamanca, 2013.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues Cabral. **As defesas da Ilha de Santa Catarina no Brasil-colônia**. [s.l.]: Conselho Federal de Cultura, 1972.

CARDOSO, Vitor Hugo Bastos. **As dinâmicas político-territoriais de uma comunidade periférica no sul da América portuguesa: a Ilha de Santa Catarina e seu continente, 1680-1750**. Dissertação (Mestrado em História). UFSC, 2013.

32 Segundo Sebastian Conrad (p. 15, 2017), a História Global é um objeto de estudo e uma forma particular para entender a História. É tanto um processo histórico, quanto uma metodologia, sendo que um é inseparável do outro. CONRAD, Sebastian. **História Global: una nueva visión para el mundo actual**. Barcelona: Editorial Planeta S.A, 2017.



CONRAD, Sebastian. **História Global: una nueva visión para el mundo actual**. Barcelona: Editorial Planeta S.A, 2017.

CHAUNU, Pierre. **Conquista e exploração dos novos mundos - século XVI**. Pioneira: São Paulo, 1984.

HARLEY, J. B. **Mapas conocimiento y poder**. In.: HARLEY, J. B. La nueva naturaleza de los mapas: ensayos sobre la historia de la cartografía. México: FCE, 2005, p. 79-112.

MADRUGA, Glenio. **Muralhas de ontem e de hoje: a Fortaleza de São José da Ponta Grossa**. Revista Santa Catarina em História, v.7, n.1, p. 80-88, Florianópolis, 2013.

MENDES, Jeferson. A manutenção do território na América portuguesa frente à invasão espanhola da ilha de Santa Catarina em 1777. In.: SERRÃO, José Vicente; DIREITO, Bárbara; RODRIGUES, Eugénia & MIRANDA, Susana Münch. **Direitos de Propriedade, Terra e Território nos Impérios Ultramarinos Europeus**. Lisboa: CEHC, ISCTE-IUL, 2014.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

NOVAIS, Fernando. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial**. São Paulo: Hucitec, 1998.

PRADO, Fabrício Pereira. **Colônia do Sacramento: a situação na fronteira platina no século XVIII**. Horizontes Antropológicos, n. 19, p. 79-104, Porto Alegre, 2003.

PIAZZA, Walter Fernando. **A colonização de Santa Catarina**. Porto Alegre: Pallotti, 1994. 311 p.

PIAZZA, Maria de Fátima Fontes. **A invasão espanhola na Ilha de Santa Catarina**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Brasília, 1978.

PORRO, Jesús María. “**La defensa y consolidación de las fronteras en el Septentrión novohispano: Geografía y desarrollos cartográficos (1759-1788)**”. Anuario de Estudios Americanos, n.º 68, pp. 19-50, Sevilla, enero/junio, 2011.

TONERA, Roberto; OLIVEIRA, Mauro Mendonça de. **As defesas da Ilha de Santa Catarina e do Rio Grande de São Pedro em 1786 de José Correia Rangel**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011.

SILVA, Augusto da. **A Ilha de Santa Catarina e sua Terra Firme: estudo sobre o governo de uma capitania subalterna (1738-1807)**. Tese (Doutorado em História), USP, 2008.

SOUZA, Augusto Fausto de. Fortificações no Brazil. In: **Tomo XLVIII, Parte II, da Revista Trimestral do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brazil**. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert & C., 1885, p. 20.

OBERMEIER, Franz. **As relações entre o Brasil e a região do Rio de La Plata no século XVI nos primeiros documentos sobre Assunção (Asunción) e Santa Catarina**. Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas, n.º 43 p. 317-341, Colonia/Weimar/Viena, 2006.



Fontes

Plano de la Isla y Puerto de Santa Catalina situado en la America Meridional : Hallase su Puerto en la Punta del Norte en 27 grados 26 minutos de Latitud Austral y en 327 grados 36 minutos de Longitud contada desde el Pico de Tenerife Sacado por el extracto que hizo estampar el año pasado de 1776 D. Cristvoal [sic] del Canto, habiéndose tenido este del que formó el año de 1757 D. Estevan Alvarez del Fierro, en punto maior. Tomás López, 1777, BNE, MR/2/154. Disponível em http://bibliotecadigitalhispanica.bne.es:80/webclient/DeliveryManager?pid=1559078&custom_att_2=simple_viewer.

Plano del puerto e isla de Santa Cathalina, en la costa del Brasil, situada su medianía en la Latitud Sur de 27 grados, 42 minutos, y en la longitud de 327 Grados, 40 minutos al Meridiano de Tenerife, 1777. AGS, MDP, 10, 013. Disponível em <http://www.mcu.es/ccbae/es/consulta/registro.cmd?id=176884>.

Plano del puerto de Santa Cathalina situado en la costa del Brasil por Latt. de 27°, 36' Sur. Santa Catalina, 8/03/1777. AGS, MPD, 04, 001. Disponível em <http://www.mcu.es/ccbae/es/consulta/registro.cmd?id=176671>.

Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim. [ca.] 1740. Desenho a nanquim, 28 x43,1 cm Coleção Cartográfica e Iconográfica Manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino. Disponível em <http://bdlb.bn.gov.br/redeMemoria/handle/20.500.12156.2/301607>.

Recebido em 04 de novembro de 2018.
Aceito para publicação em 14 de julho de 2020.



“Os estudantes não mandam flores”: projeto de memória do combate ao autoritarismo em Florianópolis (1968-2018) - Pedro Toniazzo Terres

“Os estudantes não mandam flores”: projeto de memória do combate ao autoritarismo em Florianópolis (1968-2018)

"The students don't send flowers": memory project on the combat against authoritarianism in Florianópolis (1968-2018)

Pedro Toniazzo Terres¹

Resumo: Neste estudo busco analisar como o passado do movimento estudantil em Florianópolis, Santa Catarina, pode ser explorado e ressignificado com o presente através do projeto “Os estudantes não mandam flores: (1968-2018)”. Através da utilização e discussão teórica da técnica de refotografia, visio mostrar novas formas de abordagem e práticas a serem produzidas pelos historiadores para que, através da arte, o público geral tenha acesso e interaja com discussões mais profundas sobre as memórias da ditadura militar.

Palavras-Chave: Movimento Estudantil; Refotografia; História Pública.

Abstract: In this study I try to analyse how the past of the student’s movement on Florianópolis can be explored and ressignified with the present through the project “The students don’t send flowers: (1968-2018)”. Through the utilization and theoretical discussion of the techniques of rephotography, I seek to show new approaches and practices to be produced by historians so that, through art, the general public may have access to and interact with deeper discussions about the memories of the military dictatorship in Brazil.

Keywords: Student’s Movement; Rephotography; Public History.

A memória da ditadura militar permanece viva. Nas palavras da professora aposentada da Universidade Federal de Santa Catarina, Marli Auras, proferidas em uma aula pública no centro de Florianópolis, às vésperas da eleição de 2018, trata-se de um “passado que não passa”. O lugar aonde as palavras foram proferidas é prova cabal disso: O centro de Florianópolis, sobretudo os arredores da Praça XV de Novembro, como o Palácio Cruz e Sousa e as escadarias da Catedral Metropolitana, foram e são palco dos movimentos sociais, e em grande medida servem como coração pulsante da vida política na cidade. Conforme aponta o Relatório da Comissão Memória e Verdade da UFSC, o trajeto usual das passeatas estudantis já na década de 1960 ia “descendo a rua Felipe Schmidt no sentido da Praça XV de Novembro até a frente da Catedral Metropolitana, onde haveria concentração”². Outro relato, do jornal “O Estado”, de 30 de maio de 1968, relata:

1 Graduando em História pela Universidade Federal de Santa Catarina, com interesse nas áreas de História do Tempo Presente, Teoria da História e História Pública. E-mail para contato pedroterres10@gmail.com

2 Relatório Final da Comissão Memória e Verdade da UFSC, vol. 1, p. 79.



“Os estudantes não mandam flores”: projeto de memória do combate ao autoritarismo em Florianópolis (1968-2018) - Pedro Toniazco Terres

Em frente à Catedral Metropolitana o cortejo se deteve para que os oradores começassem a falar ao povo. As escadarias do templo estavam completamente tomadas pelos populares. De um mini-palanque os acadêmicos de quase todas as Faculdades da UFSC pronunciaram discursos cuja tônica foi sempre a mesma: ataques a política educacional do governo, ao imperialismo americano e a Reitoria³.

De fato, durante a ditadura militar, dois grandes movimentos na história do movimento estudantil catarinense (e dos movimentos sociais como um todo) ocorreram nas imediações da praça: no evento relatado no jornal, em maio de 1968, os estudantes realizaram a primeira greve geral da história da UFSC, em protesto contra a situação precária da moradia estudantil, mas também contra o regime ditatorial como um todo; Em 1979, ocorrem os protestos da chamada “Novembrada”, na presença do último presidente do regime, João Figueiredo, com protestos generalizados contra a ditadura, com grande participação do movimento estudantil através do DCE da UFSC.

Figura 1 – Camadas de passado: Manifestações em frente à Catedral Metropolitana. Florianópolis, 1979/2018.



Autor: Pedro Toniazco Terres.

Já em 2018, o espaço da Praça XV de Novembro serviu também, em duas ocasiões, como ponto de encontro para a passeata do movimento “#EleNão”, organizado por diferentes coletivos de mulheres em protesto contra a candidatura de Jair Bolsonaro. O movimento teve escala nacional e, dentre as diversas críticas ao então candidato, apontava aspectos autoritários

3 Jornal **O Estado**, 30-05-1968, Florianópolis, contracapa. Hemeroteca da Biblioteca Pública de SC.

“Os estudantes não mandam flores”: projeto de memória do combate ao autoritarismo em Florianópolis (1968-2018) - Pedro Toniazzo Terres

e críticas aos elogios feitos à ditadura militar e sua defesa no uso da tortura, além de diversas afirmações misóginas proferidas por Bolsonaro.

50 anos separam a Greve Geral de 1968 dos protestos do movimento “#EleNão” e 39 separam-no da Novembroada. Apesar da divisão temporal, os três eventos são unidos pelo espaço compartilhado, unidos pelas entidades estudantis (sobretudo o DCE da UFSC) presentes, unidos pela luta contra figuras autoritárias, sejam elas o reitor João David Ferreira Lima, o ditador João Figueiredo ou o candidato (e agora presidente) Jair Bolsonaro.

Tendo em vista as permanências entre os diferentes momentos históricos citados, nasceu o projeto “Os estudantes não mandam flores (1968-2018)”, uma exposição pictórica que se utiliza da técnica da refotografia para evidenciar as diferentes camadas do tempo. O projeto também se alinha com as discussões teóricas da História Pública, entendendo a arte (e nesse caso a técnica de refotografia) como um poderoso meio de transmissão de conceitos complexos da historiografia de forma acessível. Este estudo busca traçar a base teórico-metodológica do projeto, percorrendo sobre como práticas de rememoração e ressignificação do passado podem trazer ganhos nas disputas de memória que tomam conta da esfera pública, sobretudo as memórias relacionadas ao período ditatorial, sobretudo no estado de Santa Catarina. Sobre a refotografia, busca-se estudar em que medida ela pode trazer uma conexão mais profunda entre a audiência e a historiografia, buscando criar uma consciência histórica pautada pelas lutas dos movimentos estudantis.

Refotografia: memória em imagem

A técnica de refotografia é um fenômeno recente, e que vem se popularizando, sobretudo, após a invenção da fotografia digital. O processo de refotografia consiste, em suma, em escolher uma fotografia antiga, e tendo ela como base, fotografar o mesmo objeto no presente, construindo uma terceira imagem, sobrepondo passado e presente. Seja através de fotos de família, de celebridades em sua adolescência ou a construção de locais famosos, a refotografia tornou-se prática comum na internet, sobretudo nas redes sociais da internet em que a imagem em si é o enfoque, como o *Flickr*, *Pinterest*, *Tumblr*, *Imgur* e *Instagram*. Em diversos cantos da internet, comunidades inteiras voltadas para criar e compartilhar experiências e projetos de refotografia, como é o caso da comunidade no *Reddit* “/PastAndPresentPics”, com mais de 33 mil participantes em junho de 2018⁴.

4 Disponível em: <https://web.archive.org/web/20180604225949/https://www.reddit.com/r/PastAndPresentPics/>



“Os estudantes não mandam flores”: projeto de memória do combate ao autoritarismo em Florianópolis (1968-2018) - Pedro Toniazzo Terres

Apesar de sua popularidade, salta aos olhos como a maior parte das contribuições dos usuários tendem a mostrar a passagem do tempo pura e simplesmente: a pessoa que antes era criança, torna-se adulta, o prédio que antes era novo e colorido, torna-se antigo e pálido. Como a refotografia pode transcender este tipo de rememoração de caráter efêmero e passar a abordar o passado de forma mais profunda, revelando o passado não apenas como mera passagem de tempo, mas como palco de mudanças sociais, culturais e estruturais? Aliás, será possível registrar mudanças históricas de forma tão profunda através da refotografia, ou mesmo da fotografia?”

Figura 2 - A figueira da Praça XV de Novembro, coração figurativo do centro da cidade. Florianópolis, 1968/2018.



Autor: Pedro Toniazzo Terres

As obras de autores como Jason Kalin parecem tensionar a uma resposta afirmativa, ao afirmar que:

By making the past and present appear simultaneously, rephotography brings into being multiple possibilities of people, places, and memories, of private lives and public displays. That is, rather than a representation of memory, suggests a practice of actively constructing and inhabiting memories and their times and places while also incorporating them into the present as active forces, as taking part in the world⁵.

5 KALIN, Jason. Remembering with Rephotography: A Social Practice for the Inventions of Memories. **Visual Communication Quarterly**, v. 20, n. 3, p. 168–179. (Tradução Livre): “Ao mostrar passado e presente simultaneamente, a refotografia dá vida a múltiplas possibilidades de pessoas, lugares, e memórias, de vidas privadas e manifestações públicas. Ou seja, a refotografia, invés de uma representação da memória, sugere a prática de ativamente construir e habitar memórias e seus tempos e espaços enquanto também incorporando-as no presente como forças ativas, tomando parte no mundo.”

Neste sentido, a refotografia permite (apesar de não garantir), através da representação simultânea, transmitir ideias e indicar mudanças históricas mais contundentes do que uma fotografia comum permite. Através da sobreposição, cria-se uma espécie de intertextualidade, e os sentidos e elementos de dois períodos distintos se equacionam, revelando e afirmando os distanciamentos e também as permanências.

Experiências interessantes que demonstram as potencialidades da refotografia podem ser encontradas em obras como “Rephotography and the Era of Witness”⁶, de Melissa Miles. A autora analisa o projeto “Ausencias”, produzido pelo fotógrafo argentino Gustavo Germano, cujo irmão desapareceu na ditadura argentina de 1976 a 1983. Em sua exposição, Germano utiliza-se de suas fotografias de família (e de outras famílias de desaparecidos da ditadura), e as fotografa novamente no presente, agora com as pessoas mais velhas, um tropo bastante comum dentro das comunidades de refotografia na internet, como já citado.

No entanto, claro, o significado é muito mais profundo, pois, justamente a ausência do irmão, a ausência dos desaparecidos são os objetos que se destacam nas comparações, e através do simples ato de colocar as fotografias lado-a-lado, transmite-se a ideia da perda e da dor das famílias que sofreram com o desaparecimento de um ente querido.

Figura 3 - A sacada do Palácio Cruz e Sousa, lugar de memória e palco da Novembrada. Florianópolis, 1979/2018.



Autor: Pedro Toniazzo Terres.

6 MILES, Melissa. Rephotography and the Era of Witness. *Photographies*, v. 9, n. 1, p. 51–69, 2016.

“Os estudantes não mandam flores”: projeto de memória do combate ao autoritarismo em Florianópolis (1968-2018) - Pedro Toniazzi Terres

Neste sentido, parece-me que a tarefa do fotógrafo por trás do projeto de refotografia se assemelha ao trabalho do historiador ao fazer seu recorte. Toda a fotografia é uma construção, uma imagem que se embasa na realidade, mas que é manipulável, mostra uma fração da realidade. O fotógrafo, dentro de suas limitações, pensa a imagem de forma a passar uma determinada ideia, constrói uma narrativa a partir da realidade. Esta narrativa, sobretudo quando lidamos com uma fotografia vinda de outro tempo, traz consigo questionamentos eminentemente históricos: nas palavras de Roland Barthes, “(...) ela me induz a me espantar, dirigindo-me a pergunta fundamental: por que será que vivo aqui e agora?”⁷. De forma similar, o historiador enfrenta a tarefa de, a partir de sua fonte, construir sua narrativa, analisando nela um recorte específico a partir de sua fundamentação teórico-metodológica. Carlo Ginzburg, nesse aspecto, descreve bem esta parte do ofício do historiador:

(...) essas narrações provisórias delimitam um âmbito de possibilidades que, frequentemente, são modificadas ou até descartadas no curso do processo de pesquisa. Podemos comparar essas narrativas à instâncias mediadoras entre questões e fontes, as quais influem profundamente (ainda que não de maneira exclusiva) sobre os modos pelos quais os dados históricos são recolhidos, eliminados, interpretados – e, por fim, naturalmente, narrados⁸.

Portanto, o fotógrafo, sobretudo ao pensar em uma refotografia, constrói duplamente sua imagem, pois não deve apenas escolher uma imagem antiga que servirá de base para seus intentos, mas escolherá qual “presente” deverá fotografar como comparativo. Dando um exemplo do próprio projeto “Os estudantes não mandam flores”, uma vez escolhidas as fotografias da Novembrada, poderia ter facilmente ido para a Praça XV de Novembro em um dia comum e replicar as fotografias em seus ângulos originais; no entanto, refotografá-las durante a manifestação contra o candidato Jair Bolsonaro, historicamente apoiador do regime militar, trazem significados adicionais e falam de maneira mais contundente com o passado.

Tendo em vista este questionamento eminentemente histórico ao se deparar com uma fotografia antiga, um projeto de refotografia tem a capacidade de, com a intenção e as perguntas certas, trazer para seu público uma reflexão maior sobre o passado do ambiente a sua volta, tanto no sentido literal, como os prédios e ruas, mas também sobre as mudanças sociais e culturais que ocorreram. A passagem de tempo é apenas pretexto para indagar a audiência sobre

7 BARTHES, Roland. **A câmara clara**: notas sobre a fotografia. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984. p. 125

8 GINZBURG, Carlo. **Relações de força**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 72



“Os estudantes não mandam flores”: projeto de memória do combate ao autoritarismo em Florianópolis (1968-2018) - Pedro Toniazco Terres

quais foram as lutas e quais os movimentos históricos que moldaram e mudaram o cenário urbano e a sociedade em sua volta.

Refotografia enquanto História Pública

O resgate da memória dos movimentos sociais em Santa Catarina, e aqui especificamente de Florianópolis são parte essencial das discussões sobre a construção de memória e de consciência histórica em Santa Catarina, sobretudo no que tangencia o período da Ditadura Militar. Apesar do extenso número de trabalhos acadêmicos realizados anualmente sobre a História de Santa Catarina, poucos são aqueles que chegam ao conhecimento do público geral ou implicam de forma mais contundente na formação e ressignificação da memória coletiva sobre o passado catarinense.

Neste sentido, a criação de disciplinas específicas e tópicos especiais voltados para a formação dos alunos em História Pública nas duas principais universidades de Florianópolis, UFSC e UDESC, tem sido e serão essenciais. As discussões do campo da História Pública vêm tomando, desde 2011, maiores espaços dentro das universidades brasileiras, sobretudo levando em conta as diversas ondas de revisionismo histórico e conservadorismo ocorridos na última década. Além disso, com a radical popularização das mídias digitais, as novas gerações de historiadores passaram a questionar qual o papel da História frente a existência e expansão de uma esfera pública digital.

Figura 4 - A necessidade da luta contra a repressão e a defesa da liberdade de expressão. Florianópolis, 1979/2018.



Autor: Pedro Toniazco Terres.

Como aponta Ana Maria Mauad⁹, o espaço público visual contemporâneo, a partir do século XX, passa a depender de forma ostensiva nas fotografias e no registro imagético. As fotografias da ditadura militar, seja a da morte de Vladimir Herzog ou da passeata dos cem mil, com um jovem pichando “Abaixo a ditadura!”, fazem parte do imaginário coletivo sobre o período, e presentes em diversos livros didáticos, almanaques históricos, páginas da internet e capas de livros. Este projeto de refotografia encoraja a divulgação e utilização das imagens sobre o movimento estudantil em Florianópolis, armazenadas nos acervos da cidade, para que elas passem a fazer parte também do espaço público visual das pessoas, da memória coletiva sobre o regime ditatorial.

A Hemeroteca da Biblioteca Pública de Florianópolis contém as edições físicas do jornal o Estado, excelentes fontes para encontrar fotografias e coberturas sobre os movimentos sociais em Florianópolis durante a ditadura, e talvez a principal fonte sobre a Greve Geral de 1968¹⁰. Além disso, a Agência de Comunicação da UFSC, a AGECOM, tem um extenso acervo de fotografias de toda a história da UFSC, sendo a maioria das fotografias utilizadas no projeto provenientes do acervo da AGECOM.

O projeto “Os Estudantes Não Mandam Flores” realizado no final de 2018, buscou mostrar as possibilidades da utilização das imagens históricas do passado da cidade de Florianópolis para a criação de refotografias que sensibilizassem o público em relação ao passado e à memória viva da cidade. Apesar do projeto ter sido uma experiência limitada, realizada no contexto de uma disciplina de graduação e sem muitos recursos, demonstra os potenciais e as possibilidades da técnica da refotografia como uma prática de História Pública a ser utilizada em projetos futuros e com horizontes mais abrangentes.

Referências

BUDDE, Leani; VAZ, Alexandre Fernandez. **Jornalismo e ditadura em Florianópolis: sobre o jornal O Estado**. Estudos em Jornalismo e Mídia, v. 11, n. 1, p. 191–202, 2014.

9 MAUAD, Ana Maria. Como as fotos visualizam a história pública? In: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (Org.). **Que História Pública Queremos?: What Public History do We Want?**. São Paulo: Letra & Voz, 2018. p. 121-129.

10 Uma excelente obra que analisa a cobertura do jornal O Estado durante a ditadura pode ser encontrado em BUDDE, Leani; VAZ, Alexandre Fernandez. **Jornalismo e ditadura em Florianópolis: sobre o jornal O Estado**. Estudos em Jornalismo e Mídia, v. 11, n. 1, p. 191–202, 2014.



“Os estudantes não mandam flores”: projeto de memória do combate ao autoritarismo em Florianópolis (1968-2018) - Pedro Toniazzo Terres

KALIN, Jason. Remembering with Rephotography: A Social Practice for the Inventions of Memories. **Visual Communication Quarterly**, v. 20, n. 3, p. 168–179, 2013.

MILES, Melissa. Rephotography and the Era of Witness. **Photographies**, v. 9, n. 1, p. 51–69, 2016.

BARTHES, Roland. **A câmara clara**: notas sobre a fotografia. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984. p. 125.

GINZBURG, Carlo. **Relações de força**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 72.

MAUAD, Ana Maria. Como as fotos visualizam a história pública? In: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (Org.). **Que História Pública Queremos?**: What Public History do We Want?. São Paulo: Letra & Voz, 2018. p. 121-129.

Recebido em 05 de novembro de 2018.

Aceito para publicação em 15 de julho de 2020.



O olhar de um viajante no século XIX: Langsdorff em Nossa Senhora do Desterro

A traveler's view in the nineteenth century: Langsdorff in Nossa Senhora do Desterro

Leonardo Antonio Solana Cassol

leocassol97@hotmail.com

Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo: Os relatos de viagem constituem uma importante fonte para o estudo da História de Santa Catarina. Esses documentos possuem a especificidade de ser fruto direto da subjetividade de um determinado sujeito. Muitas vezes considerada como um entrave, essa característica pode oferecer a possibilidade do estudo de relações que transcendem, mas estão sempre em direto contato com os viajantes. Assim, o presente artigo tem como proposta analisar o olhar de Georg Heinrich von Langsdorff sobre a paisagem e os habitantes de Nossa Senhora do Desterro entre 1803 e 1804 para demonstrar as múltiplas questões a serem postas pelos historiadores a essas fontes.

Palavras chave: relatos de viagem; Nossa Senhora do Desterro; século XIX; Georg Heinrich von Langsdorff.

Abstract: Travel journals constitute an important source for the study of the History of Santa Catarina. This documents have the specificity of being born directly from the subjectivity of an specific person. Many times viewed as an obstacle, this feature offers the possibility of the study of relations that transcends, although are always directly related to the travelers. So, the present article has the purpose of analyzing the views of Georg Heinrich von Langsdorff about the scenery and the inhabitants of Nossa Senhora do Desterro between 1803 and 1804 to demonstrate the multiple questions to be posed by historians to these sources.

Keywords: travel journals; Nossa Senhora do Desterro; nineteenth century; Georg Heinrich von Langsdorff.

Introdução

Diversos viajantes das mais variadas origens, tanto pela nacionalidade quanto por seus ofícios, transitaram pela Ilha de Santa Catarina nos séculos XVIII e XIX. Esses indivíduos mantinham diários de suas viagens onde descreviam os locais visitados, a fauna e flora, as cidades, os portos e a população da região. Um desses viajantes foi o naturalista alemão Georg Heinrich von Langsdorff (18 de abril de 1774 – 29 de julho de 1852) que esteve presente na primeira expedição estrangeira do século XIX que aportou em Nossa Senhora do Desterro, em 23 de dezembro de 1803. Langsdorff nasceu em Wollstein, estudou medicina na Universidade de Göttingen tendo exercido esse ofício em Portugal onde também se dedicou a história natural. A expedição que o traz para a Ilha de Santa Catarina é parte da primeira circum-navegação empreendida pelo governo russo, sendo que o trabalho de Langsdorff como naturalista nessa



viagem leva a sua nomeação para a função de Cônsul Geral da Rússia no Rio de Janeiro em 1813¹.

Os relatos de Langsdorff são aqui analisados para exemplificar como a literatura de viagem, além de descreverem aspectos de determinado período em uma região específica, tem como principal característica a maneira como são moldados e entendidos por um sujeito específico cuja subjetividade² impacta na percepção do mundo real. Dessa forma os relatos de viagem passam a ser uma forma de documentação cuja crítica deve ser feita tendo em vista os preconceitos carregados pelo viajante.

Langsdorff permaneceu em Nossa Senhora do Desterro até 4 de fevereiro de 1804 quando a expedição, que fazia parte, deixou o Brasil. Durante esse período Langsdorff descreveu a fauna e flora da região, as condições climáticas, atividades econômicas (especialmente a pesca da baleia), práticas médicas, alimentação, a população que habitava o local, danças e festividades em geral. Apesar da riqueza de detalhes trazidos pelo naturalista reafirmo que a importância dessa fonte não se limita apenas às observações tomadas como retrato de uma realidade. Os relatos de Langsdorff, assim como a literatura de viagem de estrangeiros que estiveram no Brasil, especialmente nos séculos XVIII e XIX, tem como especificidade questões relacionadas à subjetividade do viajante. Isso se deve ao fato que esses indivíduos têm seu olhar condicionado por elementos que constituíram sua visão de mundo, algo que pode ser percebido por juízos de valor emitidos nos relatos, assim como determinadas caracterizações sobre os habitantes de Nossa Senhora do Desterro.

Um dos principais elementos que marca os interesses de Langsdorff no Brasil, e consequentemente seus relatos, é sua formação como naturalista. Os naturalistas, segundo a descrição de Sarnaglia (2012), são, em grande maioria, cientistas e estudiosos europeus que a partir do século XVIII viajam para o Novo Mundo com um objetivo claro. O intuito desses sujeitos é realizar descrições do local, especialmente sobre a natureza da região, que passa a ser analisada conforme métodos científicos em desenvolvimento que determinam as formas de classificação e descrição das espécies³. As populações locais também são descritas, porém

1 HARO, Martim Afonso Palma de. **Ilha de Santa Catarina**: Relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX. Florianópolis: Editora da UFSC, Editora Lunardelli, 1996. p.160.

2 Aqui entende-se subjetividade como fenômenos da consciência conforme: ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fonte, 2007, p. 922. Ressalta-se porém que a entende-se aqui que esses fenômenos são moldados pela realidade assim como determinam a percepção a respeito dela.

3 SARNAGLIA, Marcela. O Brasil sob o olhar estrangeiro: um estudo da obra dois anos no Brasil de Auguste François Biard. In: RANGEL, Marcelo de Mello; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; ARAUJO, Valdeci Lopes de (orgs). **Caderno de resumos & Anais do 6º**. Seminário Brasileiro de História da Historiografia – O giro-linguístico e a historiografia: balanço e perspectivas. Ouro Preto: EdUFOP, 2012. p. 1-2.

quando se fala sobre esse tema percebe-se mais claramente as opiniões particulares desse naturalista, visto que tais descrições não são parte de métodos previamente estabelecidos.

No início do século XIX o perfil do viajante se amplia:

Com o desembarque de Dom João VI e a posterior abertura dos portos, o Brasil saiu, então, de seu estado de isolamento perante a Europa não-ibérica. O território brasileiro passou a receber um número significativo de estrangeiros. O próprio príncipe regente incentivava a vinda de expedições científicas, artísticas e comerciais para as terras brasileiras, no intuito de estudar e divulgar dados científicos sobre a nova sede do império. Buscou-se assim, incentivar o estudo da fauna e da flora. A partir de então, teve início um novo ciclo de viagens e expedições que tinham como destino o Brasil. Estrangeiros e nacionais passaram a ter permissão de explorar, conhecer e divulgar o território brasileiro⁴.

Os chamados “relatos de viagem” constituem uma fonte histórica repleta de especificidades, pois tratam da visão de sujeitos cuja subjetividade era marcada por diversos fatores que fazem parte do olhar dos viajantes estrangeiros através das suas experiências de vida na Europa. Dessa forma pode-se falar em filtros no “olhar” de viajantes que foram, por muito tempo, ignorados, logo esse tipo de fonte servia meramente para obtenção de dados, sejam eles geográficos, a respeito de fauna e flora, etc. O perigo em tomar essas fontes de maneira ingênua é algo alertado por Franco (2011)⁵, pois faz com que os preconceitos presentes nos relatos de viagem sejam meramente reproduzidos no trabalho historiográfico.

Percebe-se a importância de entender essa documentação como algo marcado pela especificidade de um sujeito que se insere em uma determinada conjuntura, sendo portador de uma cultura específica de sua própria sociedade assim como do local que ele ocupa nas hierarquias sociais. Assim, o presente trabalho busca realizar uma análise discursiva dessa fonte, levando em conta conceitos já estabelecidos na historiografia que trata da literatura de viagem especialmente aqueles que giram em torno da categorização do viajante naturalista ao longo do tempo. O principal elemento é a divisão entre relatos do século XVIII e XIX conforme sua natureza dita iluminista ou romântica respectivamente⁶. O relato de Langsdorff estaria marcado pela admiração por paisagens descritas como pitorescas e exóticas, classificadas como

4 Ibidem, p.2.

5 FRANCO, Stella Maris Scatena. Relatos de viagem: reflexões sobre seu uso como fonte documental. **Cadernos de Seminários de Pesquisa**, v. 2, p.62-86, 2011.

6 BONATO, Tiago. **O olhar, a descrição: a construção do sertão do nordeste brasileiro nos relatos de viagem do final do período colonial (1783-1822)**. Diss. Dissertação (Mestrado em História) –Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010. p.5-6.



parte do ideal romântico. A partir disso são abordadas questões referentes a sua ocupação como um naturalista europeu neste período, sendo esse o principal ponto analisado neste trabalho.

Nossa Senhora do Desterro para o estrangeiro

No dia 18 de dezembro (1803) pudemos ver a Ilha de Santa Catarina e, a uma distância de 60 a 80 milhas marítimas, recebíamos as boas vindas de variadas borboletas que, aparentemente, chegaram até ao navio, arrastadas para o mar por algum vento. (...) Estávamos esperando que pudéssemos fundear naquela noite ou no mais tardar pela madrugada e gozar as delícias do Brasil, quando uma violenta tempestade de ventos e chuvas nos obrigou a afastar da terra e, com a quantidade de ilhas ali em volta e sob forte vento do sul e altas ondas, procuramos segurança em mar aberto. Este vento frio permaneceu por mais tempo do que esperávamos e, somente no dia 20 pudemos tentar nova aproximação da costa, para fundear⁷.

Assim começa a viagem de Langsdorff à Ilha de Santa Catarina. No início do século XIX a sociedade em Desterro estava em processo de mudança. O século XVIII foi marcado pela vinda de açorianos e pelo desenvolvimento econômico voltado para produção da farinha de mandioca⁸ e o estabelecimento de armações baleeiras. A presença de escravos era reduzida se comparada com o período posterior a abertura dos portos em 1808, que leva ao crescimento da importação de africanos novos⁹. Assim, a sociedade encontrada por Langsdorff tinha ainda uma elite vinculada à funções militares e determinados setores do serviço público de caráter civil. As atividades produtivas eram complementadas por escravos, havendo situações de brancos e negros desempenhando as mesmas funções, de forma que outros relatos destacavam a simplicidade das condições materiais dos habitantes da ilha¹⁰.

Durante sua estadia empreende um intenso trabalho, descrevendo cada detalhe da região e da população da Nossa Senhora do Desterro. Em suas descrições percebe-se que ele não deixa de avaliar a população local, muitas vezes fazendo comparações com a Europa. Por exemplo:

Os moradores de toda a província são atenciosos, cordiais e expansivos, reina muita hospitalidade e vida social. À noite, reúnem-se em grupos de pequenas

7 LANGSDORFF, G. H. Von. Bemerkungen auf einer reise um die Weli in den Jahren 1803 bis 1807. Frankfurt am Main. 1822, in verlag bei Friedrich Wilms. Trad. de Dolores R. Simões de Almeida. In: HARO, Martim Afonso Palma de. **Ilha de Santa Catarina: Relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX.** Florianópolis: Editora da UFSC, Editora Lunardelli, 1996. p.161.

8 PEDRO, Joana Maria. Imagens femininas na formação da elite de Desterro. In **Mulheres faladas, mulheres honestas: uma questão de classe.** Florianópolis: UFSC, 1994, p. 19

9 MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Africanos em Santa Catarina: escravidão e identidade étnica. (1750-1850) In: FRAGOSO, João et. Al. **Nas rotas do Império.** Vitória: EDUFES, 2006, p. 622.

10 PEDRO, op.cit., p.20



famílias onde, segundo o costume bem português, dançam, riem, fazem gracejos cantam, e brincam. (...) As representantes do sexo feminino não são feias e entre as mulheres de classe mais alta estão algumas que, mesmo na Europa, teriam motivos para se firmarem como beldades¹¹.

Percebe-se que Langsdorff não poupa adjetivos para descrever a população local, especialmente “as representantes do sexo feminino”, sendo mais específico aquelas elogiadas pela semelhança com o padrão europeu em que o viajante está inserido. Porém também apresenta com estranhamento a sociabilidade das mulheres: “(...) o belo sexo recebe com muita gentileza os hóspedes e, em geral, não vive retraído ou confinado como na própria terra natal, Portugal, onde as damas vivem, durante o ano todo, enclausuradas”¹². Essa peculiaridade é também perceptível nos relatos de outros viajantes, sendo que Pedro (1994) trata sobre esse tema:

Estas imagens de mulheres, mais sociáveis do que as dos demais lugares do país, são recorrentes nos relatos dos viajantes e devem estar vinculadas à composição racial da Ilha, aos preconceitos raciais dos ditos viajantes à cultura específica da população que aí se instalou, bem como, possivelmente, a uma formação social que proporcionava um modo de vida diferente daqueles resultantes de uma economia escravista de exportação, com um processo de concentração vigoroso de propriedade e de rendas¹³.

Aqui busca-se entender como tais imagens são enfatizadas por estarem intimamente relacionadas com o olhar do viajante. Tal olhar perpassa toda a descrição feita por Langsdorff, tanto no que se refere a população quanto os relatos sobre a natureza, que como naturalista o viajante estava interessado em analisar. Portanto, deve-se destacar a maneira como a subjetividade, de Langsdorff, assim como de qualquer viajante, está presente no relato. Conforme Bonato (2010): “As imagens construídas ao longo dos relatos são importantes para entender o olhar destinado à paisagem pelos viajantes, uma vez que são fruto da concepção deles a respeito da região”¹⁴.

Dessa forma é importante ter em mente determinados pontos para trabalhar com os relatos de viagem: conferir o “lugar de enunciação” e o universo cultural do viajante; avaliar o período em que se escreveu o texto (durante ou após a jornada); a forma como foi elaborado o

11 LANGSDORFF op.cit, p.163.

12 Idem

13 PEDRO, Joana Maria, op.cit p. 21.

14 BONATO, op.cit., p.151.



relato (narrativa, memória, cartas, diário etc.); e quando se publicou o texto, se for o caso”¹⁵. Levar esses aspectos em conta ao trabalhar com essa forma de documentação é de suma importância, especialmente devido à grande circulação da literatura de viagem tanto entre o público leitor da época quanto pela historiografia nos séculos posteriores.

Consequentemente a circulação da literatura de viagem, diversas imagens a respeito da Ilha de Santa Catarina, assim como ocorria em todo o Brasil, eram construídas e disseminadas pelos viajantes na Euro¹⁶ e sobrevivem na historiografia brasileira, notadamente nos primórdios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), e em autores considerados clássicos como Capistrano de Abreu e Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre¹⁷. Um exemplo desse tipo de postura perante a literatura de viagem é a forma como foram tomados por muito tempo os relatos de Johann Baptiste von Spix e Carl Friedrich Philipp von Martius, ambos naturalistas alemães que foram colegas de expedição no Brasil entre os anos de 1817 e 1820. O grande problema sobre a maneira como a historiografia em questão abordou esses autores foi a falta de

(...) cuidado de analisar os filtros existentes entre os fatos narrados nos relatos e o seu narrador. Desta maneira, certos preconceitos - de que estavam impregnadas as narrativas -, acabavam sendo transpostos para a obra historiográfica. A título de exemplo, um trecho de Spix e Martius é citado para tratar dos “dengues e requebros lascivos” das mulatas da Bahia, ao que Capistrano acrescenta o comentário de que os mulatos eram “gente indócil e rixenta”. Também transparece outro aspecto pejorativo, que é o hábito dos viajantes de descreverem o país pelas “ausências”, pela falta de civilização e progresso – que, diga-se de passagem, os próprios europeus julgavam possuir¹⁸.

Com isso a problematização dessas fonte¹⁹ é um importante processo para desnaturalizar certas noções que marcaram o desenvolvimento local no decorrer do tempo e que de certa maneira são perpetuadas até os dias de hoje como parte do conjunto de estereótipos que

15 JUNQUEIRA, M. A. Elementos para uma discussão metodológica dos relatos de viagem como fonte para o historiador. In: JUNQUEIRA, Mary Anne; FRANCO, Stella Maris Scatena (orgs.). **Cadernos de Seminários de Pesquisa**. São Paulo: Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo / Humanitas, 2011, p. 47.

16 BONATO, op.cit., 71.

17 FRANCO, op.cit., p.63.

18 Ibidem, p.67

19 Além dos relatos de Langsdorff, diversos outros viajantes escreveram sobre Florianópolis nos séculos XVIII e XIX, como por exemplo Amédée François Frézier, George Shelcocke, George Anson, Urey Lisiansky, Adalbert von Chamisso, Louis Choris e diversos outros. Todos os relatos desses indivíduos podem ser encontrados em HARO (1996).

constroem a “Ilha da Magia”. Assim, os relatos romantizados, e muitas vezes exagerados, a respeito das belezas naturais ou da cordialidade dos moradores da Ilha de Santa Catarina são apresentados pela indústria turística, com o intuito de conferir certa autoridade para essa narrativa²⁰.

Langsdorff em Nossa Senhora do Desterro: o olhar de um naturalista estrangeiro sobre a Ilha de Santa Catarina no século XIX

Antes de abordar especificamente o caso de Langsdorff, cabe uma definição do que se entende pelo “olhar” de um viajante. Este olhar se distingue do mero ato de ver determinada circunstância e implica a produção do relato acerca da viagem. Sobre essa distinção Cardoso (1994) escreve:

Assim, de seu lado, o ver conota ingenuidade no vidente, evoca espontaneidade, desprevenção, sugerindo contração ou rarefação da subjetividade (...) De outro lado, no olhar — que deixa sempre aflorar certa intenção, trai sempre um certo urdimento, algum cálculo ou malícia — as marcas do artifício sublinham a atuação e poderes do sujeito²¹.

Ressalto também que os relatos desse período se inserem em uma estrutura “eurocêntrica” de percepção da realidade, conforme Todorov (2006) escreve sobre o apelo dos relatos de viagem entre o público Europeu: “Da primeira à última linha, esses textos exalam o sentimento de nossa superioridade”²².

No caso que será analisado, nem todos os elementos que constituem o olhar do viajante estrangeiro são conscientemente acionados na percepção da realidade, juízos de valor e maneiras de descrever o local visitado. Porém devemos destacar condições exteriores ao sujeito que caracterizam sua concepção de mundo e se evidenciam em seus relatos. Assim, para questionar quais são essas condições, parto de uma pergunta mais simples: Quem foi Langsdorff? Um naturalista alemão (ou seja estrangeiro em relação a Portugal²³) que esteve na

20 Sobre a importância das narrativas do passado na construção da ideia da “Ilha da Magia” ver: FLORES, Maria Bernadete Ramos. **A farra do boi**: palavras, sentidos, ficções. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1997.

21 CARDOSO, Sérgio. “O olhar dos viajantes”. In: NOVAES, Adauto. **O Olhar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p.348.

22 TODOROV, Tzvetan. A viagem e seu relato. **Revista de Letras**, São Paulo, v. 46, n.1, p. 231-244, jan/junho de 2006. p. 242.

23 Aqui entende-se estrangeiro em relação ao império português como um todo e não em relação ao Brasil. Essa escolha deu-se por existir uma diferença clara entre os relatos da grande maioria dos luso-brasileiros e dos demais viajantes europeus conforme: BONATO, op.cit., p.15.



Ilha de Santa Catarina entre 1803 e 1804 (pode-se dizer um sujeito do século XIX). Logo, existem três caracterizações, intimamente relacionadas, que precisam ser aprofundadas, pois são significativas para entender o relato desse viajante a respeito da região e dos habitantes de nossa Senhora do Desterro: o naturalista, o estrangeiro e, talvez o mais importante, o sujeito do século XIX imbuído de uma mentalidade²⁴ comumente denominada romântica²⁵. Adiante que essa mentalidade é marcada pela descrição do que se viu salientando o caráter exótico das terras e populações em questão, em relação ao viajante.

Como naturalista, Langsdorff realizou descrições de diversos animais e plantas encontradas na região referindo-se à natureza como viçosa, extremamente fértil e produzindo “um esplendor de forma, da riqueza e plenitude que se possa sonhar”²⁶. Esse tom acompanha as descrições específicas da fauna:

Por um lado, papagaios de diversas cores e tamanhos que sobrevoavam rapidamente aos gritos; à esquerda um tucano de bico grande e cor vermelha com peito amarelo (...) mais adiante uma borboleta colorida maior que um pássaro (...) À visão de tais imagens, que me pareciam um sonho, é que alcançamos a encosta de uma escarpada colina de terra vermelha, úmida e barrenta e quando fui surpreendido pelo panorama de um vale aberto²⁷.

Os relatos do viajante estrangeiro possuíam uma finalidade diferenciada da grande maioria daqueles produzidos por luso-brasileiros. As expedições de portugueses contaram, em grande maioria, com o auxílio da Coroa e tinham como objetivo:

(...) conhecer detalhadamente o mundo natural e repassar os resultados de exploração diretamente à Coroa portuguesa, ou seja, o uso dos relatos era de caráter administrativo e imediato. Esse fator possivelmente é um dos responsáveis pelas diferenças observadas aqui entre os relatos das viagens filosóficas portuguesas e as viagens realizadas por estrangeiros no século XIX²⁸.

Já estrangeiros como Langsdorff tinham como finalidade de seus relatos a divulgação para o público leitor europeu interessado pelo Novo. Desse modo, os relatos estrangeiros inserem-se também em uma característica comumente ligada ao século XIX, uma nova

24 Entende-se mentalidade como um indicativo de disposições e comportamentos inseridos em um grupo institucionalizado ou determinada linha de pensamento, nesse caso tal linha é o que chamo de romântico. Ver: ABBAGNANO, op.cit, p.659-660.

25 BONATO, op.cit., p. 5-6.

26 LANGSDORFF, op.cit., p.172.

27 Idem

28 BONATO, op.cit., p. 52.

sensibilidade que emerge junto do que se convencionou definir como um “espírito romântico”. Conforme Tiago Bonato:

Algumas finalidades diferenciadas, entretanto, fazem com que os resultados também se mostrem diferentes. As descrições dos cientistas luso-brasileiros eram de uso interno, uma maneira da Coroa conhecer e administrar os territórios ultramarinos, além de melhor explorá-los. Dessa forma, esses relatos seguem um padrão mais rígido e objetivo do que os relatos destinados à publicação. Grande parte dos relatos de viagem dos estrangeiros que visitaram a América portuguesa no século XIX tinha uma dupla finalidade: além do uso interno das narrativas – um relatório da natureza e da sociedade luso-brasileira entregue aos organizadores da viagem –, os relatos tinham, ainda, como finalidade, levar ao público europeu a realidade do novo mundo²⁹.

Existe, assim, não uma mudança completa, mas um acréscimo ao público que consumia a literatura de viagem possuindo interesses diferentes: a mera curiosidade e fascínio pelo Novo Mundo. O próprio Langsdorff não deixa de expressar esse novo interesse quando em princípios de seu relato escreve:

Excitado por tão belas imagens de minha fantasia, mal podia aguardar o retorno do sol para visitar a região paradisíaca. Confesso que minhas ideias eram exageradas e tensas, mas apesar disto, quanto mais eu me aproximava da terra, a realidade excedia minha expectativa³⁰.

Porém, é importante salientar que essa nova sensibilidade romântica não era oposta ao rigor científico. Assim como o caso de naturalistas como Karl von Martius³¹, em nenhum momento Langsdorff abandona o rigor científico característico das viagens de naturalistas já realizadas no século XVIII³². O que ocorre é uma mudança na forma que se desenvolvem as narrativas, sendo que o objetivo final permanecia sendo a descrição do mundo natural³³.

Por fim, cabe destacar como a natureza editorial desses relatos acaba fornecendo ao historiador uma fonte importante para o estudo de determinadas questões, visto que apresenta descrições detalhadas de certos elementos constantemente marginalizados pela documentação produzida por autoridades locais. Embora muitas vezes carregadas de preconceitos, os relatos de Langsdorff, por sua finalidade, deixaram registrados hábitos da população local, o que é

29 Ibidem, p. 58.

30 LANGSDORFF, op.cit., p. 162.

31 Especificamente sobre Martius ver: LISBOA, Karen Macknow. O Brasil dos naturalistas Spix e Martius. **Acervo**, v. 22, n. 1 jan-Jun, p. 179-194, 2011.

32 BONATO, op.cit., p. 63-65.

33 Ibidem, p. 61.

tratado, por exemplo, por Jaime José dos Santos Silva, que em “Entre a diversão e a proibição: as festas de escravos e libertos na Ilha de Santa Catarina” descreve festas de escravos e libertos na Ilha de Santa Catarina³⁴ e Antônio Emilio Morga no artigo “População Cativa na Capital da Província de Santa Catarina” apresenta as formas de repressão aos espaços de sociabilidade da população escrava durante o período de modernização³⁵, sendo que nesse trabalho os relatos de Langsdorff são utilizados para descrever o advento da modernidade em Desterro através do vestuário descrito pelo naturalista como sendo “europeu” tanto para homens quanto para mulheres³⁶.

Considerações finais

O que se percebe, a partir da literatura de viagem, é que a mesma pode e deve ser problematizada de diversas maneiras, referentes a natureza da fonte em questão, pelo historiador. Nesse trabalho demonstrou-se como essa fonte pode ser analisada de forma a compreender o universo em que o viajante está inserido, pois ao mesmo tempo em que apresenta descrições detalhadas da realidade, essas descrições partem do olhar de um determinado sujeito, de uma cultura, sociedade e lugar específicos

No caso de Langsdorff o estudo do mesmo indicou como o viajante tem seu olhar marcado pelas condições de sua época: a ampliação de um mercado editorial interessado pelo Novo Mundo. Tal fator exigiu narrativas que produzissem imagens, as quais podem parecer exageradas da realidade, ao mesmo tempo que a mesma deve ser descrita sem perder o rigor científico estabelecido no século XVIII. Portanto têm-se nesse tipo de fonte uma maneira de trabalhar tanto a história de Santa Catarina quanto os processos e transformações pelos quais passava a Europa entre os séculos XVIII e XIX, os quais moldam o olhar do viajante. Mais do que um entrave, a subjetividade desses viajantes oferece uma possibilidade de estudo de relações mais amplas que estão intimamente relacionadas com a constituição desses sujeitos, conforme procurou-se demonstrar pela experiência de Georg Heinrich von Langsdorff em Nossa Senhora do Desterro.

34 SILVA, Jaime José dos Santos. “Entre a diversão e a proibição: as festas de escravos e libertos na Ilha de Santa Catarina. In: MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. **História diversa**: africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: Editora UFSC, 2013. p. 109-130.

35 MORGA, Antonio Emilio. População Cativa na Capital da Província de Santa Catarina. **Fronteiras**: Revista de História, v. 14, n. 25, p. 149-160, 2013.

36 LANGSDORFF, op.cit., p. 165.



Referência

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fonte, 2007.

BONATO, Tiago. **O olhar, a descrição: a construção do sertão do nordeste brasileiro nos relatos de viagem do final do período colonial (1783-1822)**. Diss. Dissertação (Mestrado em História) –Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

CARDOSO, Sérgio. O olhar dos viajantes. In: NOVAES, Aduino. **O Olhar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p.347-360.

FRANCO, Stella Maris Scatena. Relatos de viagem: reflexões sobre seu uso como fonte documental. **Cadernos de Seminários de Pesquisa**, v. 2, p. 62-86, 2011.

JUNQUEIRA, Mary Anne. Elementos para uma discussão metodológica dos relatos de viagem como fonte para o historiador. In: JUNQUEIRA, Mary Anne; FRANCO, Stella Maris Scatena (orgs.). **Cadernos de Seminários de Pesquisa**. São Paulo: Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo / Humanitas, 2011, p. 45-61.

LISBOA, Karen Macknow. O Brasil dos naturalistas Spix e Martius. **Acervo**, v. 22, n. 1 jan-Jun, p. 179-194, 2011.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Africanos em Santa Catarina: escravidão e identidade étnica. (1750-1850) In: FRAGOSO, João et. Al. **Nas rotas do Império**. Vitória: EDUFES, 2006. P.609-643.

MORGA, Antonio Emilio. População Cativa na Capital da Província de Santa Catarina. **Froteiras: Revista de História**, v. 14, n. 25, p. 149-160, 2013.

PEDRO, Joana Maria. Imagens femininas na formação da elite de Desterro. In **Mulheres faladas, mulheres honestas: uma questão de classe**. Florianópolis: UFSC, 1994, p. 17-50.

SARNAGLIA, Marcela. O Brasil sob o olhar estrangeiro: um estudo da obra dois anos no brasil de Auguste François Biard. In: RANGEL, Marcelo de Mello; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; ARAUJO, Valdeci Lopes de (orgs). **Caderno de resumos & Anais do 6º**. Seminário Brasileiro de História da Historiografia – O giro-linguístico e a historiografia: balanço e perspectivas. Ouro Preto: EdUFOP, 2012.

SILVA, Jaime José dos Santos. “Entre a diversão e a proibição: as festas de escravos e libertos na Ilha de Santa Catarina. In: MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. **História diversa: africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora UFSC, 2013. p. 109-130.

TODOROV, Tzvetan. A viagem e seu relato. *Revista de Letras*, São Paulo, v. 46, n.1, p. 231-244, jan/junho de 2006.

Fontes



LANGSDORFF, G. H. Von. Bemerkungen auf einer reise um die Weli in den Jahren 1803 bis 1807. Frankfurt am Main. 1822, in verlag bei Friedrich Wilmans. Trad. de Dolores R. Simões de Almeida. In: HARO, Martim Afonso Palma de. **Ilha de Santa Catarina**: Relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX. Florianópolis: Editora da UFSC, 1996. p.157-184.

Recebido em 12 de dezembro de 2017.

Aceito para publicação em 22 de julho de 2020.



Seminário Internacional Fazendo Gênero: contribuindo para a consolidação dos Estudos de Gênero e Feministas em Santa Catarina

International Seminar Fazendo Gênero: contributing to the consolidation of Gender and Feminist Studies in Santa Catarina

Lídia Mallet Gonçalves¹

Resumo: A Universidade Federal de Santa Catarina se tornou um polo dos estudos das mulheres, de gênero e feministas no Sul do Brasil, descentralizando assim uma tradição de produção de conhecimento do Sudeste do país. O presente artigo busca refletir sobre as contribuições do Seminário Internacional Fazendo Gênero (FG) para a consolidação deste campo de estudos em Santa Catarina.

Palavras-Chave: Fazendo Gênero; Estudos de Gênero e Feministas; Santa Catarina; Universidade Federal de Santa Catarina.

Abstract: The Federal University of Santa Catarina has become a center for the women studies, gender, and feminists in southern Brazil, decentralizing a tradition of knowledge production in the southeast of the country. This article seeks to reflect on the contributions of the International Seminar Fazendo Gênero (FG) for the consolidation of this field of studies in Santa Catarina.

Keywords: Fazendo Gênero; Gender and Feminist Studies; Santa Catarina; Universidade Federal de Santa Catarina.

Introdução

Segundo Céli Regina Pinto², Heleieth Saffioti inaugura a produção acadêmica de estudos sobre a mulher no Brasil em 1967 com sua tese de livre-docência, *A Mulher na Sociedade de Classes*. Mas é a partir de meados da década de 70 que os estudos sobre a mulher entram em voga. Essa emergência pode ser atrelada a uma aproximação do feminismo com a academia. Nos anos 70, a utilização do termo "mulher" pretendia preencher as lacunas do conhecimento sobre a situação das mulheres em todos os âmbitos da vida, tanto pública quanto privada³.

1 Graduanda de Bacharelado e Licenciatura em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Artigo redigido em 2018/2 para fins de avaliação da disciplina de História de Santa Catarina, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Cristina Scheibe Wolff e revisado em 2020/1 para publicação. Email: lidia.mallet@gmail.com

2 PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. p. 86.

3 HEILBORN, Maria Luiza e SORJ, Bila. "Estudos de gênero no Brasil", in: MICELI, Sérgio (org.) *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*, ANPOCS/CAPES. Disponível na Biblioteca Digital CLAM. Disponível em <http://sistema.clam.org.br/biblioteca/?q=node/102> Acesso em 03 de julho de 2020, p. 4.



Uma das maiores iniciativas feitas na área dos estudos sobre a mulher aconteceu em 1978 com o apoio financeiro da Fundação Ford⁴, a partir do concurso de dotações para pesquisas sobre a mulher brasileira realizado pela Fundação Carlos Chagas⁵. No Brasil, as pesquisadoras e pesquisadores permaneceram nas instituições de ensino e a partir delas, formaram grupos de estudos com o intuito de obter o reconhecimento dentro de seus campos, com a formação de laboratórios, grupos de estudo e pesquisa específicos para o desenvolvimento da temática⁶.

O texto de Joan Scott, *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*⁷, apresentado originalmente no ano de 1985 durante a reunião da American Historical Association, traz o debate de teóricas feministas do período que propõem reformular os paradigmas da História, compreendendo gênero em uma categoria analítica. No Brasil, o conceito foi apropriado e traduzido para o contexto nacional, onde observa-se uma gradativa substituição do termo mulher/mulheres pelo termo gênero. Esta mudança favoreceu a rejeição do determinismo biológico implícito no uso dos termos sexo ou diferença sexual e enfatizou os aspectos relacionais e culturais da construção social do feminino e masculino⁸.

O presente artigo busca refletir, dentro desse contexto, sobre as contribuições do Seminário Internacional Fazendo Gênero (FG) para a consolidação dos estudos das mulheres, de gênero e feministas em Santa Catarina. Para isso foi levantado o histórico do evento através dos cadernos de programação do FG e os documentos da memória referentes ao mesmo encontrados no espaço do Centro de Documentação do Instituto de Estudos de Gênero da UFSC (CEDOC/IEG), além da articulação com a bibliografia disponível.

Feminismo Acadêmico: Estudos das Mulheres, de Gênero e Feministas na UFSC

Em Santa Catarina, os estudos sobre a mulher passavam a figurar em diferentes departamentos na Universidade Federal de Santa Catarina desde os anos 1980. Desde então, o campo continuou se diversificando enormemente e a ampliação da produção acompanhou a

4 Antes do apoio financeiro da Fundação Ford é importante salientar que de 1975 até 1985, as feministas, majoritariamente ligadas ao ensino superior e a pesquisa acadêmica, organizavam suas reuniões anuais no espaço das reuniões da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) (PINTO, 2003, p. 62).

5 COSTA, Albertina de Oliveira. Os Estudos da Mulher no Brasil ou a Estratégia da Corda Bamba. **Revista Estudos Feministas**, número especial, França-Brasil-Québec, p. 401-409, segundo semestre 1994, p. 404.

6 HEILBORN; SORJ. Op. Cit., 4.

7 SCOTT. Joan. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Vol. 20, No. 2, jul-dez, 1990.

8 HEILBORN; SORJ, Op. Cit., p. 3-4.



diversificação das temáticas apoiadas posteriormente em perspectivas de gênero. Maíse Zucco na dissertação de Mestrado em História, intitulada *Mulheres, feminismos em Florianópolis e suas relações com outros espaços de poder no território brasileiro*⁹, dedica um capítulo sobre a trajetória dos estudos de gênero em Florianópolis. Segundo a autora (2008, p. 62) a trajetória dos estudos das mulheres, de gênero e dos feminismos em Florianópolis tem origem nos grupos de discussão formados a partir das universidades. Nos anos 70 dois Grupos de Vivências se autodenominavam feministas em Florianópolis, o Coletivo Feminista Amálgama junto com o Grupo Feminista Vivências¹⁰, ambos contando com a participação de professoras e estudantes da UFSC.

Com a consolidação dos cursos de Pós-Graduação na UFSC se inicia uma tradição local de produção acadêmica de estudos sobre a mulher. Nos anos 1980, começam a aparecer os primeiros estudos sobre mulheres na universidade. Em 1981 já temos uma defesa sobre a temática, a dissertação intitulada *Reis e Rainhas de desterro – um estudo de caso*, de Regina Maria Erdmann.

A partir de um levantamento inicial no Repositório Institucional da UFSC¹¹, que tomou como base a seleção de dissertações combinando a palavra-chave "mulher" e a datação dos anos 1980, foi possível identificar 14 dissertações para obtenção do título de mestrado entre os anos 1981 e 1994 em diferentes departamentos da instituição.

Tabela 1: Dissertações de estudos sobre a mulher defendidas na UFSC entre 1981-1994

Data da defesa	Autoria	Título	Programa de Pós-Graduação
1981	Regina Maria Erdmann	Reis e rainhas no desterro – Um estudo de caso	Mestrado em Antropologia
1983	Dagmar U.S Von Linsingen	Rainha do lar ou reprodutora ideológica	Mestrado em Antropologia
1983	Erinalva Medeiros Ferreira	"A figuração da (des) igualdade", algumas idéias sobre o "espaço público" de poder da mulher desde sua condição "privada"	Mestrado em Direito do Estado*
1985	Lélia Pereira da Silva Nunes	Trabalho da mulher: discriminação, realização profissional e realização pessoal	Mestrado em Administração Pública

9 ZUCCO, Maíse Caroline. **Mulheres, feminismos em Florianópolis e suas relações com outros espaços de poder no território brasileiro**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Florianópolis: UFSC, 2008.

10 CASTILHOS, Clair. **O movimento feminista e de mulheres em Santa Catarina**. Clair Castilhos, 2012. Disponível em <https://claircastilhos.wordpress.com/2012/04/26/o-movimento-feminista-e-de-mulheres-em-santa-catarina/> Acesso em 02 jul. 2020.

11 Informações obtidas através do site do Repositório Institucional da UFSC. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br>



1987	Clitia Helena Backx Martins	Mulher e política: as relações de gênero no PMDB de Santa Catarina	Mestrado em Sociologia
1987	Maria Regina Azevedo Lisboa	A Sagrada Família: A Questão de Gênero Em Famílias Católicas	Mestrado em Antropologia
1988	Sônia Malheiros Miguel	Um olhar para dentro: o movimento feminista no rio de janeiro	Mestrado em Sociologia
1888	Marilda Rosa G.C Gonçalves da Silva	Mulheres profissionais: um estudo de papéis sexuais e suas implicações no cotidiano	Mestrado em Antropologia
1990	Angela Maria Alvarez	Identificação das exigências de auto-cuidado terapêutico em mulheres idosas e sua competência para satisfazê-las	Mestrado em Enfermagem
1991	Evanguelia Kotzias Atherino dos Santos	A mulher como foco central na prática do aleitamento materno: uma experiência assistencial fundamentada na teoria do autocuidado de Orem	Mestrado em Enfermagem
1992	Olga Regina Zigelli Garcia	Orgasmo feminino da expressão ao início da compreensão	Mestrado em Enfermagem
1992	Viviane D'Avila Heidenreich	Social reform in the fiction of Charlotte Perkins Gilman and Olive Schreiner	Mestrado em Letras
1993	Ana Maria do Nascimento Aquini	O trabalho e a construção da mulher na sociedade	Mestrado em Educação
1994	Marisa Monticelli	O nascimento como rito de passagem: uma abordagem cultural para o cuidado de enfermagem as mulheres e recém-nascidos	Mestrado em Enfermagem

*Atualmente se chama Programa de Pós-Graduação em Direito.

Fonte: Tabela organizada por Lídia Mallet Gonçalves, 2020.

Paralelamente à produção de alunas e professoras, em 1984 é criado o Núcleo de Estudos da Mulher, que reunia pesquisadoras nas áreas dos estudos sobre as mulheres em diferentes campos do conhecimento dentro da universidade. Inaugurando uma tradição de eventos acadêmicos na temática, no ano de 1985, ocorreu o *Seminário Regional sobre a Mulher na Literatura*¹², que tinha como objetivo, além de realizar um levantamento dos estudos existentes na área, articular pesquisadoras provenientes da região Sul do Brasil. Em 1989, já em âmbito nacional, a UFSC sedia o *III Seminário Nacional Mulher e Literatura*, organizado por Suzana Funk, Zahidé Muzart¹³, Carmen Rosa Caldas-Coulthard, dentre outras

12 Seminário Nacional Mulher e Literatura: Apresentação. Disponível em <http://mulhereliteratura2019.com.br/site/default.asp?ac=0> Acesso em 03 de julho 2020.

13 Zahidé Lupinacci Muzart (Cruz Alta, 1939 – Florianópolis, 2015) foi professora da UFSC de 1976 até 2013. Atuou na função de coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Literatura da UFSC (PPGLit-UFSC), intercalados em dois períodos, de 1981 a 1983 e de 1986 a 1987. Muzart foi criadora da Revista Travessia da UFSC no ano de 1980 e sua Editora por 13 anos. Atuou também, como Editora de artigos da Revista Estudos Feministas, UFSC; Editora de resenhas da Revista Estudos Feministas Parecerista das revistas Brasil/Brazil



pesquisadoras, contou com uma mesa redonda sobre gênero com Maria Luiza Heilborn e Albertina de Oliveira Costa¹⁴. Este evento, foi base de inspiração para a criação do Fazendo Gênero e teve como debates centrais os aportes teóricos e metodológicos da crítica feminista. Em 1989, foi realizado o 1º Encontro de Estudos sobre a Mulher na UFSC que reuniu pesquisas da Psicologia, Antropologia, Enfermagem, Nutrição, Sociologia, História, entre outras áreas acadêmicas.

No mesmo ano, o antigo Núcleo de Estudos da Mulher se reorganiza e se transforma em Núcleo Interdisciplinar de Estudos de Gênero (NEG). Este núcleo buscou reunir pesquisadores de distintas áreas do conhecimento que estudassem gênero. Participavam deste núcleo, pesquisadoras de Literatura, Antropologia, Psicologia, História, Nutrição, Sociologia, Enfermagem¹⁵.

Fazendo Gênero

Os eventos fazem parte da trajetória dos estudos de mulheres e de gênero no âmbito acadêmico. Nos anos 90, com a consolidação deste campo de estudos na UFSC, ocorreu do dia 30 de novembro a 2 de dezembro de 1994, a primeira edição do *Fazendo Gênero – Seminário de Estudos sobre a Mulher* no Centro de Comunicação e Expressão (CCE). O evento foi idealizado pela professora Dra. Zahidé Lupinacci Muzart e organizado pelo Programa de Pós-Graduação em Literatura.

Nesta ocasião o evento não contou com o apoio financeiro dos órgãos de pesquisa nacionais, contou apenas com o apoio local da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, do Centro de Comunicação e Expressão, do Departamento de Língua e Literatura Vernáculas, do Departamento de Língua e Literatura Estrangeiras, dos Cursos de Pós-Graduação em Letras: Inglês e Literatura Brasileira, da Pós-Graduação em História e da Pós-Graduação em Antropologia, da UFSC, além da Fundação Catarinense de Cultura¹⁶.

(PUC/RS); Signotica (UFG); Travessia (UFSC); Verbo de Minas (UFJF); Plural/Pluriel (Univ. Nanterre, França); Anuário (UFSC). Depois de aposentada seguiu atuante na UFSC, vinculada ao núcleo Literatura e Memória (NuLIME), da linha de pesquisa Crítica Feminista e Estudos de Gênero do PPGLit-UFSC. Teve um papel crucial na organização de dez edições do Seminário Internacional Fazendo Gênero dos anos de 1994 até 2013. Também se manteve ativa como coordenadora do Instituto de Estudos de Gênero (IEG/UFSC) e como editora de artigos e resenhas da Revista de Estudos Feministas (REF). E especialmente, se dedicou à Editora Mulheres.

14 GROSSI, Miriam Pilar. Conferência de Encerramento. **6º Curso de Curta Duração em Gênero e Feminismo & Intercongresso Fazendo Gênero**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 03 de agosto de 2018. (Anotações pessoais).

15 ZUCCO, Op. Cit., p.72.

16 Anais do [I] Fazendo Gênero. Seminário de Estudos sobre a Mulher. Ponta Grossa: UEPG, 1994, p. 10-12.



A primeira edição do seminário teve como ênfase o gênero na Literatura, Antropologia e História, além de debates sobre o feminismo contemporâneo. A programação foi organizada da seguinte maneira: conferências, painéis e comunicações. Desta primeira edição do evento, foi publicada uma coletânea de resumos dos 100 trabalhos apresentados intitulada de *Fazendo Gênero*.

Fig 1: Capa do livro Fazendo Gênero - Seminário de Estudos sobre a Mulher.



Fonte: Fazendo Gênero: Seminário de Estudos sobre a Mulher. Ponta Grossa: UEPG, 1994. Arquivo: CEDOC/IEG, Florianópolis.

É interessante atentar-se ao fato de que o evento já nasceu de forma bastante plural, incluindo diferenças teóricas e metodológicas, por exemplo algumas pesquisas já adotavam a categoria gênero nos seus trabalhos, outras preferiram usar os termos feminista, mulher ou mulheres. Outro aspecto importante é a participação de pesquisadoras internacionais. Nesta primeira edição participaram Darlene J. Sadlier (Universidade de Indiana/EUA) e Sonia E. Alvarez (Universidade da Califórnia/EUA).

A segunda edição do evento, intitulado de *Fazendo Gênero - Um encontro Interdisciplinar*, ocorreu entre os dias 15 e 17 de maio de 1996, no Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH). A temática do evento possibilitou a partir de um olhar interdisciplinar, um debate sobre os estudos de gênero e a ampliação da categoria para além da problemática da submissão da mulher ao homem¹⁷.

17 PEDRO, Joana Maria; LISBOA, Maria Regina Azevedo; GROSSI, Miriam Pilar. Apresentação. In **Revista Ciências Humanas**, v.15, n. 21 (1997).

Nesta edição do evento, o número de apresentações quadruplicou. Reunindo cerca de 400 pesquisadoras e pesquisadores de diversas instituições de ensino do Brasil, o evento dividiu-se em grupos de trabalho e mesas redondas. Deste encontro foram produzidas duas publicações: uma edição especial na *Revista de Ciências Humanas*¹⁸ e o livro *Masculino, Feminino, Plural: o gênero na interdisciplinaridade*, organizado pelas professoras e pesquisadoras Miriam Grossi e Joana Maria Pedro.

As publicações resultantes do evento desde seu princípio têm um papel crucial na constituição de legitimidade acadêmica dos estudos de gênero e feministas. A partir da segunda edição do evento, a responsável pela maioria destas publicações foi a Editora Mulheres.¹⁹ As publicações do evento sempre tiveram caráter interdisciplinar e variedade temática. Na primeira coletânea publicada pela Editora Mulheres com os trabalhos oriundos do Fazendo Gênero as autoras destacam “os textos desta coletânea refletem o estado atual do debate teórico-metodológico que se faz hoje nos estudos de gênero, debates que ultrapassam fronteiras disciplinares e apontam para a originalidade da produção no Brasil, tanto no campo teórico quanto no temático”²⁰.

Em sua terceira edição, fugindo do eixo CCE e CFH e buscando estabelecer elos com outros centros da universidade, o *Fazendo Gênero 3 - Gênero e Saúde*, ocorreu entre os dias 13 e 15 de maio de 1998 e foi sediado no Centro de Ciências da Saúde. Como resultado desta edição foram publicadas uma edição da *Revista de Ciências da Saúde: Gênero e Saúde*²¹ e o livro *Falas de Gênero*, organizado por Alcione Leite da Silva, Mara Coelho de Souza Lago e Tânia Regina Oliveira Ramos, também publicado pela Editora Mulheres, em 1999.

Também no ano de 1999, a *Revista Estudos Feministas*²² foi realocada do Rio de Janeiro (UFRJ) para a UFSC. Frente ao desenvolvimento dos estudos de gênero na instituição e com apoio da equipe que organizava o Fazendo Gênero, Claudia de Lima Costa e Miriam Grossi

18 **Revista Ciências Humanas**, v. 15, n. 21 (1997). Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/issue/view/1082/showToc>.

19 Muzart foi a grande responsável por trás da Editora Mulheres. A Editora nasceu no intuito de resgatar a história literária das mulheres brasileiras no século XIX. A Editora Mulheres foi responsável pela maioria das publicações oriundas do Fazendo Gênero de sua segunda edição até sua décima. Com o falecimento de Zahidé em 2015, a Editora foi vendida pelos herdeiros.

20 PEDRO e GROSSI, 1998, p. 11.

21 **Revista de Ciências da Saúde: Gênero e Saúde** (UFSC, CCS - v. XVII, n. 1, jan/jun, Florianópolis: EdUFSC, 1998).

22 GROSSI, Miriam Pillar. A *Revista Estudos Feministas* faz 10 anos: Uma breve história do feminismo no Brasil. **Revista Estudos Feministas**. vol.12, n.º especial/2004.



trouxeram a revista para Florianópolis. Atualmente a REF é a principal publicação da área no Brasil²³.

Na edição do ano 2000, o *Fazendo Gênero 4: Cultura Política e Sexualidade no Século XXI*, ocorreu entre os dias 23 e 25 de maio e ampliou seu alcance, caracterizando-se oficialmente como um evento internacional. As três temáticas centrais marcavam as principais pautas referentes às relações de gênero, movimentos sociais e teorias feministas na virada do século²⁴. O evento, além de Grupos de Trabalho (GT's) e Mesas Redondas, incluiu na programação Mostras e a Exposição de Fotografias: Feminino, Masculino e Plural, que aconteceu no *hall* da reitoria²⁵.

A quarta edição do evento contou com 9 Mesas Redondas e 40 GT's. Participaram do evento pesquisadoras internacionais como Françoise Héritier (Collège de France, França), Graciela Sapriza (Universidad de la República, Uruguai), Lia Zanotta Machado (Universidad de Buenos Aires, Argentina), Sonia Álvarez (University of Califórnia, EUA), Virgínia Vargas (Centro de la Mujer Peruana Flora Tristán, Peru), Carmen Diana Deere (Massachusetts University, EUA) entre outras.

Outra conquista importante para os estudos de gênero na UFSC em 2000 foi a incorporação da área de Estudos de Gênero no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH), que de 2005 a 2019 contou com mais de 40 teses defendidas²⁶.

Retomando o Fazendo Gênero, sua quinta edição *Feminismo como Política*, ocorreu entre os dias 8 e 11 de outubro de 2002. Além das conferências e mesas redondas, foram incluídas na programação do evento as sessões de comunicações livres, que contaram com 61 eixos temáticos. A temática do evento pretendia, conforme a apresentação do caderno de programação:

(...) proporcionar um espaço de reflexão sobre a dupla direção das relações dos estudos feministas e de gênero com a política: de um lado, a centralidade do político na formação e na construção desse campo de estudos, em suas dimensões teóricas, temáticas e metodológicas; de outro lado, a importância e

23 WOLFF, Cristina Scheibe. **Revista Estudos Feministas: uma trajetória de desafios**. *Storia delle Donne*, v. 15, 2019, p. 37.

24 Seminário Internacional Fazendo Gênero. **Caderno de Programação do Fazendo Gênero 4: cultura, política e sexualidade no século XXI**. Florianópolis: UFSC, 2000, p. 3.

25 Programação: Fazendo Gênero 4. Disponível em <http://www.fazendogenero.ufsc.br/4/index.html>. Acesso em 07 nov. 2019.

26 Informações sobre a área de concentração de Estudos de Gênero no Programa de Pós Graduação em Ciências Humanas no website da instituição. Disponível em <https://ppgich.ufsc.br/334-2/estudo-de-genero/>. Acesso em 07 nov. 2019.



o papel fundamental do feminismo e das questões de gênero nas questões políticas contemporâneas²⁷.

Nesta quinta edição, além da mostra de fotografias, também foi realizada a primeira mostra audiovisual, firmando o evento também como um espaço de arte. Como resultado dos Encontros Internacionais Fazendo Gênero 4 e 5 foi publicada uma coletânea de três volumes com trabalhos que se destacaram nos dois encontros, organizados respectivamente por Maria Regina Lisboa e Sônia Weidner Maluf, *Gênero, cultura e poder*; organizado por Cláudia Lima Costa e Simone Pereira Schmidt, *Poéticas e políticas feministas*; e *Genealogias do silêncio: feminismo e gênero*, sob a organização de Carmen Sílvia Moraes Rial e Maria Juracy Toneli.

A sexta edição, *Fazendo Gênero – Fazeres Globais/ Saberes Locais/ Fazeres Locais/ Saberes Globais*, ocorreu entre os dias 10 e 13 de agosto de 2004. Teve como tema central as problemáticas levantadas em um cenário de globalização confrontando os estudos feministas e de gênero. De acordo com a apresentação do evento no caderno de resumos:

Considerando-se as problemáticas colocadas em um quadro de globalização, guerra, aviltamento generalizado dos direitos sociais, culturais e políticos, quebra das expectativas quanto aos grandes projetos da modernidade, o encontro buscou contemplar temas que permitiram um aprofundamento da reflexão e do debate sobre os desafios globais, confrontando os estudos feministas e de gênero na confluência de vários tipos de saberes a partir de espaços cada vez mais híbridos²⁸.

Além da organização tradicional do evento que contou com mesas redondas, conferências, comunicações livres, mostras e exposições, a sexta edição incluiu sessões de pôsteres com trabalhos de estudantes de cursos de graduação. Outra novidade desta edição foi os lançamentos de livros, que se tornaram uma tradição do evento. Como resultado dos trabalhos apresentados no Seminário Internacional Fazendo Gênero 6, foi publicado pela Editora Mulheres o livro, *Saberes e fazeres de gênero: entre o local e o global*, organizado por Luzinete Simões Minella e Susana Bornéo Funck.

Entre a sexta e sétima edição do Seminário Internacional Fazendo Gênero, a partir de um processo de mais de dez anos de envolvimento com os estudos de gênero, um grupo de pesquisadoras da UFSC, associadas a outras pesquisadoras e pesquisadores da Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC), Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL) e

27 Caderno de Programação do V Encontro Internacional Fazendo Gênero. Florianópolis, 2002, s/p.

28 Encontro Internacional Fazendo Gênero. **Caderno de Programação e Resumos do Encontro Internacional Fazendo Gênero 6: Saberes Globais/Fazeres locais. Fazeres Globais/Saberes Locais.** Florianópolis, 2004, s/p.



Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI) criaram, em 2005, o Instituto de Estudos de Gênero (IEG)²⁹, sediado no Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC. O IEG nasceu com o objetivo de articular e viabilizar um conjunto extenso de atividades de ensino, pesquisa e extensão. Neste contexto o IEG, a partir do trabalho de suas coordenadoras, bolsistas, e servidoras, assumiu a responsabilidade de dar continuidade às atividades do Fazendo Gênero.

É importante salientar o papel do IEG, que vem articulando com suas seis Frentes: 1) o próprio Fazendo Gênero; 2) a Revista de Estudos Feministas; 3) a área de concentração de Estudos de Gênero no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH); 4) o Centro de Documentação (CEDOC/IEG); 5) o Espaço Cultural Gênero e Diversidade 6) os vinte Laboratórios e Núcleos³⁰ dentro e fora da UFSC, atividades formativas como os Cursos de Curta duração em Gênero e Feminismos, palestras, atividades de formação para professores como o curso Gênero e Diversidade, entre outras atividades teóricas e artísticas.

Organizado pela primeira vez pelo IEG, a sétima edição do Fazendo Gênero, teve como tema Gênero e Preconceito e aconteceu entre os dias 28 e 30 de agosto de 2006. O evento adquiriu uma maior proporção e contou com cerca de 1.500 inscrições Conforme Cristiani Bereta da Silva, Gláucia de Oliveira Assis e Rosane C. Kamita apontam sobre a temática da edição na apresentação da coletânea oriunda do evento:

(...) trazendo para a cena do debate novos e velhos preconceitos contra as mulheres de diferentes origens étnicas, classes, religiões, orientação sexual, demonstrando como as relações de gênero perpassam a vida social. A discussão sobre diferentes formas de preconceito evidencia que ainda prevalecem no mundo contemporâneo representações de gênero que reproduzem discriminação, comportamentos, violências, sentimentos e interdições que afetam mulheres e homens em suas vidas cotidianas³¹.

Além das conferências, painéis e 10 mesas redondas, o evento contou também com 58 simpósios temáticos e mostra de pôsteres, tendo essa última concedido prêmio à melhor apresentação. Também aconteceram mostras audiovisuais e de fotografia e uma ampliação da programação cultural. Participaram as pesquisadoras internacionais Fernanda Gil Lozano (Universidad de Buenos Aires, Argentina), Graciela Sapriza (Universidad de la República del

29 Quem Somos? Instituto de Estudos de Gênero. Disponível em http://www.ieg.ufsc.br/quem_somos.php Acesso 7 nov. 2019.

30 Núcleos vinculados ao IEG/UFSC. Disponível em <https://www.ieg.ufsc.br/institucional/nucleos-e-laboratorios> Acesso em 03 de julho de 2020.

31 SILVA, C.B. da; ASSIS, G. de O.; KAMITA, R.C. 2007, p.12.



Uruguay), Carmen Rosa Caldas-Coulthard (Birmingham University, Inglaterra), Aglika Stefanova (New Europe College, Romênia), Dominique Fougeyrollas (Université Paris VII/CEDREF, França), Monica Raisia Schpun (École des Hautes Études en Sciences Sociales, França) e Ellen Judd (University of Manitoba, Canadá)³².

Resultante desta edição foram publicadas duas coletâneas com seleção de trabalhos apresentados: *Leituras em rede: gênero e preconceito*, organizada por Cristina Scheibe Wolff, Marlene de Fáveri e Tânia Regina Oliveira Ramos, e *Gênero em movimento: novos olhares, muitos lugares*, organizada por Cristiani Bereta da Silva, Gláucia de Oliveira Assis e Rosane C. Kamita.

Em sua oitava edição, a temática proposta foi *Corpo, Violência e Poder*, e o evento aconteceu entre os dias 25 e 28 de agosto de 2008, contando com cerca de 2.500 participantes. A temática foi escolhida dada às conjunturas, nacional e internacionais, acerca das lutas pela descriminalização do aborto, a politização do tema da violência doméstica com a Lei Maria da Penha, os processos de reconhecimentos judiciais de casamentos homoafetivos³³.

O caráter internacional prevaleceu com a conferência de encerramento ministrada pelas pesquisadoras Paola Bacchetta (University of California, Estados Unidos) e Jules Falquet (Universidade de Jussieu-Paris Diderot, França). Como resultado desta edição, também foram publicados dois volumes do livro *Leituras de resistência: corpo, violência e poder*, organizado por Carmen Susana Tornquist, Clair Castilhos Coelho, Mara Coelho de Souza Lago e Teresa Kleba Lisboa, pela Editora Mulheres.

A nona edição, *Diásporas, Diversidades, Deslocamentos*, ocorreu dos entre os dias 23 e 26 de agosto de 2010 e reuniu cerca de 4 mil participantes. Nessa edição foi inaugurada a parceria oficial com a UDESC que também passou a ter atividades em seus espaços acadêmicos. A temática principal do evento buscou abordar de maneira plural as diásporas, diversidades e deslocamentos:

Temas que sugerem movimento tanto pela dispersão dos povos e culturas através de espaços geográficos quanto pelo desejo de realocações em espaços imaginados e pelo encontro com identidades plurais. Um evento que sugere assim três dimensões para se discutir algumas das mais significativas

32 Seminário Internacional Fazendo Gênero. Caderno de programação do Seminário Internacional Fazendo Gênero 7: gênero e preconceitos. Florianópolis: UFSC, 2006, p. 3.

33 Seminário Internacional Fazendo Gênero. Caderno de Programação do Seminário Internacional Fazendo Gênero 8: Corpo, Violência e Poder. Florianópolis: UFSC, 2008. Arquivo: CEDOC/IEG, Florianópolis.

experiências dos sujeitos contemporâneos, em sua permanente demanda de cruzamento de fronteiras: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos³⁴.

O evento contou com mesas redondas, 76 simpósios temáticos, pôsteres de estudantes da graduação, mostra audiovisual, mostra de fotografia, seis minicursos, oito oficinas, lançamentos de livros (nesta edição com a presença das autoras), ampla programação cultural e reuniões de GT's e associações. Na nona edição é inaugurado um espaço para as crianças dentro do evento, intitulado Projeto: Crianças no Fazendo Gênero³⁵. Ministraram as conferências de abertura Trinh T. Minh-ha (University of California at Berkeley, Estados Unidos) e de encerramento Miguel Vale de Almeida (Instituto Universitário de Lisboa, Portugal)³⁶.

A edição do *Seminário Internacional Fazendo Gênero 10: Desafios Atuais do Feminismo*³⁷, ocorreu entre os dias 16 e 20 de setembro de 2013 e teve cinco mil inscrições. A décima edição contou com 28 mesas-redondas, 114 simpósios temáticos, 9 minicursos, 5 oficinas, mostra audiovisual e de fotografia, exposição de pôsteres de estudantes de graduação e lançamentos de livros. Na décima edição do evento ocorreu a primeira edição da exposição internacional de arte e gênero³⁸, a qual teve a participação de 36 artistas de 25 cidades do Brasil e também de artistas da Espanha, Argentina e Estados Unidos. Também foi reestruturado o espaço para crianças, intitulado de “Crianças Fazendo Gênero”, um espaço de vivências articuladas com a temática do evento.

O evento contou com a participação de três conferencistas internacionais: Sara Beatriz Guardia, fundadora e diretora do Centro de Estudios La Mujer en la Historia de América Latina (CEMHAL) do Peru, Rekha Pande, coordenadora do Centre for Women's Studies da University of Hyderabad e professora do Department of History, da Índia e Sarah Schulman, professora de Humanidades no College of Staten Island da City University of New York, dos Estados Unidos.

O Fazendo Gênero 11, com a temática “Transformações, Conexões, Deslocamentos”, aconteceu entre os dias 30 de julho e 04 de agosto de 2017 e aconteceu simultaneamente ao 13º

34 Fazendo Gênero 9: Apresentação. Disponível em <http://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/>. Acesso em 29 ago. 2018.

35 Projeto crianças Fazendo Gênero. Disponível em http://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=34 Acesso em 7 nov. 2019.

36 Congresso Internacional Fazendo Gênero. **Caderno de Programação do Congresso Internacional Fazendo Gênero 9: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos**. Florianópolis: UFSC, 2010.

37 Seminário Internacional Fazendo Gênero. **Caderno de Programação do 10º Seminário Internacional Fazendo o Gênero: Desafios Atuais do Feminismo**. Florianópolis: UFSC, 2013.

38 BLANCA, Rosa Maria. Document-Ação: I Exposição Internacional de Arte e Gênero. In: FUNCK, Susana Bornéo; MINELLA, Luzinete Simões; ASSIS, Gláucia de Oliveira (Org) *Linguagens e narrativas (desafios feministas; 1)*. Tubarão: Ed. Copiart, 2014, p. 189-190.

*Women's Worlds Congress*³⁹. Nesta edição, o debate acadêmico foi realocado ao lado das pautas dos movimentos sociais. O evento contou com cerca de 9 mil participantes, entre elas militantes feministas, pesquisadoras e pesquisadores de 33 diferentes países, de organizações não governamentais, estudantes de graduação e pós graduação e pessoas interessadas na temática de gênero.

O evento contou com uma ampla programação, incluindo 3461 comunicações orais, 123 fóruns de debate, 33 mesas-redondas, 17 minicursos, 98 oficinas, 11 reuniões, 4 conferências, 94 lançamentos de livros, 43 trabalhos apresentados na mostra audiovisual e 16 na mostra de fotografia, além de 527 pôsteres, atividades artísticas e culturais. O evento também promoveu a 3ª edição do Crianças no Fazendo Gênero.

Integrando as atividades do evento e construída de maneira coletiva na Tenda Mundo de Mulheres⁴⁰, aconteceu no dia 02 de agosto de 2017 nas ruas do centro de Florianópolis a Marcha Mundos de Mulheres por Direitos⁴¹, a qual simbolicamente selou a importância e a potência do diálogo entre academia e movimentos sociais. A repercussão da última edição do evento consolida ao público geral o Fazendo Gênero na UFSC como um espaço de estudos e discussões dos estudos de gênero e feministas, com dimensão internacional desde 2000.

Considerações Finais

A sistematização do histórico do evento permite perceber seu crescimento gradual desde a primeira edição em 1994 até a última em 2017. Simultaneamente e em diálogo com o crescimento do evento, os estudos de gênero na UFSC vão se consolidando. Surgem núcleos de pesquisa em vários departamentos⁴², são criadas linhas de pesquisa no mestrado e no doutorado em diferentes cursos de Pós-Graduação, além da área de concentração de Estudos de Gênero no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. Também são ofertadas novas disciplinas específicas na graduação e pós graduação, além da incorporação de

39 O *Women's Worlds Congress* é um evento que reúne a cada três anos mulheres de todas as partes do mundo, tanto da academia como do ativismo e foi realizado pela primeira vez na América Latina paralelamente ao Seminário Internacional Fazendo Gênero. *13th Women's Worlds Congress & Seminário Internacional Fazendo Gênero 11*. Disponível em <http://wwc2017.eventos.dype.com.br/apresentacao>. Acesso em 20 de maio 2019.

40 WOLFF, Cristina Scheibe; GASPARETTO, Vera. Fazendo gêneros decoloniais: academia e ativismo. In: Jeniffer Simpson dos Santos; Rochele Fellini Fachinetto; Rosimeri Aquino da Silva. (Org.). *Descolonizar a prática e o sexo*. 1ed. Porto Alegre: CirKula, 2019, v. 1, p. 69.

41 Marcha Mundos de Mulheres por Direitos. Disponível em: <https://youtu.be/0jq8tU1WUj4>. Acesso: 03 de julho, 2020.

42 Como por exemplo, o Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH), o Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS), o Núcleo de Pesquisa Modos de Vida, Família e Relações de Gênero (Margens), o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social e Relações de Gênero (Nusserge), entre outros.



conteúdos ligados à noção de relações de gênero nas disciplinas obrigatórias. A trajetória do Seminário Internacional Fazendo Gênero é também uma história coletiva que dura mais de 20 anos e envolve professoras, pesquisadoras, bolsistas, servidoras e voluntários que coletivamente transformam sua atividade intelectual em militância acadêmica na busca de uma formação feminista de qualidade dentro do espaço da universidade.

Referências

BLANCA, Rosa Maria. Document-Ação: I Exposição Internacional de Arte e Gênero. In FUNCK, Susana Bornéo; MINELLA, Luzinete Simões; ASSIS, Gláucia de Oliveira. (Orgs.) **Linguagens e narrativas (desafios feministas; 1)**. Tubarão: Ed. Copiart, 2014

CASTILHOS, Clair. **O movimento feminista e de mulheres em Santa Catarina**. Clair Castilhos, 2012. Disponível em <https://claircastilhos.wordpress.com/2012/04/26/o-movimento-feminista-e-de-mulheres-em-santa-catarina/> Acesso em 02 jul. 2020.

COSTA, Albertina de Oliveira. Os Estudos da Mulher no Brasil ou a Estratégia da Corda Bamba. **Revista Estudos Feministas**, número especial, França-Brasil-Québec, segundo semestre 1994. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16172/14723> Acesso em 29 ago. 2018.

COSTA, Albertina de Oliveira. Revista Estudos Feministas: Primeira fase, locação Rio de Janeiro. **Revista Estudos Feministas**. vol. 12, n.º especial/2004. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2004000300022> Acesso em 29 ago. 2018.

COSTA, Claudia de Lima. O tráfico do gênero. **Cadernos Pagu**. Nº 11, 1998. Disponível em <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634468/2392> Acesso em 29 ago. 2018.

GROSSI, Miriam Pillar. A Revista Estudos Feministas faz 10 anos: Uma breve história do feminismo no Brasil. **Revista Estudos Feministas**. vol.12, n.º especial/2004. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2004000300023/9519> Acesso em 29 ago. 2018.

HEILBORN, Maria Luiza e SORJ, Bila. Estudos de gênero no Brasil. In MICELI, Sérgio (org.) **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**, ANPOCS/CAPES. 1999. Disponível na Biblioteca Digital CLAM. Disponível em <http://sistema.clam.org.br/biblioteca/?q=node/102> Acesso em 03 de julho de 2020.

FUNCK, Susana Bornéo; MINELLA, Luzinete Simões; ASSIS, Gláucia de Oliveira. (org) **Linguagens e narrativas (desafios feministas; 1)**. Tubarão: Ed. Copiart, 2014.

PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pilar. **Masculino, Feminino, Plural**. Gênero na interdisciplinaridade. Florianópolis-SC, Editora das Mulheres, 1998.



PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

Revista Ciências Humanas, v. 15, nº 21 (1997). Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/issue/view/1082/showToc> Acesso em 03 dez. 2018.

Revista de Ciências da Saúde: Gênero e Saúde. UFSC, CCS - v. XVII, n. 1, jan/jun, Florianópolis: EdUFSC, 1998.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Editora Cortez, 2010.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**. Porto Alegre, 16 (2), 1990. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667> Acesso em 02 de dez. 2018.

SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKE, P. (Org.). **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

SILVA, C.B. da; ASSIS, G. de O.; KAMITA, R.C. (Orgs.). **Gênero em movimento: novos olhares, muitos lugares**. Florianópolis, Ed. Mulheres, 2007.

ZIRBEL, Ilze. **Estudos feministas e estudos de gênero no Brasil**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política: Florianópolis: UFSC, 2007.

ZUCCO, Maise Caroline. **Mulheres, feminismos em Florianópolis e suas relações com outros espaços de poder no território brasileiro**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Florianópolis: UFSC, 2008.

WOLFF, Cristina Scheibe. **Revista Estudos Feministas: uma trajetória de desafios**. Storia delle Donne, v. 15, p. 37-57, 2019. Disponível em <https://oaj.fupress.net/index.php/sdd/article/view/9039/7941> Acesso em 03 de jul. 2020.

WOLFF, Cristina Scheibe ; GASPARETTO, Vera. Fazendo gêneros decoloniais: academia e ativismo. In: Jeniffer Simpson dos Santos; Rochele Fellini Fachinetto; Rosimeri Aquino da Silva. (Orgs.). **Descolonizar a prática e o sexo**. 1ed. Porto Alegre: CirKula, 2019, v. 1, p. 61-79.

Fontes

Anais do [I] Fazendo Gênero. **Seminário de Estudos sobre a Mulher**. Ponta Grossa: UEPG, 1994. CEDOC/IEG, Florianópolis.

Anais do XI **Seminário Internacional Fazendo Gênero [recurso eletrônico]**: 13th. Women's Worlds Congress / Organização: Jair Zandoná, Ana Maria Veiga e Claudia Nichnig. – Florianópolis: UFSC, 2018. Disponível em <http://www.fazendogenero.ufsc.br/www2017/>



Seminário Internacional Fazendo Gênero: contribuindo para a consolidação dos Estudos de Gênero e Feministas em Santa Catarina - Lídia Mallet Gonçalves

Congresso Internacional Fazendo Gênero. **Caderno de Programação do Congresso Internacional Fazendo Gênero 9: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos.** Florianópolis: UFSC, 2010. CEDOC/IEG, Florianópolis.

Encontro Internacional Fazendo Gênero. **Caderno de Programação do V Encontro Internacional Fazendo Gênero.** Florianópolis: UFSC, 2002. CEDOC/IEG, Florianópolis.

Encontro Internacional Fazendo Gênero. **Caderno de Programação e Resumos do Encontro Internacional Fazendo Gênero 6: Saberes Globais/Fazeres locais. Fazeres Globais/Saberes Locais.** Florianópolis: UFSC, 2004. CEDOC/IEG, Florianópolis.

Seminário Internacional Fazendo Gênero. **Caderno de Programação do Fazendo Gênero 4: cultura, política e sexualidade no século XXI.** Florianópolis: UFSC, 2000. CEDOC/IEG, Florianópolis.

Seminário Internacional Fazendo Gênero. **Caderno de programação do Seminário Internacional Fazendo Gênero 7: gênero e preconceitos.** Florianópolis: UFSC, 2006. CEDOC/IEG, Florianópolis.

Seminário Internacional Fazendo Gênero. **Caderno de Programação do Seminário Internacional Fazendo Gênero 8: Corpo, Violência e Poder.** Florianópolis: UFSC, 2008. CEDOC/IEG, Florianópolis.

Seminário Internacional Fazendo Gênero. **Caderno de Programação do 10º Seminário Internacional Fazendo o Gênero: Desafios Atuais do Feminismo.** Florianópolis: UFSC, 2013.

Recebido em 06 de novembro de 2018.
Aceito para publicação em 21 de julho de 2020.



Cinema e ensino de história: abordagens possíveis em “Novembrada” (1998)*Cinema and History teaching: possible approaches in “Novembrada” (1998)*Valéria Machado¹

Resumo: Tendo como base as manifestações populares ocorridas em 30 de novembro de 1979 na capital do estado de Santa Catarina, e, partindo da ideia do que é cinema e de como a História se apropria deste como campo de pesquisa e ferramenta pedagógica, este trabalho avalia as possibilidades de utilização da adaptação cinematográfica "Novembrada", de Eduardo Paredes, enquanto material didático e fonte histórica no ensino de História.

Palavras-chave: História; Cinema; Novembrada; Ensino de História.

Abstract: Based on the popular demonstrations that took place on November 30, 1979 in the capital of the state of Santa Catarina, and, starting from the idea of what is cinema and how history appropriates it as a field of research and a pedagogical tool, this work evaluates the possibilities of using the film adaptation "Novembrada", by Eduardo Paredes, as to be used as didactic material and historical source in the teaching of History.

Keywords: History; Cinema; Novembrada; History Teaching.

Introdução

A utilização de filmes e vídeos em aulas de História já é algo bastante comum, e, embora esta seja uma ferramenta interessante e atrativa para os alunos, seu uso muitas vezes é feito de forma meramente ilustrativa e busca materializar um dado acontecimento histórico, partindo do pressuposto de que as imagens e a narrativa empregadas neste são reproduções fiéis do que aconteceu.

O objetivo deste trabalho é trazer algumas alternativas para as(os) professoras(es) de História quanto ao uso desse tipo de material em suas aulas e se propõe como uma espécie de ferramenta que auxilie e traga reflexões sobre questões de produções cinematográficas para o ensino, admitindo o filme tanto como um recurso didático audiovisual quanto como fonte histórica, pensando especificamente no curta *Novembrada*.

Como nosso enfoque temático é a História de Santa Catarina, escolhemos abordar o curta-metragem *Novembrada*, dirigido pelo cineasta catarinense Eduardo Paredes e lançado em 1998. A escolha deste filme se deu pelas seguintes questões: primeiro, porque se trata de um vídeo relativamente curto (cerca de 20 minutos de duração), o que permite que seja exibido em

1 Graduanda do Curso de História da Universidade Federal de Santa Catarina, valeria.machado44@gmail.com. Este artigo foi proposto como trabalho final para a disciplina de História de Santa Catarina, ministrada pela Professora Doutora Roselane Neckel no Curso de Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina. Esta nota pode estar junta com a primeira, pois são informações complementares a respeito do trabalho.



aula de forma objetiva (ocupa pouco tempo da aula); segundo, porque traz um tema importante na História de Santa Catarina, sendo este episódio considerado um dos maiores movimentos de manifestação pública contra a ditadura militar no Brasil; e terceiro, porque devido aos fatos supracitados já é amplamente utilizado pelos professores como recurso didático nas aulas de História.

Ao longo deste trabalho procuramos discutir o que é cinema e seus usos a partir da História, buscando compreender como produções cinematográficas podem servir de base para pesquisa e para o ensino, saindo do campo da ilustração e tornando-se material de análise. Para isso, nos apoiamos em algumas discussões do livro *Cinema e História* (1992) do historiador Marc Ferro e nas definições de cinema do teórico cinematográfico Christian Metz, em *A significação do cinema* (1972). No que diz respeito ao uso do cinema nas aulas de História e suas implicações no ensino, nos baseamos em *Ensino de História: fundamentos e métodos*, de Circe Bittercourt (2011) e em Marcos Napolitano (2003), no seu clássico *Como usar o cinema na sala de aula*. Sobre a Novembrada, utilizamos artigos e trabalhos produzidos recentemente que tratam sobre o tema, ajudando-nos a problematizar algumas questões presentes e ausentes no filme de Paredes.

É importante ressaltar que o que fizemos não fora uma análise ou crítica cinematográfica mas levantamos uma série de questões que possam ser trabalhadas com (as)os alunas(os). O exercício que se busca fazer é crítico e reflexivo a fim de discutir questões como: devo usar este filme em minhas aulas? Se sim, como usá-lo? Quais questões posso abordar a partir dele? Assim, num tom de construção conjunta com vários autores esperamos contribuir para repensar *Novembrada*.

Novembrada e seus usos em sala de aula

Foi a partir dos anos 1970 com as contribuições da escola dos *Annales*, sobretudo de Marc Ferro, que os historiadores começaram a admitir o *status* de documento para produções cinematográficas. Empregando o uso de técnicas e metodologias específicas de análise o filme passou a integrar o conjunto de fontes históricas que mostram as representações e visões de mundo num determinado tempo e espaço, observados e registrados por determinados indivíduos. Assim, o filme é visto como produto de seu próprio tempo e embora várias produções apresentem “erros históricos” e anacronismos ainda assim podem ser utilizadas tanto na pesquisa quanto no ensino.



Na educação básica o uso de cinema já era tema de discussões entre professores desde a segunda década do século XX. Segundo Circe Bittencourt, Jonathas Serrano – então professor do renomado Colégio Pedro II – já atentava para as possibilidades de uso de filmes no ensino, inclusive incentivava seus colegas, para ele, “graças ao cinematógrafo, as ressurreições históricas não são mais uma utopia”². A fala de Serrano é de 1912, porém, se observarmos a maneira como filmes e produções audiovisuais ainda são utilizados por professores nas aulas de História perceberemos que essa ideia do cinema como reprodução fiel do passado ainda está em pleno vigor.

O que buscamos aqui, a partir do evento da Novembrada e seu curta-metragem homônimo, é justamente perceber que apesar de baseado em fatos reais o filme por si só (sua natureza, seus recursos) já é uma reconstrução daquilo que aconteceu, sua narrativa, as imagens, as falas e o enredo fazem parte de escolhas e opções feitas pelo diretor. Tudo passa pela manipulação humana, pela releitura e apropriação do evento histórico em si. Isso significa então que é melhor o (a) professor (a) dispensar o trabalho com o filme e se ater aos documentos escritos sobre o tema da Novembrada? Na verdade não existe uma resposta negativa ou positiva para esta questão, até porque os documentos escritos também não são neutros e passam pelo mesmo tipo de processo, porém, nossa ideia é debater, problematizar e mostrar por que este filme deve sim ser incorporado às aulas de História de Santa Catarina.

Marcos Napolitano nos traz um argumento bastante contundente na defesa do uso de produções fílmicas na escola, segundo ele

Trabalhar com o cinema em sala de aula é ajudar a escola a reencontrar a cultura ao mesmo tempo cotidiana e elevada, pois o cinema é o campo no qual a estética, o lazer, a ideologia e os valores sociais mais amplos são sintetizados numa mesma obra de arte. Assim, dos mais comerciais e descomprometidos aos mais sofisticados e “difíceis”, os filmes tem sempre alguma possibilidade para o trabalho escolar³.

Para o autor, a grande questão é o uso que o(a) professor(a) fará e de que forma o filme será trabalhado, de que maneira será inserido na dinâmica das aulas, qual a familiaridade que os alunos têm com o gênero fílmico, tudo isso deve servir como critério para que este possa avaliar as possibilidades do uso desse tipo de recurso em sala de aula.

2 BITTENCOURT, Circe M. Fernandes. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. 4º ed. São Paulo: Cortez, 2011. III Parte - Capítulo 2: Usos Didáticos de Documentos, p. 371.

3 NAPOLITANO, Marcos. **Como usar o cinema na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2003, p. 11-12.



Um dos maiores cuidados - como já citado - que se deve tomar na utilização de filmes para abordar certo conteúdo é o de ter em mente que este é a reconstrução - a partir do campo artístico e ficcional - de um acontecimento, seja ele baseado no verídico ou no inventado e fantasioso. Este talvez seja o ponto mais crítico ao abordar o curta *Novembrada*. O filme se utiliza de uma narração jornalística que mistura elementos da ficção e do gênero documentário e pode ser encarado pelos olhares menos atentos como reconstrução fidedigna do que ocorreu em Florianópolis. Segundo Christian Metz, o maior problema encontrado pela teoria do cinema é a questão da impressão da realidade⁴. Para Metz, o filme passa ao espectador a sensação de estarmos tendo acesso direto ao fato, ou seja, o espetáculo filmico se torna quase real, e

[...] desencadeia no espectador um processo ao tempo perceptivo e afetivo de “participação” (não nos entediamos quase nunca no cinema), conquista de imediato uma espécie de credibilidade - não total, é claro, mas mais forte do que em outras áreas, às vezes muito viva no absoluto -, encontra o meio de se dirigir à gente no tom da evidência, como que usando o convincente “*É assim*”, alcança sem dificuldade um tipo de enunciado que o linguista qualificaria de plenamente afirmativo e que, além do mais, consegue ser levado em geral a sério⁵.

A ideia de Metz é crucial em para pensarmos *Novembrada*. É esse tipo de laço existente entre o fato narrado e a narrativa que deve ser cuidadosamente abordada pelo(a) professor(a). Embora o autor se refira a qualquer filme, no nosso caso específico as relações entre espectador e obra são ainda mais tênues, pois existe uma significação do acontecimento *Novembrada* dentro da memória local, memória esta que vai de encontro ao argumento do curta-metragem: a heroicização do povo em oposição à figura antagônica de João Baptista Figueiredo, a famosa luta entre o bem e o mal. São dois os principais acontecimentos no curta que ajudam a fortalecer essa visão entre vilão e mocinho. O primeiro, que particulariza a cidade de Florianópolis, foi a placa que o presidente militar mandou colocar na Praça XV em homenagem a Floriano Peixoto, figura odiada pelos moradores da cidade⁶. O segundo se refere ao gesto de baixo calão que Figueiredo teria proferido da sacada do palácio Cruz e Souza ao povo. É a partir daí que as manifestações tomam seu ápice e geram todo o caos. Esse tipo de análise do estopim a partir de

4 METZ, Christian; BERNARDET, Jean-Claude. **A significação no cinema**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1972, p. 16.

5 METZ, Idem, p. 16-17.

6 Floriano Peixoto (militar, primeiro vice-presidente e segundo presidente do Brasil) foi responsável por ordenar o assassinato de centenas de opositores na Ilha de Anhatomirim, em Florianópolis em 1894, sendo o nome da antiga Desterro alterado para Florianópolis, em homenagem ao ditador.

um gesto grosseiro⁷ não exclui totalmente o contexto político e social por trás dos atos dos civis, mas de certa forma direciona o olhar do espectador para este detalhe e secundariza o contexto. Seria interessante pensar com os alunos a seguinte questão: se Figueiredo não tivesse feito tal gesto as manifestações teriam tido o mesmo fim?

Entremos agora no contexto de nosso filme. O curta-metragem *Novembrada* é uma produção do jornalista e diretor catarinense Eduardo Paredes (também dirigiu *Desterro* em 1992, sobre a Revolução Federalista) que tenta reconstituir os acontecimentos relacionados à visita do então presidente do regime militar João Baptista Figueiredo à Florianópolis em 30 de novembro de 1979. A produção teve boa recepção do público e da crítica, sendo vencedora dos prêmios de Melhor Direção de Arte, Melhor Filme pelo Júri Popular e Prêmio Canal Brasil, ambos na edição de 1998 do Festival de Cinema de Gramado. O filme tem cerca de 20 minutos (incluindo créditos finais), foi filmado em 1997 no mesmo local onde aconteceram as manifestações de 1979 e conta com a atuação do ator Lima Duarte no papel do General Figueiredo⁸. Os dados que estabelecem a contextualização do filme enquanto produto são fundamentais para sua análise pois fazem parte da leitura daquilo que “não é filme” segundo Marc Ferro, ou seja, é todo o contexto que possibilita sua criação e realização e que não pode ser acessado apenas a partir das imagens apresentadas, nas palavras do próprio autor:

[...] não seria suficiente empreender a análise dos filmes, de trechos de filmes, de planos, de temas, levando em conta, segundo a necessidade, o saber e a abordagem das diferentes ciências humanas. É preciso aplicar esses métodos a cada um dos substratos do filme (imagens, imagens sonorizadas, não sonorizadas), às relações entre os componentes desses substratos; analisar no filme tanto a narrativa quanto o cenário, a escritura, as relações do filme com aquilo que não é filme: o autor, a produção, o público, a crítica, o regime de governo. Só assim se pode chegar à compreensão não apenas da obra, mas também da realidade que ela representa⁹.

Por isso, é importante que o(a) professor(a) consiga contextualizar os eventos de 30 de novembro de 1979 e mostrar - a partir de uma visão histórica - todo o espectro nacional do qual a Novembrada fez parte, seu antes, durante e depois. É fundamental falar, por exemplo, sobre a instituição a Lei de Anistia, que permitia a volta de exilados para o país (exceto aqueles acusados de atos terroristas) e anistiamiento para membros do regime que cometeram algum crime (torturas, desaparecimentos, assassinatos). O Brasil entrava num clima de abertura política e

7 João Figueiredo teria feito um sinal com os dedos que remetia ao fato de serem poucas as pessoas contrárias a ele, mas a população entendeu como sendo o famoso gesto “vão tomar no c*”.

8 Informações técnicas disponíveis em <http://portacurtas.org.br/filme/?name=novembrada> Acesso 7 nov. 2017.

9 FERRO, Marc. **Cinema e história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 87.



Figueiredo logo ficou conhecido como “o reconciliador”. A visita do então presidente fazia parte de uma estratégia política que previa sua popularização entre os brasileiros, sobretudo na classe trabalhadora, isso justifica, por exemplo, seus gestos de beijar crianças, descer entre a multidão. No entanto, tais estratégias não foram suficientes para que sua visita ao estado fosse bem querida por grande parcela da população de Florianópolis, que ainda sentia os efeitos da violência ocasionada pela Operação Barriga Verde em 1975¹⁰ e da grande insatisfação com relação à economia que fez subir o preço do combustível (o que explica a forte participação dos taxistas nas manifestações) e de gêneros alimentícios.

É interessante chamarmos a atenção para o recorte de gênero com o qual o(a) professor(a) pode trabalhar neste ponto. Na cena em que Figueiredo passa em um carro pelas ruas da capital, várias mulheres da classe popular aparecem batendo em panelas protestando justamente contra o aumento do preço dos alimentos. A ideia de serem mulheres as principais personagens está intrinsecamente ligada à divisão do trabalho, no qual o homem deve ocupar o público e a mulher o privado. Este é um pensamento que Jules Michelet já expressava em sua *História da Revolução Francesa* (1998), onde o fato da mulher ser a responsável pelo preparo dos alimentos e pelos cuidados da família (numa sociedade normativa e conservadora, o caso da França no século XVIII e Florianópolis em 1979) tornava-a mais atuante e combativas em momentos de alta dos alimentos ou falta destes¹¹.

Um detalhe importante que deve ser levado em conta é o fator tempo. O curta fora produzido quase vinte anos depois da Novembrada, dentro de um contexto político completamente diferente do de 1979, no momento em que o Brasil era um país democrático e já havia uma apropriação dos atos da Novembrada como marca da ação popular em prol de seus direitos e pelo fim do Regime Militar. Nesse sentido, o documentário mostra seu teor memorialístico, evocando um fato do passado através de uma narrativa que desemboca na no “ato triunfal” do evento, conhecido como o pontapé inicial de uma série de manifestações pelo fim da ditadura no Brasil.

Outro ponto interessante ainda sobre a conjuntura, é que o filme foi feito num ano em que a economia brasileira encarava os primeiros sinais da crise durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, como a alta na inflação e o desastre do plano real, despontando na desvalorização da moeda nacional. Ainda nesse contexto temos as eleições presidenciais, que

10 A operação Barriga Verde foi uma operação de perseguição política que prendeu e torturou cerca de 42 militantes (estudante, em sua maioria) da esquerda em 1975.

11 MICHELET, Jules. **História da revolução francesa**: da queda da bastilha à festa da federação. São Paulo: Companhia das Letras: Círculo do Livro, 1998, pp. 250-251.



levaram a reeleição de FHC em disputa com Luiz Inácio Lula da Silva. Ambos tinham alianças políticas e defendiam grupos completamente diferentes, a oposição entre o discurso de benefício da elite e da direita (FHC) e as políticas sociais e assistencialista para camadas mais populares (Lula). Não queremos criar aqui uma comparação entre o regime de Figueiredo e as políticas de Fernando Henrique, mas é interessante suscitar tais informações, pois ajudam a compreender o filme em suas questões materiais (de onde vem, como surge, em que contexto está inserido). Inclusive, houve um pedido para que Eduardo Paredes só lançasse seu filme depois do fim das eleições presidenciais, a fim de evitar analogias entre as propostas políticas dos candidatos e as ocorrências da Novembrada¹². Essas informações são de suma importância, partindo da ideia de que o filme ocupa seu lugar político dentro da sociedade e que sua ação enquanto um meio divulgador de ideias - apesar de dificilmente quantificado - exerce influência sobre seu público, como já percebera Marc Ferro¹³.

O filme começa com fotografias do período da ditadura e mostra, de um lado, atos de manifestação popular contra o regime, e do outro, cenas de seus generais autoritários e das forças militares. É interessante perceber que a primeira cena mostra a redação de um jornal, em seguida uma mesa de reunião onde políticos e chefes de segurança discutem as operações para a chegada e estadia de Figueiredo, e a terceira sequência mostra um grupo de estudantes preparando panfletos e faixas para as manifestações de “recepção” ao então presidente. Algo extremamente curioso é que na sequência de filmagens na sala de reuniões dos políticos não é possível ouvir suas falas, enquanto na redação do jornal e da sala dos estudantes conseguimos ouvir suas vozes. Numa leitura mais simbólica, podemos arriscar dizer que a voz daqueles que apoiavam a ditadura (os políticos na sala) são silenciadas e dão lugar a aquelas que militaram pelo seu fim (jornalistas e estudantes). Numa sequência simultânea de cenas que continuam a mesma lógica: redação, políticos e estudantes, é possível perceber que nos diálogos (agora sim) trocados entre os organizadores da recepção do presidente são descartadas quaisquer chances de imprevistos negativos.

Segundo Lúcio Flávio Giovanella (2010), um dos estudantes que participaram do ato contra João Figueiredo, o filme de Paredes é construído

a partir de quatro lugares sociais: os estudantes, os jornalistas, a população de Florianópolis, pelo lado da sociedade civil; e do lado do estado ditatorial e

12 SILVEIRA, Paola Vieira da. **Novembrada, a Revolta Catarinense contra a ditadura**: impressões do momento as interpretações posteriores. 2013. 48 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2013, p. 39.

13 FERRO, Idem, p. 15.



seus colaboracionistas, a posição-sujeito político personificada pelos personagens do governador, policiais militares e presidente. Ou seja, primeiramente são caracterizados os estudantes que organizaram as manifestações. Em seguida aparecem os jornalistas do jornal local que faziam a cobertura da visita do general. Em terceiro lugar, vemos a população da cidade de Florianópolis, que participou do evento da 52 Novembrada e dos atos posteriores pela libertação dos estudantes. Finalmente, é caracterizado o quarto lugar social, que é do general João Figueiredo e seus correligionários¹⁴.

Embora o filme se constitua a partir de quatro lugares de fala, é interessante perceber que é a voz do jornalista que prevalece na narrativa, ou seja, assim como observa Lúcio Giovanella (2010), a constituição dos fatos a partir do olhar jornalístico dá ao curta um teor de veracidade, ou melhor, ele mistura elementos da ficção e combina com o real, criando uma produção que mais parece uma reconstituição documentária dos acontecimentos de 30 de novembro. Nesse ponto, o(a) professor(a) pode explorar com seus(as) alunos(as) questões ligadas à própria natureza do filme enquanto reconstrução da “realidade com base em uma linguagem própria, produzida em determinado contexto histórico”¹⁵. A fala do jornalista, além de trazer essa dualidade entre o real e a ficção, pode ser resultado da própria posição de Eduardo Paredes enquanto profissional da área, uma forma de mostrar como o período pós 1979, com o início da abertura política, a Lei da Anistia e o fim dos Atos institucionais deu voz à imprensa que por anos manteve-se quase silenciada. Aqui é interessante para o(a) professor(a) trabalhar com a ideia da censura, o início da abertura política e como isso é trabalhado em *Novembrada*.

Eduardo Paredes e sua equipe conseguem explorar bem duas questões que consideramos muito importantes: a participação tanto dos estudantes quanto da população em apoio às manifestações e ao desgaste do regime em si. É interessante pensar junto aos(as) alunos(as) as diferentes teorias sobre o fim do regime militar, que de um lado credita as fortes manifestações populares pelo fim da ditadura e do outro pelo autoflagelo e insustentabilidade desta pelo conjunto de políticas mal sucedidas. É interessante perceber como Paredes trabalha com a ideia de junção entre as duas teorias e como uma vai em direção a outra. Segundo a narrativa (e os fatos reais narrados) existe uma forte crise econômica que atinge diretamente a classe trabalhadora, que em contrapartida, sai em defesa de seus direitos.

Uma crítica a se fazer ao filme é a quase ausência da figura de Jorge Bornhausen (talvez porque ainda tivesse bastante influência política na década de 1990, o que também pode ser trabalhado com os alunos) - então governador do estado de Santa Catarina e anfitrião de

14 GIOVANELLA, Lúcio Flávio. **Cruz e Souza, o poeta do Desterro**: uma análise discursiva. Dissertação de mestrado, Unisul: Palhoça, 2010. p. 80.

15 BITTENCOURT, Op. Cit., p. 373.



Figueiredo no estado - ou pelo menos, à sua ausência/presença. Nesse ponto seria interessante trabalhar com os alunos o apoio que o então General recebeu do governador do estado de Santa Catarina, e, embora os atos da Novembrada não estivessem focados no governador, sua figura (ligado ao ARENA, posteriormente ao PDS) política e de apoio ao regime foi fundamental para a visita do presidente, além disso, um dos interesses de Bornhausen era a disponibilização de verbas para a construção da Sidersul, siderúrgica que seria construída na cidade de Imbituba¹⁶, litoral sul do estado.

Um dos maiores enfoques do filme é, sem dúvidas, a participação dos estudantes. A organização que eles fizeram demonstra a reestruturação de certas instituições políticas que aos poucos voltavam a se rearticular de forma mais organizada, embora ainda houvesse uma série de repressões, como explica Lídia Bristot,

[...] entre as normas impostas pela Universidade [Federal de Santa Catarina] constavam um artigo específico que dizia “Aos Diretórios é vedado realizar qualquer ação, manifestação ou propagação de caráter político – partidário, racial, ou religioso, bem como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares.” No entanto, os estudantes buscavam as possibilidades possíveis para se desenvolver e atuar politicamente mesmo em um ambiente desfavorável, fazendo com que o cotidiano universitário tivesse contestação, política e cultura¹⁷.

O diretor é perspicaz em pontuar a fundamental participação dos estudantes, e além disso, mostrar como as mulheres estavam inseridas nesse movimento e eram participantes assíduas, embora muitas vezes reprimidas, nesses espaços. Por isso, é importante perceber a questão de gênero, tanto na Novembrada quanto no filme. É interessante pensar sobre as formas de atuação das mulheres da classe popular pelo pannelaço, e das intelectuais ligadas à academia por meio de vias políticas institucionais e da ação estudantil. Este é um enfoque que o(a) professor(a) pode utilizar para trabalhar em sala, assim como o movimento estudantil, a participação popular, as influências políticas no governo de Santa Catarina, o papel da imprensa, são várias as possibilidades e alternativas para pensar a partir de *Novembrada*.

Algo curioso é que a maioria dos trabalhos sobre a novembrada utilizados para a elaboração deste artigo muitos autores questionam a prisão dos estudantes Adolfo Luiz Dias (então Presidente do Diretório Central dos Estudantes da UFSC), Lígia Giovanella (vice-presidente do DCE Dias), Amilton Alexandre, Geraldo Barbosa, Marize Lippel e Newton

16 IERI, Maurício. Sinais de decadência: a derrota do regime militar na Novembrada. **Revista Santa Catarina em História**, Florianópolis, v. 2, n. 5, jun. 2012, p. 14.

17 BRISTOT, Lidia Schneider. **Mulheres no Movimento Estudantil de Florianópolis (1975-1979)**. 2014. 82 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014, p. 50.



Vasconcelos Junior, pois segundo testemunhas estes teriam tentado conter o povo nas depredações e xingamentos direcionados a João Figueiredo, por isso, trabalham com a tese de que as prisões foram arbitrárias e resultado de uma manipulação política a fim de continuar com seus meios de censura e de desestabilização do movimento estudantil.

São inúmeros os pontos que podem ser abordados referentes à *Novembrada* de Eduardo Paredes. Poderíamos passar páginas e páginas discutindo cada cena, cada detalhe, mas focamos aqui em apenas alguns aspectos que esperamos servir de pistas para que professoras e professores de História possam explorar em suas aulas. Do mesmo modo que fomos seletivos em escolher determinados pontos, o trabalho dos(as) professores(as) também pode ser norteado pela escolha de apenas alguns pontos, como o papel das mulheres, a importância da imprensa, a participação popular, o apoio militar do governo catarinense, o movimento estudantil universitário. O que fizemos aqui foi mostrar como este filme, com seus equívocos e exageros pode ser uma ótima ferramenta didática sobre o declínio do regime militar e é passível de dezenas de leituras e releituras, advindas da experiência e da prática no ensino de História.

Considerações finais

A partir deste trabalho pudemos perceber as formas com que certos acontecimentos históricos são apropriados pelo cinema e reproduzidos a partir de um campo de visão e com uma finalidade de atingir o público. Tratando-se de um tipo de arte e de expressão do autor, o cinema possibilita tais liberdades de criação e permite a junção de elementos da realidade e do sonho, do possível e do impossível, do verossímil e do inventado, fazendo com que este não seja necessariamente uma leitura de mundo mas uma leitura de mundo a partir do olhar de um indivíduo: o seu criador. Quando o(a) professor(a) de História opta por utilizar este recurso em sala é extremamente importante discutir com os(as) alunos(as) o que é um filme e sua natureza, pois isso faz com que este saia do campo ilustrativo e sirva como importante ferramenta de discussão pedagógica, analisado dentro de uma gama de fatores (fílmicos e não fílmicos) que facilitam a compreensão de uma série de símbolos que perpassam as imagens e a narrativa.

O uso do curta-metragem *Novembrada* é uma ferramenta interessante de ser utilizada em sala de aula, pois expressa um olhar datado sobre os acontecimentos de novembro de 1979. Conseguir utilizar tal recurso nas aulas de História se torna algo mais interessante de ser trabalhado com os(as) alunos(as), a partir desse tipo de material e de reflexões acerca dele é possível desenvolver um senso crítico e uma consciência histórica sobre a forma com que

determinados acontecimentos do passado são reinterpretados e representados e qual a importância disso para o presente.

Referências

BITTENCOURT, Circe M. Fernandes. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. 4º ed. São Paulo: Cortez, 2011. III Parte - Capítulo 2: Usos Didáticos de Documentos, pp. 327-350.

BRISTOT, Lidia Schneider. **Mulheres no Movimento Estudantil de Florianópolis (1975-1979)**. 2014. 82 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

FERRO, Marc. **Cinema e história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GIOVANELLA, Lúcio Flávio. **Cruz e Souza, o poeta do Desterro: uma análise discursiva**. Dissertação de mestrado, Unisul: Palhoça, 2010.

IERI, Maurício. **Sinais de decadência: a derrota do regime militar na Novembrada**. Revista Santa Catarina em História, Florianópolis, v. 2, n. 5, p. 9-19, jun. 2012.

METZ, Christian; BERNARDET, Jean-Claude. **A significação no cinema**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1972.

NAPOLITANO, Marcos. **Como usar o cinema na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2003.

SILVEIRA, Paola Vieira da. **Novembrada, a Revolta Catarinense contra a ditadura: impressões do momento as interpretações posteriores**. 2013. 48 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2013.

Recebido em 10 de dezembro de 2017.

Aceito para publicação em 19 de fevereiro de 2019.



RESENHAS

Os anos 1930 em Santa Catarina: diferentes estudos e caminhos de pesquisa na obra ‘Histórias de Santa Catarina na Segunda República (1930-1945) -Gustavo Tiengo Pontes

**Os anos 1930 em Santa Catarina: diferentes estudos e caminhos de pesquisa na obra
‘Histórias de Santa Catarina na Segunda República (1930-1945)**

The 1930s in Santa Catarina: different studies and approaches in the work “Histories of Santa Catarina in the Second Republic (1930-1945)”

Gustavo Tiengo Pontes¹

ZANELATTO, João Henrique; ALVES, Ismael Gonçalves. (Orgs.). **Histórias de Santa Catarina na Segunda República (1930-1945)**. Criciúma, SC: UNESC, 2017.

O livro organizado por João Henrique Zanelatto e Ismael Gonçalves Alves que possui o título “Histórias de Santa Catarina na Segunda República (1930-1945)”² é composto por 10 capítulos, mais uma apresentação escrita por seus organizadores. Ao todo são 13 autores – de graduandos, pós-graduandos, pós-graduados ou Professores Universitários - que discutem resultados de pesquisas já realizadas, recém-concluídas ou estudos em andamento sobre o período em questão. Conforme apresentado no livro, a maioria dos autores estão ligados ao “Grupo de Pesquisa História Econômica e Social”³, que foi criado em 2002 na Universidade do Extremo Sul Catarinense UNESC.

Dentre às temáticas ou abordagens que estão presentes na obra, destaca-se a presença de um número significativo de estudos que debatem a história política em Santa Catarina. Estes estudos focam-se principalmente na investigação das elites políticas e suas disputas, as particularidades do Estado nos anos 1930 e políticas públicas efetuadas no período. Há também trabalhos cuja perspectiva de estudo possui maior proximidade ao campo da História do Trabalho e dos Trabalhadores, principalmente no caso dos trabalhadores mineiros da região de Criciúma. Também existem capítulos com maior diálogo com a História da

¹ Graduado em História (UFSC). Mestre em Educação (PPGE-UDESC). Doutorando em História (PPGH-UFSC), bolsista pelo CNPq. Email gustavotpontes@gmail.com

² ZANELATTO, João Henrique; ALVES, Ismael Gonçalves. (Orgs.). **Histórias de Santa Catarina na Segunda República (1930-1945)**. Criciúma, SC: UNESC, 2017.

³ Com relação a este grupo: “Constituído em 2002, é liderado por Alcides Goularti Filho e tem como membros João Henrique Zanelatto e Giani Rabelo. O principal objetivo é realizar estudos sobre diversas temáticas ligadas à história econômica e história social de Santa Catarina. O Grupo já realizou as seguintes pesquisas: 1) formação do complexo carbonífero catarinense; 2) sistema de transportes em Santa Catarina (portos, ferrovias e navegação); 3) complexo ervateiro no planalto norte 4) transformações no mundo do trabalho e vida de aposentados; 5) história política no sul catarinense, com destaque para a atuação do movimento integralista durante os anos de 1930; 6) história da educação e cultura escolar; e 7) educação e gênero. Atualmente o Grupo vem realizando as seguintes pesquisas: "Ocupação e integração entre litoral e planalto catarinense na Primeira República"(FAPESC Edital Universal/2009); “Atividades pesqueiras e carcinicultura no complexo lagunar do sul de Santa Catarina: cadeia produtiva, expansão da renda e desenvolvimento regional sustentável” (CNPq/MPA Edital 42/2012); e “As associações auxiliares da escola e a cultura escolar: prescrevendo condutas e ensinando conhecimentos” (CNPq/CAPES Edital 18/2012)”. (UNESC, Grupos de Pesquisa. Disponível em <http://www.unesc.net/portal/capa/index/412/7361>. Acesso em 30/04/2019.)



Educação ou da Assistência Social, além de estudos com maior conexão com a História Econômica.

No caso das perspectivas de análise, pode-se perceber uma aproximação com as contribuições da chamada Nova História Política⁴. Nesse sentido, o estudo sobre as elites regionais e suas ações não deixa de estar conectado com um contexto maior de disputas, diversidade de projetos e outros agentes políticos envolvidos, além de um ambiente marcado por uma desigual divisão de força e poder de ação. Além disso, há também debates sobre a construção da imagem de políticos na época, isto é, estudos que problematizam um esforço de apresentação de certos políticos como mais próximos da população ou bem feitores, por exemplo.

Nota-se também em alguns dos trabalhos um diálogo com os estudos da História do Trabalho a partir de E. P. Thompson⁵ a fim de compreender e problematizar os significados da ação dos trabalhadores ou das possibilidades de sua organização. Também é possível perceber outras discussões com maior proximidade com o referencial teórico marxista, ou seja, com problematizações sobre o sistema capitalista e outras perspectivas para compreender as classes populares.

A partir deste momento serão tecidos alguns comentários específicos com relação aos capítulos que compõem a obra. Buscar-se-á agrupá-los com base na proximidade de suas temáticas. Inicia-se com os textos “Operários na Justiça: os processos de acidentes de trabalho dos mineiros em Criciúma (1944-1947)” de Bruno Mandelli e “A formação do trabalhador mineiro, os acidentes nas minas e a banalidade do mal ambiental no ‘progresso’ da indústria carbonífera catarinense” de Carlos Renato Carola.

Ao problematizar os processos de indenização mobilizados por mineiros contra as companhias mineradoras (de 1944 a 1947 em Criciúma), Mandelli propõe discutir tanto possibilidades e modos de ação das classes trabalhadoras quanto de seus empregadores. Através do exame desses processos e da legislação da época, o autor sustenta que as lutas travadas nos tribunais eram permeadas de estratégias dos dois lados do processo.

O capítulo de Carola discute as características do chamado “processo modernizador” da região sul catarinense que também atravessou os anos da chamada “Era Vargas”, apesar do capítulo também trazer exemplos de outras décadas. O autor analisa tanto as vozes que glorificaram a dinamização da economia industrial e o processo de urbanização dessa época

4 Cf. RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

5 Por exemplo: THOMPSON, E.P. **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.



Os anos 1930 em Santa Catarina: diferentes estudos e caminhos de pesquisa na obra ‘Histórias de Santa Catarina na Segunda República (1930-1945) -Gustavo Tiengo Pontes

quanto as outras que problematizaram e constataram os diversos problemas envolvidos nesse processo de “modernização”, que contribuiu para a ocorrência de uma série de doenças e acidentes de trabalho. O autor evidencia que houve resistência e adaptação por parte dos trabalhadores, que passaram a precisar utilizar uma série de equipamentos de segurança, além de que os proprietários também foram obrigados a implementar normas de segurança e higiene.

Dentre os capítulos que abordam de maneira mais específica a História Política Regional estão: “Os avatares do futuro: a personificação da política no Estado Novo” por João Batista Bitencourt e “Cotejando a política regional para compreensão da popularidade do integralismo” de João Henrique Zanelatto. No capítulo de Bitencourt, centrado no período do chamado “Estado Novo”, é realizada uma discussão sobre um esforço de construção de uma imagem positiva de Getúlio Vargas, Nereu Ramos e Giocondo Tasso (Prefeito da cidade de Laguna de 1933 a 1945). Sua análise nos oportuniza compreender e perceber alguns dos mecanismos utilizados para reforçar ou construir uma visão de boas lideranças, nesta época marcada pela propaganda política e censura.

No caso de Vargas, o autor inicia problematizando a construção de um monumento na cidade de Laguna no início dos anos 1940, em que inúmeras características da obra contribuem para apresentar Vargas como o guia da nação para o progresso e bem-estar. No caso de Nereu Ramos e Giocondo Tasso, seu estudo mobiliza principalmente uma série de artigos do jornal “Sul do Estado”, que também teciam elogios à Getúlio Vargas, para investigar como se deu a construção dos mesmos como grandes lideranças.

O capítulo de Zanelatto discorre acerca das condições que propiciaram a alta adesão e expansão do movimento político nacional de nome Ação Integralista Brasileira AIB (1932-1938) em terras catarinenses, com ênfase nas regiões do Vale do Itajaí e Sul do Estado. Seu texto, centrado nas características da política catarinense, discute o movimento das oligarquias e disputas pelo poder que ocorreram ao longo da 1ª República e pós-1930. Além disso, sua análise articula aspectos locais, regionais e nacionais para fundamentar algumas das peculiaridades dos espaços tratados e como regiões com características distintas contaram com altos índices de “camisas-verdes”⁶.

6 Os integralistas também eram chamados de “camisas-verdes” devido ao uso de um uniforme cuja camisa possuía esta cor. O movimento foi fundado por Plínio Salgado em 1932 no Estado de São Paulo e rapidamente expandiu por diversos Estados brasileiros. No caso de SC, já em 1934 é possível encontrar indícios da presença de integralistas. O lema da AIB era “Deus, Pátria e Família”, sendo que Plínio Salgado era considerado o líder máximo do movimento, chamado de “Chefe Nacional” por seus adeptos.



Focados em uma abordagem mais centrada na História Econômica estão os textos “A eletrificação em Santa Catarina até a Era Vargas” por Fábio Farias de Moraes e Alexandre Macchione Saes e “Expansão e inflexão da rede de telégrafos em Santa Catarina 1930-1945” escrito por Alcides Goularti Filho. No caso do primeiro, os autores percebem que a evolução da oferta de energia elétrica em SC seguiu a experiência de outros estados brasileiros no início do século XX. No entanto, os autores perceberam que entre os anos 30 e 40 houve um aumento de demanda e um crescimento significativo das localidades abastecidas por energia.

No caso do texto de Goularti Filho, o autor estuda a dinâmica da rede de telégrafos em Santa Catarina no período proposto, levando em consideração a importância desse meio de comunicação no final do século XIX às décadas iniciais do século XX e também ao avanço da telefonia, sobretudo pós-1930, que diminuiu a necessidade de investimentos nos telégrafos. Apesar dos poucos investimentos, em proporção com a década anterior, nos anos 1930 ocorreu um aumento da demanda pelos serviços telegráficos, principalmente onde a telefonia ainda não era presente. O autor também percebeu que mesmo com o avanço do rádio e da telefonia, o telégrafo continuava um importante meio de comunicação, pois, a popularização do telefone avançava principalmente nos principais centros urbanos do Estado.

Pode-se conectar os outros quatro textos, cujas discussões são mais centradas na História da Educação e Assistência Social. São os seguintes capítulos: “Corações solitários: os cuidados da legião brasileira de assistência aos combatentes da Segunda Guerra Mundial” de Taiana de Oliveira e Ismael Gonçalves Alves; “A cartilha *Getúlio Vargas para Crianças*: a infância forjada no Estado Novo no Sul de Santa Catarina” por Giani Rabelo e Tatiane dos Santos Virtuoso; “A formação do ideal nacionalista em Santa Catarina: discursos e decretos da reforma do ensino da gestão Nereu Ramos” de Marcos Juvêncio de Moraes; “‘Canta sua quinta coluna, canta’: música e política em Santa Catarina no Estado Novo 1937-1945” por Carlos dos Passos Paulo Matias.

O texto de Oliveira e Alves desenvolve um estudo a partir do Gênero como categoria de análise. Nesse caminho, além de estudar o ambiente de criação da Legião Brasileira de Assistência (LBA, criada em 1942), também investiga quais tipos de valores ou modos de agir que foram estimulados a partir deste empreendimento, pois, as chamadas legionárias deviam se dedicar a trabalhos essencialmente femininos e relacionados à defesa passiva. A LBA estava ancorada a uma forte doutrina de gênero que destinava às mulheres os trabalhos domésticos e de cuidados, “características consideradas particulares de uma suposta natureza

Os anos 1930 em Santa Catarina: diferentes estudos e caminhos de pesquisa na obra ‘Histórias de Santa Catarina na Segunda República (1930-1945) -Gustavo Tiengo Pontes

feminina”⁷. Convém notar que a autora e o autor utilizaram de fontes impressas periódicas e principalmente relatórios de exercício da LBA em Florianópolis.

No texto de Rabelo e Virtuoso há o estudo de um impresso pedagógico, a cartilha “Getúlio Vargas para Crianças” criado no período do Estado Novo. As autoras relacionam os objetivos da criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) com as características dessa cartilha, elaborada nesse contexto.

O capítulo escrito por Moraes discute a reforma de ensino instalada durante o governo de Nereu Ramos (1935-1945). Em linhas gerais o texto constrói sua discussão com base em discursos proferidos por Nereu Ramos e relatórios da época. O autor discorre sobre o ambiente nacional e regional para a implementação dessas reformas em regiões principalmente composta por descendentes de imigrantes alemães. Há algumas passagens no texto que não são bem desenvolvidas ou argumentadas, como por exemplo: “Ter Nereu Ramos como chefe de governo em Santa Catarina durante o Estado Novo foi uma boa escolha para Getúlio Vargas, pois tê-lo na oposição não seria algo fácil de lidar, assim como não o foi durante os anos do governo provisório”⁸ ou “Nereu queria incutir este sentimento patriótico nos catarinenses e o estado novo, nos brasileiros”⁹. No primeiro caso, o autor não traz argumentos para desenvolver esta discussão, na segunda passagem, tal escrita tende a apagar como os locais alvos dessas reformas eram muito alinhados com a oligarquia Konder ou com altos índices de adesão à AIB, isto é, oponentes da agremiação política em que Ramos fazia parte. Em linhas gerais, sua abordagem tendeu a pouco valorizar os fatores econômicos e as disputas políticas do Estado que ocorriam no momento de implementação dessas reformas.¹⁰

No texto de Matias é proposto um estudo sobre o programa nacionalista de Vargas de implementação do Canto Orfeônico, sob o comando de Heitor Villa-Lobos. Este foi um programa que buscava transmitir um sentimento patriótico, nessa época de forte nacionalismo. O autor localiza o projeto de Villa-Lobos nesse contexto da ditadura Estadonovista e escreve “o discurso motivador da música brasileira, das potencialidades do brasileiro e da vibração das crianças cantoras nas grandes concentrações orfeônicas não passou de uma minuciosa e muito bem tramada engrenagem de alienação das massas”¹¹.

7 OLIVEIRA; ALVES, Op. Cit., p.93.

8 MORAES, Op. Cit., p.169.

9 Ibidem., p.171.

10 Outra perspectiva de uma pesquisa recente e que valoriza esses fatores locais que poderia ter sido levada em consideração é: HACKENHAAR, Clayton. **O Estado Novo em Santa Catarina (1937- 1945):** Política, trabalho e terra. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História da 217 Universidade Federal de Santa Catarina SC, Florianópolis, 2014.

11 MATIAS, Op. Cit., p.260.



Os anos 1930 em Santa Catarina: diferentes estudos e caminhos de pesquisa na obra 'Histórias de Santa Catarina na Segunda República (1930-1945) -Gustavo Tiengo Pontes

O modo como o autor compreende as massas reforça uma passividade das mesmas, ou seja, o autor tende a apagar conflitos e diferentes táticas que podem ter sido empreendidas frente às políticas governamentais.

Por fim, o livro como um todo traz uma série de contribuições para o entendimento dos anos 1930 em Santa Catarina. Alguns temas ou questões foram privilegiadas, conforme foi possível perceber pelos assuntos discutidos ao longo dos capítulos, em que aspectos políticos do Estado foram mais debatidos. Também percebe-se como algumas regiões do Estado tiveram um maior número de estudos dedicados do que outras, apesar da presença de textos que pretendem contemplar o Estado de uma maneira mais geral. Como são estudos realizados em diferentes contextos e momentos, algumas das discussões já podem ser consideradas como parte de um debate historiográfico catarinense mais consolidado enquanto outras levantam novas problematizações sobre o que foi essa época e as particularidades de SC.

Referências

HACKENHAAR, Clayton. **O Estado Novo em Santa Catarina (1937- 1945):** Política, trabalho e terra. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História da 217 Universidade Federal de Santa Catarina SC, Florianópolis, 2014.

RÉMOND, René (org.). **Por uma história política.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

THOMPSON, E.P. **Costumes em Comum.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

UNESC, Grupos de Pesquisa. Disponível em <http://www.unesc.net/portal/capa/index/412/7361> - Acesso em 30/04/2019.

ZANELATTO, João Henrique; ALVES, Ismael Gonçalves. (Orgs.). **Histórias de Santa Catarina na Segunda República (1930-1945).** Criciúma, SC: UNESC, 2017.

Recebido em 02 de maio de 2019.

Aceito para publicação em 13 de julho de 2020.



DOCUMENTOS

Carta de Pedro Firmino de Menezes a Osvaldo Aranha

Transcrição de Rafael José Nogueira¹

Dados biográficos de Pedro Firmino de Menezes e descrição da carta

A presente transcrição se trata da carta enviado por Pedro Firmino de Menezes para Osvaldo Aranha², no ano de 1933. Esta carta foi encontrada no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) e transcrita na íntegra para que possa ser utilizada em outras pesquisas ou mesmo ser conhecida por mais acadêmicos (as) interessados (as) no tema. Antes da transcrição será feita a apresentação de dados biográficos do autor da carta, Pedro Firmino de Menezes afim de que o/a leitor/a possa se situar melhor. Vale ressaltar que o contexto de escrita do documento é de intensa agitação política e social. O país tinha passado por dois levantes armados.

O primeiro em 1930 que colocou Getúlio Vargas no poder, após a deposição de Washington Luís e o impedimento do presidente eleito, Julio Prestes de tomar posse e dois anos depois em 1932 a insurreição de São Paulo contra o governo Vargas exigindo o fim de seu governo provisório e a elaboração de uma constituição que foi efetivada em maio de 1933, dois meses após o envio da carta por Pedro Firmino de Menezes.

Com o conteúdo da carta e outros documentos civis e eclesiásticos encontrados no site *Family Search*³ é possível construir alguns fatos da biografia de Pedro Firmino de Menezes. Com o seu registro de batismo⁴, conseguimos descobrir que nasceu na região nordeste no Estado de Pernambuco em 1 de agosto de 1886. No site oficial do tradicional clube de Joinville

1 Possuí graduação em História pela Univille. E-mail: rjnrafa@hotmail.com

2 Osvaldo Aranha (Alegrete, 15 de fevereiro de 1894 — Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 1960) foi advogado, político e diplomata brasileiro. Ele foi ministro de Getúlio Vargas e Presidente da Primeira Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas em 1947. Aliado de Vargas, foi um dos grandes arquitetos da campanha da Aliança Liberal, nas eleições de Março de 1930. Depois planejou nos bastidores o movimento para depor o presidente Washington Luís, que tornou possível a Revolução de 1930. Osvaldo Aranha negociou com a Junta Governativa Provisória de 1930, no Rio de Janeiro, a entrega do governo a Vargas. Posteriormente, foi nomeado ministro da Justiça e, em 1931, ministro da Fazenda, permanecendo até 1934. É dele também o telegrama para o comandante Manoel Caldas Braga tomar Joinville dos fuzileiros navais de Florianópolis, na Revolução de 1930 em Joinville.

3 O site *Family Search* (antiga Sociedade Genealógica de Utah) é uma das maiores organizações genealógicas do mundo, mantida pela Igreja dos Santos dos últimos dias, também conhecidos como Mórmons. A organização digitaliza e microfirma todos os registros civis, eclesiásticos e outros relativos à genealogia do qual obtém autorização em várias partes do mundo. Ela faz o trabalho de coletar, preservar e ainda disponibilizar esses registros genealógicos de forma gratuita.

4 Para acessar os links com os registros genealógicos apontados é necessário fazer uma conta gratuita no site *Family Search*. Conforme Registro eclesiástico de Batismo encontrado no site *Family Search*. Disponível em <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-B9W2-D?i=161&wc=MHNG-1WR%3A371209801%2C371209802%2C371484301&cc=2177293> Acesso em 1 abr. 2019.



fundado com o nome que permanece ainda de América Futebol Clube, Pedro Firmino de Menezes e seu irmão constam como participantes da fundação do clube em 1914 e oriundos de Pernambuco:

O América Futebol Clube foi fundado no dia 14 de julho de 1914, por um grupo de jovens entusiastas do futebol, modalidade de esporte já conhecida e praticada em outras cidades do Brasil. A fundação ocorreu na sala de espera do então Cinema Floresta, localizado na principal artéria de Joinville, a histórica Rua do Príncipe, em frente à lateral da Catedral Diocesana e ao lado da conhecida Farmácia Vieira. A história do clube oficializa como fundadores quatorze cidadãos, a saber: Pedro Firmino de Menezes, Lázaro Bastos, José Bonifácio da Silva, Jorge Mayerle, Domingos Grassani, Otto Stein, Manoel Miranda, Manoel Soares, Casimiro Silveira, Aristides Bechara, Willy Schaefer, Frederico Corrêa Lenz, Rodolfo Zimmer, Bernado Wolf. A primeira Diretoria oficialmente eleita era formada por cinco dos quatorze fundadores e mais dois novos sócios do clube, a saber: Pedro Firmino de Menezes, Presidente; Lázaro Bastos, Vice-Presidente; José Bonifácio da Silva, 1º Secretário; Gerson de Menezes, 2º Secretário; Jorge Mayerle, 1º Tesoureiro; Casimiro Silveira, 2º Tesoureiro; Edgard Schnaider, Capitão Geral. As reuniões da Diretoria eram realizadas na sala de espera do Cinema Floresta, de propriedade de Austergílio de Menezes, irmão de Pedro Firmino de Menezes, o primeiro Presidente do clube curiosamente, dois pernambucanos da cidade de Floresta, que chegaram a Joinville atraídos pelo progresso industrial e crescimento do então jovem município, de apenas 63 anos, que fora fundado em 1851, março, dia 9^o. (Grifo meu).

Pedro Firmino de Menezes, portanto, teve importante participação na fundação do clube. Foi eleito o primeiro presidente e acabou permanecendo no cargo até 1917. Em mais duas oportunidades foi eleito presidente do América Futebol Clube nos anos de 1921 e 1932.

Não se sabe ao certo em que ano Pedro Firmino de Menezes migrou com seu irmão para Joinville. No entanto, pelo seu relato na carta, ao dizer que atuava como delegado desde a primeira guerra mundial (1914-1918), e a supracitada menção no site do América colocando ele e seu irmão como um dos fundadores do clube em 1914, é provável que ele tenha chegado em Santa Catarina e posteriormente fixando-se em Joinville, com seu irmão, aproximadamente entre 1910 e 1914. Conforme Maria Janotti até 1906, o cargo de delegado era exercido de forma voluntária e sem salário e assim abrindo brecha para indicações de pessoa de confiança do Coronel da região. A partir de 1906 para ocupar o cargo o candidato deveria ter o título de bacharel em Direito nomeado pelo governo estadual⁶. Ou seja, substituía-se as indicações pelo critério técnico. Por isso, presume-se que ele tenha estudado em outro Estado e depois, começou

5 AMÉRICA FUTEBOL CLUBE. História. Disponível em <http://www.americajoinville.com.br/site/historia/> Acesso em 1 abr. 2019.

6 JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. **O coronelismo**: uma política de compromissos. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 52-53.



a circular entre as elites políticas da cidade catarinense almejando a nomeação para o cargo. O América pode ter sido uma alternativa para se inserir na sociedade joinvilense.

Ainda mesmo ano, em 1914, casou-se com Adélia Douat⁷. A família Douat é famosa por seu envolvimento com a indústria na história de Joinville e ainda hoje seus descendentes são memorializados através da nomeação de escolas e ruas de Joinville. Assim como foi com a sua participação junto ao clube, Pedro Firmino de Menezes, pode ter visto nos Douat mais uma forma de se fixar entre as figuras mandatárias da cidade. Na Revolução de 1930, em Joinville, foi elemento importante para a vitória das tropas revolucionárias na cidade, como ele mesmo destaca e é possível identificar nos recortes de jornal.

Pedro Firmino de Menezes



Fonte: Acervo do América Futebol Clube

Pedro Firmino começa a argumentação na carta fazendo uma minibiografia de si, enfatizando sua trajetória política entre 1914 até 1927 e narra sua indisposição com Ulysses Costa, chefe político de Joinville e mandado para a cidade por Hercílio Luz para acabar com a política de Abdon Baptista, inimigo político de Hercílio Luz. Abdon morreu em 1922 e assim o caminho para Ulysses Costa chegar ao poder municipal acabou ficando livre. Firmino foi coerente ao dizer que não se juntou a um líder nato do coronelismo, inimigo, portanto do novo regime. Reitera que nunca recebeu dinheiro do Estado para não ser associado as velhas

⁷ Conforme Registro civil de Matrimônio encontrado no site *Family Search*. Disponível em <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HY-65B9-PF4?i=95&wc=MX5JMW%3A337702401%2C337702402%2C339392901&cc=2016197> Acesso em 1 abr. 2019.

oligarquias e declara que se filiou a Aliança Liberal em Joinville tão logo a sigla partidária chegou na cidade. É notório a importância dada ao movimento de 1930 por ele na cidade, sendo inclusive um dos participantes, como foi já dito. O professor Jorge Ferreira (1990), ao analisar várias cartas deste tipo, atenta que: “A Revolução de 30 é a ponte que liga um Estado parcial, opressor, ilegítimo e arbitrário a outro que se apresenta como justo, neutro e acima dos interesses de classe”⁸.

O evento de 1930 em Joinville, é encarado na linha discursiva do texto como uma suposta ruptura com política da Primeira República, representada pela figura de Ulysses Costa. Pedro Firmino de Menezes reforça também que em 1932 continuou aliado ao getulismo sempre trabalhando sem receber nada em troca pela causa governista. O autor da missiva destaca também que sua situação financeira era tão precária que mal conseguia sustentar os 4 filhos com o pouco de dinheiro que conseguiu guardar.

Aparece então, o real motivo da sua carta: um emprego. Com seu currículo de serviços prestados a Getúlio e Osvaldo Aranha, Pedro Firmino de Menezes acredita ser legítimo seu pedido. Pedro Firmino sugere até mesmo algumas condições para essa solicitação ser atendida sem prejudicar o Estado. Busca sempre uma intercessão com Aranha: ministro da Fazenda e o homem de confiança de Vargas. Novamente ele direciona seus argumentos para seus filhos, afirmando que quem será beneficiado será eles e não o próprio Pedro Firmino de Menezes

Antes de ir para os cumprimentos finais, ele exalta a característica mais visível do governo Vargas: o sentimento paternalista e cuidador. Apelou também para a imagem construída de Vargas enquanto um líder paternal que sabe cuidar da nação. Jorge Ferreira (1990) fala que essa gratidão não era algo isolado: “(...) mas, sim, as manifestações que o Estado varguista esperava de todos os trabalhadores”⁹. Estamos diante de uma prática que foi possivelmente comum na Era Vargas. Em nenhum momento criticou o Estado e colocou-se como um dos seus colaboradores. Assim, Firmino construiu seu argumento em cima da sua disposição para ajudar no processo de consolidação do Estado Novo.

Não foi possível detectar se a carta foi respondida ou se Pedro Firmino de Menezes conseguiu o que queria. Tendo falecido em 23 de julho de 1933, mesmo ano que escreveu sua correspondência, isto é, alguns meses depois da escrita da carta, o que deve ter agravado provavelmente a crise que sua família passava, já que em seu registro de óbito, afirma-se que

8 FERREIRA, Jorge Luiz. A cultura política popular no primeiro governo Vargas. **Revista de Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 3, n.6, p. 180-195, 1990. p. 189-190.

9 FERREIRA, 1990, p. 180.



ele deixou 4 filhos menores de idade¹⁰. Sem falar que foi declarado no documento que não deixou testamento, nem bens para inventariar e o local de sua residência não aparenta ser um local nobre. Vale destacar que no período o país estava movimentado com a eleição da Assembleia Nacional Constituinte em maio e esperava com expectativa o início dos seus trabalhos visando a construção de uma nova Constituição. Os trabalhos só iniciaram em novembro de 1933 e constituição foi promulgada em 16 julho de 1934. No dia seguinte Getúlio Vargas foi eleito indiretamente pela Assembleia Constituinte para um mandato de 4 anos.

Curiosamente, o declarante é Arnaldo Douat, empresário famoso e conhecido na cidade. É crível que a carta não tenha chegado a Getúlio Vargas ou Osvaldo Aranha já que quem organizava as cartas era a secretaria da presidência, fazendo a ponte entre o governo e população. Toda correspondência passava por ela e posteriormente era encaminhada aos órgãos específicos do pedido. No caso em análise, deve ter sido enviada para os seguintes ministérios da época: Ministério da Fazenda, para avaliar os custos; Ministério dos negócios da Educação e da Saúde Pública para analisar a situação de seus filhos; Ministério do Trabalho, Comércio e Indústria e Ministério da Justiça e Negócios interiores para considerar o seu cargo pretendido. Vale lembrar que o Ministério do Trabalho e da Educação foram criadas pelo governo Vargas. A organização do trabalho e a proteção do trabalhador era algo novo no período, bem como o cuidado com a educação e a saúde reunidas nesse ministério. Conforme parecer dos órgãos, a secretaria respondia ao interessado podendo ou não atender, sua solicitação.

Segue abaixo a transcrição na íntegra do conteúdo da carta. A leitura e análise pode engendrar novas reflexões entrelaçando as relações de poder e sua ligação com o poder político e os desdobramentos sociais da política varguista em Santa Catarina.

Exmo. Snr. Dr. Osvaldo Aranha

D.D. Ministro da Fazenda

Como é o caso que pode mais do que a lei, tomo a imensa liberdade de dirigir-lhe estas linhas.

Tendo eu de a muito tempo exercido nesta cidade o cargo de delegado de polícia durante todo o período da grande guerra até 1927, ano em que tive que romper com o então chefe político local que atende pelo nome de Ulyses Costa, rompimento este pelo motivo de não me sujeitar a perseguir os inimigos políticos do mesmo Sr, ainda mais que nunca recebi um real do Estado, logo que fundou-se o partido da Aliança Liberal a que, fui um dos primeiros

10 Conforme Registro civil de óbito encontrado no site *Family Search*. Disponível em <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HT-6529-887?i=185&wc=MXYP-SZ3%3A337702401%2C337702402%2C340726201&cc=2016197> Acesso em 1 abr. 2019.

junto com Antônio Bastos e outros nos declaramos francamente solidário do mesmo partido, mesmo contra os rancores dos Konder e Ulyses, logo que fundou-se nesta cidade o comitê da aliança, fui escolhido para membro do mesmo tendo lutado sem esmorecimento até a completa vitória, quando da tomada desta cidade pelas forças revolucionárias em 10 de Outubro de 1930, foi entregue a prefeitura ao Sr. Plácido de Olímpio de Oliveira, até hoje prefeito, fui também como membro do comitê, chamado a tomar assento na mesa como conselheiro municipal e no mesmo dia posto à disposição do 1º Te. Idimo Lardenberg, que chefiara o serviço de abastecimento, ficando eu como seu auxiliar durante todo período de ocupação, não tendo seguido junto com as forças devido o raiar da vitória antes do meu chefe sair de Joinville, tendo sido logo depois nomeado 1º Suplente de delegacia de Polícia e quase sempre no exercício de delegado, emprego este que sempre exerci sem nenhuma remuneração, com a revolução de outubro de São Paulo, trabalhei dia noite sem descanso pela vitória do grande chefe Dr. Getúlio Vargas, como poderá afirmar o Dr. Nery Kurtz então chefe de polícia, o pouco que possuía e hoje me vejo mal para sustentar 4 filhos que tenho e educa-los, é esta a razão do meu atrevimento dirigindo-me a V. Excia. o que também fiz ao Dr. Getúlio Vargas sem estoriar a minha autoação, queria merecer de V. Excia a nomeação de fiscal do Sello adesivo aqui ou em qualquer cidade do Estado ou do Paraná, sabendo que com este meu justo pedido não onera o tesouro, pois da porcentagem que sai para os fiscais é que sairia os meus vencimentos, caso V. Excia não acredite nas minhas afirmações poderá informar-se de qualquer autoridade do Estado ou do Município, o benefício que V. Excia me prestara com o atender ao meu pedido, não será feito a mim e sim, aos meus filhos que serão os beneficiados que em qualquer tempo saberão pedir ao bom Deus pelo benfeitor, se esta colocação não for possível, outra qualquer que eu ganhe para a educação dos filhos. Nunca fiz pedido a nenhum político principalmente aqui do Estado lembrando-me agora de dirigir a V. Excia apelando para vosso bondoso coração de pai e coração de amigo dos seus amigos, companheiro de seus companheiros.

É cheio de esperanças que aguardo a honra de vossa resposta excelmo. (Sic) senhor!

Na expectativa, pois, de merecer a atenção de V. Excia apresento a segurança de minha elevada consideração e profundo acatamento por ser

De V. Excia. Atto. Patricio e Anno.

Pedro Firmino de Menezes

Joinville 7 de Março de 1933.



Referências

AMÉRICA FUTEBOL CLUBE. **História**. Disponível em <http://www.americajoinville.com.br/site/historia/> Acesso em 1 abr. 2019.

Carta de Pedro Firmino Menezes a Osvaldo Aranha pedindo favor pessoal relatando acontecimentos políticos de Santa Catarina desde a formação da Aliança Liberal até o fim da Revolução Constitucionalista, de 7 de março de 1933. OA 33.03.07.1. **CPDOC, Fundação Getúlio Vargas**. Rio de Janeiro.

FAMILY SEARCH. Brasil, Santa Catarina, Registro Civil, 1850-1999. Disponível em <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HT-65NS-9W?i=69&wc=MXYP-PZ7%3A338886401%2C338886402%2C339089301&cc=2016197> Acesso em 20 fev. 2019.

FAMILY SEARCH. Brasil, Pernambuco, Registros da Igreja Católica, 1762-2002. Disponível em <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-B9W2-D?i=161&wc=MHNG-1WR%3A371209801%2C371209802%2C371484301%3Fcc%3D2177293&cc=2177293> Acesso em 20 fev. 2019.

FERREIRA, Jorge Luiz. A cultura política popular no primeiro governo Vargas. **Revista de Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 3, n.6, p. 180-195, 1990.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônico. **O coronelismo**: uma política de compromissos. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981. 88 p.

THIAGO S. Raquel. **Coronelismo urbano em Joinville**: o caso de Abdon Baptista. Florianópolis: Governo do Santa Catarina, 1988.

Recebido em 20 de fevereiro de 2019.

Aceito para publicação em 11 de julho de 2020.





SANTA CATARINA EM HISTÓRIA
ISSN 1984-3968